



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Ata nº05/2023

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sito em Chaves, com início às nove horas, interrupção para almoço entre as treze horas e trinta minutos e as quinze horas e término às dezasseis horas e trinta minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem do Dia -----

Ordem do Dia: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 27 DE SETEMBRO DE 2023; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 3 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SECRETÁRIO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA E BARROSO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2023; -----

PONTO 4 - AUDITOR EXTERNO/EMIÇÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1º SEMESTRE DE 2023. INFORMAÇÃO Nº30/DGF/2023; -----

PONTO 5 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS 2024, ENQUADRADAS NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2024-2028). APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO. PROPOSTA Nº 136/GAP/2023; -----

PONTO 6 - CRIAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PARA O ANO DE 2024. PROPOSTA Nº 121/GAP/2023; -----

PONTO 7 - DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2024. PROPOSTA Nº 151/GAP/2023; --

PONTO 8 - FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2023 E A COBRAR EM 2024. PROPOSTA Nº 123/GAP/2023; -----

PONTO 9 - PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA O ANO DE 2024. INF.710/DA/2023; -----

PONTO 10 - CONTRATO-PROGRAMA INTERMUNICIPAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA (ACIONISTAS) E A EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. PARA VIGORAR NO ANO DE 2024. PROPOSTA N.º 149/GAP/2023; -----

PONTO 11 - CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. PARA VIGORAR NO ANO DE 2024. PROPOSTA N.º 150/GAP/2023; -----

PONTO 12 - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA "ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA" - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

- PROPOSTA N.º 142/GAPV/2023; -----

- PONTO 13 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS. PROPOSTA N.º 144/GAPV/2023; -----

- PONTO 14 - CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA PROFISSIONAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 145/GAPV/2023; -----

- PONTO 15 – MANUAL DE SUPORTE - CANAL DE DENÚNCIAS. PROPOSTA N.º 146/GAPV/2023; -----

- PONTO 16 - PROGRAMA DE FORMAÇÃO. PROPOSTA N.º 147/GAPV/2023; -----

- PONTO 17 - 5ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA/DEAS/ ----
SHSDPC/Nº303/2023; -----

- PONTO 18 - JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO – APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO 2023/2024. PROPOSTA Nº 116/GAPV/2023; -----

- PONTO 19 - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM -. CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. BENEFICIÁRIA: MALLAT, LDA. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 283/UCE/2023; -----

- PONTO 20 - ANÁLISE DO 2º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO SEMESTRAL DO PIM “PROJETO CORTIZO CHAVES” DA SOCIEDADE “ALUMÍNIOS CORTIZO (PORTUGAL) LDA.” E DELIBERAÇÕES DECORRENTES DO ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO - INFORMAÇÃO Nº32/DDE/2023 DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 30-11-2023; -----

- PONTO 21 - ANÁLISE DO 5º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL PARA FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS”, CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº26/DDE/2023 DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 30-10-2023; -----

- PONTO 22 - ANÁLISE DO 10.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES – AQUAE FLAVIAE” CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº24/DDE/2023 DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 30-10-2023; -----

- PONTO 23 - SOLICITA AUTORIZAÇÃO PARA A INSTALAÇÃO DE SINALETICA – EM VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, A PEDIDO DA CIMAT – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA – PROCESSO Nº 1065/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 744/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/11/2023; -----

- PONTO 24 - SOLICITA COLOCAÇÃO SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NA RUA ANTÓNIO GERMANO RIBEIRO DE CARVALHO, RUA CAMINHO DA QUINTA E CAMINHOS DE ACESSO, NA LOCALIDADE DE ABOBELEIRA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, – A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE ANTA - PROCESSO Nº 941/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 731/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 09/11/2023; -----

PONTO 25 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DR. MORAIS SARMENTO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PEDIDO ATRAVÉS DA PÁGINA DE INTERNET “À ESCUTA” PROCESSO Nº 999/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 769/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 28/11/2023; -----

PONTO 26 - SOLICITA MARCAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOA COM MOBILIDADE CONDICIONADA – NA ZONA ADJACENTE AO BLOCO Nº 14 DE EDIFÍCIO SITO NO BAIRRO SOCIAL DOS AREGOS, A PEDIDO DA SENHORA MARIA FILOMENA DOS SANTOS GRAÇA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PROCESSO Nº 822/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 676/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/10/2023; -----

PONTO 27 - SOLICITA COLOCAÇÃO SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NA RUA 25 DE ABRIL, NA POVOAÇÃO DE VALE DE ANTA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, – A PEDIDO DO SENHOR VALTER ALEXANDRE VAZ RODRIGUES - PROCESSO Nº 835/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 687/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 17/10/2023; -----

PONTO 28 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NA RUA DE SÃO JOÃO, EM SANTA MARIA MAIOR, A PEDIDO DO SR. MOISÉS DE CASTRO COELHO – PROCESSO Nº 844/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 701/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 20/10/2023. -----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Altamiro da Ressurreição Claro**. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia, estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luiz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocência Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Joana Maria Machado Borges, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Francisco António Pinho Peixeiro, Ricardo Vassal Coutinho e José Carlos Carvalho Fernandes. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, Francisco António Taveira Ferreira, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, João Luís Gonçalves Rodrigues, Maria José Alves Portela, Anabela Maria Neves



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Martins, Gilberto Gomes Alves, Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira e Eurico Luís Pereira Anes Azevedo. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) – Luís Saraiva Garcia), de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins – Sara Cristina Trinta Morais, deem representação de Santa Leocádia – Amândio Veríssimo Machado, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranheiras) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, pelo PSD, Paulo Alexandre Gomes da Cunha, pelo PSD, Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues, pelo BE, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo PS, Pedro Miguel Vieira Miranda, pelo PSD, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo PSD, Olga Machado Gonçalves Ferreira, pelo PSD, Maria Ramos Rodrigues, pelo PSD, José Francisco de Resendes Carreiro, pelo PS, Maria Adalgisa P F da Silva Babo, pelo PS, Abílio do Nascimento Ramos, pelo PS, António Jorge de Sousa Pinto de Barros, pelo PS, Lara Beatriz Pinheiro de Melo, pelo PS. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges. -----

Pelo Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, foi declarada aberta a reunião, quando eram nove horas e quinze minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a Ordem do Dia previamente elaborada. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Iniciou-se a reunião, tendo o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, passado a palavra ao 1º secretário, **Anselmo José Martins**, que deu conhecimento dos convites, expediente e pedidos de substituições que entraram no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal até à presente data. -----

No período Antes da Ordem do Dia, registaram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Cristina Maria Inocêncio Imaginário, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, muito obrigado senhor Presidente, começo por: -----

Cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, de igual modo cumprimento a senhora Secretária e o senhor Secretário, cumprimento o senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, cumprimento a senhora Vereadora e os senhores Vereadores, cumprimento as senhoras Presidentes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, cumprimento todas e todos os membros desta Assembleia Municipal, cumprimento todos os funcionários que estão a apoiar a realização desta Assembleia, cumprimento a comunicação social, aqui presente e cumprimento o público presente. -----

Quanto à “Vigília em Defesa do Direito à Saúde” que decorreu no dia 28 de outubro de 2023 pelas 18 horas, a bancada do Partido Socialista congratula o Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Tâmega e Barroso pelo facto das seis autarquias da região se terem associado e terem mobilizado as suas gentes na defesa dos cuidados de saúde desta região. -----

Foi demonstrado de forma inequívoca que o interesse das populações do Alto Tâmega e Barroso está acima de tudo e de todos. -----

Nesta vigília, notámos que nem a chuva impediu que centenas de pessoas se concentrassem em frente ao Hospital de Chaves, envergando uma t-shirt preta onde se lia “Alto Tâmega e Barroso unido pela saúde.” Constatou-se que a população do Alto Tâmega, os seus autarcas e todas as suas comunidades estiveram em defesa de um bem comum para a região. Em defesa do direito à saúde, um bem constitucionalmente protegido, do qual não podemos nem devemos abdicar, sendo que isso implica lutar até ao limite para o preservar. -----

Este sentimento de união teve o seu início em 2017. Uma região do interior, como a nossa, só se desenvolve se houver um compromisso comum de solidariedade e um olhar sobre o todo e não sobre a parte, ou seja, existir uma integração de todos os concelhos em busca da resolução dos problemas que afetam a região. -----

Vou finalizar a minha intervenção, formulando uma questão ao Senhor Presidente Nuno Vaz: -----

Senhor Presidente, através da comunicação social tivemos conhecimento que houve uma reunião, após a vigília, com o Diretor Executivo do SNS. -----

Pergunto: como decorreu a mesma? Já agora, quer avançar-nos alguma informação relevante para a região? Muito obrigada. -----

António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: --

Bom dia senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Secretária, senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, funcionários da Câmara Municipal de Chaves a todos muito bom dia. -----

Queria começar por dar nota de uma falha que tive há umas semanas no seguimento do Orçamento Participativo que foi amplamente divulgado e fomos todos instados, digamos, a votar e eu votei, desconhecendo, erro meu, o Regulamento que diz que é exclusivo a pessoas maiores de 18 anos e recenseados no Concelho, coisa que eu não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

sabia. E, portanto, depois recebi uma carta amável, uma mensagem por email a dizer que eu não podia ter votado, daí a ter-me penalizado, talvez tenha sido induzido pela experiência que tinha na Câmara de Lisboa, em que a participação era aberta a todas as pessoas, fossem ou não recenseados, não voltarei a cometer esse erro. -----

Dar nota também sobre o assunto que há um mês assolou as notícias no País e seguramente também aqui na região sobre a questão do laboratório regional de Trás-os-Montes das análises à água para consumo humano, de depósitos, de captações e de piscinas, etc, em que se identificou e se demonstrou uma fraude de larga escala extremamente grave, porque tem a ver com questões de saúde pública. Portanto, congratulamo-nos por Chaves não estar abrangido, digamos, nesse conjunto de Municípios com os quais este laboratório fazia regularmente essas análises, mas a notícia que dá em Lisboa, é Trás-os-Montes e, portanto, é uma injustiça, mas quando essa notícia passa em Lisboa, é Trás-os-Montes e Trás-os-Montes quer dizer tudo, é uma injustiça, mas, a verdade, é que, obviamente, quem não está muito dentro disso, pensa que é Trás-os-Montes no seu todo, o que não é, felizmente, verdade. -----

Neste caso, de qualquer forma, é extraordinário e neste caso o trabalho da justiça até foi facilitado, porque a própria diretora do laboratório chegou a afirmar que iria para a cadeia se ela estivesse sob escuta. Portanto, dá-me ideia de que ajudou muito o trabalho da Justiça, de qualquer forma dizer o seguinte, eu até estou dentro destas questões da água. Como sabem, sou também Presidente do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora e não tive nada a ver com isto, nem sabia disto, mas a verdade é que cá em Portugal, e nessas áreas críticas, desde logo por questões de saúde pública os laboratórios são credenciados, são credenciados para cada parâmetro de qualidade de água que analisam, são credenciados nos métodos de recolha de amostras, de transporte e acomodação das amostras, nas metodologias, nas técnicas de parametrização das amostras, a única coisa que parece que não é certificada, é o carácter dos técnicos e dos dirigentes que estão à frente destas entidades, tudo é certificado exceto o carácter das pessoas e não podemos estar sujeitos a que coisas tão importantes, tão sensíveis que são as questões ligadas à saúde pública das populações estejam entregues a pessoas de facto que não têm perfil para estar à frente destas instituições. Uma nota senhor Presidente, para dizer o seguinte, estamos a fechar o ano na perspectiva do um novo ano 2024, vai ser um ano bissexto, vamos ter mais um dia a trabalhar para nos entregarmos com a nossa energia, com a nossa dedicação às causas a que estamos abraçados e dizer que a nível nacional, não vai ser um ano fácil, não tanto, ou não só, pela situação política que se vive, mas porque temos passado tempos difíceis com duas guerras na Europa ou às portas da Europa, subida das taxas de juros, instabilidade dos mercados, instabilidade no mercado energético, há um conjunto de incertezas, como eu costumo dizer, que cada vez são maiores do que as certezas e que nos levam a ter alguma preocupação sobre como é que vai desenrolar-se o ano 2024. -----

A nível do Orçamento de Estado não se esperam assim grandes modificações naquilo que é, enfim, o andamento geral do País e da situação económica e social, por graça e só por graça, dizer que no Orçamento de Estado estão previstos vários aumentos dos contratos de arrendamento da habitação, mas não sei se foi para serem agradáveis para com a Região, as alheiras vão passar ter um IVA de 23% para 13%, o que pode ser um estímulo, também aqui, regional, em jeito de brincadeira. O que estava consagrado no Orçamento de Estado aonde deixou de estar consagrado, digamos, o aumento do IUC que até há pouco tempo era considerado imprescindível e não havia volta a dar, que era mesmo obrigatório, afinal parece que não é assim tão preciso e vamos ter de o deixar cair. Uma pergunta que eu, por acaso faço, é que eu não sei é que estava previsto associado ao aumento do IUC e que a transferência dessa receita para o Governo e deixava ser uma receita Municipal não sei se agora e apesar de não haver aumento do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

IUC se a receita é transferida também para o Ministério das Finanças ou se continua em sede municipal a nível aqui do Concelho. Queria dar aqui uma nota de esperança, de entrega e de disponibilidade para que este ano que começa com a aprovação também deste Orçamento que seja diferente daquilo que foram os anos passados e se calhar nos anos futuros, vamos tentar dar, de facto, um contributo para dar, de alguma forma, um salto que possa dar em um aumento da qualidade de vida às populações, porque? Porque somos um Concelho que tem muitos recursos geológicos, hidrológicos, florestais e de solo e, acima de tudo, as pessoas que são o capital ativo mais importante de qualquer Concelho. Portanto, eu acho que devemos ponderar e nos juntarmos e até atrair algumas personalidades e instituições para, enfim, de forma serena e fria ver como é que podemos romper com o “**business users**”, por assim dizer, e encetar um rumo que seja de, digamos, recuperar, avançar e reformar naquilo que poderemos e deveremos fazer e que eu suponho que é possível em tantas áreas que, de facto, não são fáceis, pese e dada a situação geral do País e da Europa, mas eu acho que há condições para podermos fazer, portanto, queria só dizer senhor Presidente, conte connosco para isso em qualquer altura. -----

Acho que estas coisas também podem passar e muito, desde logo, e eu volto aqui a trazer o assunto do rio Tâmega, porque é um elemento fundamental, uma vez que é um rio importante para o País, um rio transfronteiriço e, de facto, temos exemplos vários não só em Portugal como em muitos sítios em que a reabilitação fluvial, a renaturalização, o aproveitamento, digamos, destas linhas de água, pode ser em si um vetor que arrasta consigo e depois uma vontade à volta dele também se começar a melhorar o ambiente e contribuir para o melhor ordenamento do território. Infelizmente, o rio Tâmega continua a ser abandonado, abandonado não estou a dizer pela Câmara, mas pela Agência Portuguesa do Ambiente, pela entidade que tem mais diretamente responsabilidade no rio, e verdade seja dita e com a minha experiência que do lado de Espanha, pese embora nos darmos muito bem com eles, a verdade é que eles não vão nunca ligar muito ao rio Tâmega do lado Português. Tive essa experiência, aliás há 30 anos quando encetámos contacto com a Espanha por causa do novo convénio Luso-Espanhol e na altura, em 1993, Espanha tinha acabado de publicar o seu plano hidrológico nacional que foi muito controverso, muito discutido e atacado aqui em Portugal e nesse plano hidrológico, eu não me esqueço, que o mapa da Península Ibérica resumia-se a um mapa de Espanha, a fronteira com Portugal era como se fosse a costa do mar, a costa Atlântica e o que estava lá escrito era que a ambição, a vontade e o objetivo do plano hidrológico Espanhol, é que não fosse nem mais uma gota de água para o oceano, o oceano, leia-se, território Português. -----

Este é o espírito Espanhol, foi assim no passado, é hoje e será amanhã, independentemente das boas relações pessoais e dos encontros agradáveis que podemos ter deste lado da fronteira ou daquele lado da fronteira, a realidade é que se já se fez alguma coisa pelo Tâmega, mas, ainda hoje, continua a ser objeto e o destino final de muita carga poluente, nomeadamente da pecuária, em que do lado de lá parece não haver grande empenho ou vontade de contribuir para uma solução integrada sem a qual nós não podemos ter um Tâmega à altura daquilo que foi, daquilo que pode ser, e será seguramente também um eixo do desenvolvimento harmonioso e sustentável no Concelho. Aproveito a palavra, não sei se terei a oportunidade de voltar a intervir, para desejar a todos aqui presentes um belo Natal e um Ano Novo com as maiores felicidades e com muita saúde. Muito obrigado. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----
Bom dia a todos, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara Municipal e todos os presentes. Na realidade, desde a última Assembleia Municipal muita coisa mudou, não é? Muita coisa mudou menos os salários,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

menos o investimento público, esses permanecem muito quietos e é importante perceber a importância dos salários em tudo até nos fundos para a segurança social, não nos podemos transformar num país que vive de subsídios, de subsídio para a habitação, de subsídio para isto, de subsídio para aquilo, é importante colocar na linha principal a questão dos salários, porque, depois, ela traduz-se nas dificuldades em ter habitação. Nós estamos a viver na Região, no País e no Mundo em que o salário não dá para viver, não dá para viver! porque não dá para pagar uma habitação digna e é bom não nos esquecermos disso, é bom termos a noção em relação à saúde da fragilidade atual do Hospital de Chaves. Nós denunciámo-lo aqui muitas vezes, o Governo, os últimos Governos fizeram, é verdade, investimento em infraestruturas e essas Infraestruturas são importantes, mas sem recursos humanos não é possível que as Unidades de Saúde funcionem, é indispensável que esse reforço passe pela subida de salários, porque é na área da saúde onde mais poder de compra se perdeu nos últimos anos, até é absurdo, não é por falta de dinheiro, o Estado está a gastar milhões em prestação de serviço de médicos, milhões em horas extraordinárias, mas não gasta em salários e essa é uma questão essencial. Nós, neste momento, temos encerrada a urgência de pediatria, a urgência de ortopedia, o internamento de ortopedia, o internamento de pediatria e era bom que daqui saísse uma resolução firme para que passado aquilo que foi a invocação das Administrações e do Governo para o encerramento desses serviços que era a falta de disponibilidade dos médicos em fazerem mais horas extraordinárias que passado esse constrangimento, em janeiro, se repusessem todas as atividades do Hospital, era bom que daqui sai-se uma resolução firme nesse sentido, é importante perceber, eu volto a dizer, porque eu sinto que o País não está a perceber isso, nós estamos a fazer uma reforma dos cuidados de saúde que não foi discutida com ninguém, a criação de Unidades Locais de Saúde são um erro, são um disparate da forma como estão a ser criadas, não falaram com os profissionais, não falaram com ninguém, estamos nós agora a aprovarmos uma Unidade o Local de Saúde no alto Tâmega e Barroso que é um remendo para um disparate que é a criação de Unidades Locais de Saúde gigantes contra os profissionais que não têm compromisso nenhum dos profissionais e que os próprios Conselhos da Administração, em privado, denunciam como não correspondendo ao modelo desejável e vamos pagar muito caro por isso. -----

Finalmente, eu não queria deixar de salientar dois aspectos, um pontual, mas que é importante, a questão do investimento público, a Autarquia tem dificuldades para fazer aquilo que são coisas necessárias, a estrada para Montalegre, a estrada para Carrzedo de Montenegro que o senhor Presidente da Câmara disse que necessita de obras urgentes, importantes que têm um orçamento de milhões e eu se me estou a enganar depois corrija-me, é bom percebermos que o estado vai delegando competências para as Autarquias nas infraestruturas, como as estradas, no ensino e na saúde, mas depois elas não têm capacidade financeira para acudir a essas competências, era bom que fizéssemos uma reflexão sobre isso e que também fizéssemos ou encontrássemos formas de um financiamento próprio para essas obras públicas. Finalmente, recordar uma coisa, nós temos também que, nesta Assembleia, fazer é um apelo à paz, fazer um apelo ao cessar fogo na Ucrânia, a um cessar fogo na Palestina, recordando aquilo que a CDU sempre disse que a primeira questão das guerras é parar as guerras e depois negociar, porque não é a matar pessoas de um lado e do outro que se resolvem os problemas do Mundo, resolvem-se com negociações políticas e era importante que esta Assembleia Municipal também tomasse uma posição sobre o massacre da humanidade que está a acontecer em Gaza e que vai atingir proporções épicas. O Secretário Geral da ONU, António Guterres, chamou atenção para isso, desde que ele chamou a atenção a gravidade crescente dos acontecimentos, vai-nos colocar perante uma tragédia incalculável e era bom que por todo o mundo se denunciasse isso e se fizesse mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

uma vez um apelo a um cessar fogo imediato na Ucrânia e a um cessar fogo imediato na Palestina, porque como o Partido Comunista sempre disse, não é com guerras que se resolvem as necessidades das populações nem os conflitos entre os Estados. Muito obrigado. -----

Da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – **João Manuel Almeida Pinto**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhora e senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, caros Membros desta Assembleia Municipal, caras e caros colegas Presidentes de Junta, técnicos da Câmara Municipal de Chaves, meios de comunicação social aqui presentes. -----

A gestão da oferta de estacionamento nas cidades deve ser considerada como parte integrante de um projeto global que tem por base as necessidades de estacionamento local. -----

A Comissão Europeia tem vindo a sublinhar a necessidade dos países da UE promoverem a alteração do paradigma da mobilidade, assente na segurança, atratividade e funcionalidade do espaço urbano, defendendo a criação de lugares onde as pessoas possam viver, trabalhar e socializar. -----

As Zonas de Estacionamento de Duração Limitada nos Municípios, nomeadamente nos municípios mais urbanos com maior dimensão, são mecanismos que podem perfeitamente funcionar como agentes catalisadores do comércio local, uma vez que o acesso facilitado a este tipo de comércio é sem dúvida um forte motivo de adesão não só para os residentes locais, mas também para os turistas que nos visitam. -----

Tendo em conta que em Chaves se tem verificado nos últimos anos sucessivas obras no Centro Histórico, que se traduziram na requalificação das ruas e na reabilitação de imóveis, tornando mais deleitosa e incentivadora a mobilidade pedonal, foi determinante disciplinar o trânsito e o estacionamento nesta zona e para tal, em 2020, a Câmara Municipal decidiu simplificar as exigências e os procedimentos regulamentares e administrativos relativos às Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e das Zonas de Acesso Automóvel Condicionado, contribuindo também desta forma para uma melhor reorganização e distribuição geográfica da rede de parquímetros, à semelhança do que tem vindo a acontecer noutras cidades, apresentando uma proposta de alteração do Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada das Zonas de Acesso Automóvel Condicionado, nos termos e para os efeitos das disposições combinadas previstas no nº1, do art. 101º do CPA, e no art. 56º da Lei nº 75/2013, sendo o projeto de regulamento submetido a discussão pública, por um período de 30 dias, promovida a sua divulgação nos termos legais, no sítio institucional do Município, por meio de Jornal e Edital e no Diário da República que, após aprovado pelo Executivo Municipal, veio sob proposta a esta Assembleia Municipal onde foi também aprovado. - Este regulamento avançou, essencialmente, para garantir maior rotatividade na ocupação dos lugares, disciplinar o estacionamento indevido e a utilização mais racional do transporte individual no Centro Histórico de Chaves o que legitima, pela sua natureza, a implementação de parquímetros nos locais selecionados, que entrarão em funcionamento no início do próximo ano, janeiro de 2024. -----

Esta rede de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e das Zonas de Acesso Automóvel Condicionado foi também aplicável no Centro Histórico da Madalena, onde tem vindo a ser realizadas um conjunto de ações que visam atrair investimento para a aquisição de edifícios abandonados, mas também para favorecer o comércio local, entre as quais, se salienta a implementação das designadas Zonas 30, que para além de beneficiarem um ambiente onde as pessoas podem ser consideradas utilizadores preferenciais, são cada vez mais assumidas como soluções promissoras que permitem combinar a gestão do tráfego, com um planeamento e desenho urbano de forma a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

condicionar a velocidade e o volume de veículos motorizados, promovendo a segurança e a qualidade de vida nesses espaços. -----

A Madalena como parte integrante do Centro Histórico, tendo vindo afirmar-se como uma freguesia da cidade com grande procura habitacional e comercial nos últimos anos, justifica com naturalidade a recém criação da Zona de Estacionamento de Duração Limitada e das Zonas de Acesso Automóvel Condicionado, neste caso específico, com a criação de uma Zona 30, oportunamente aproveitando-se a alteração do sentido do trânsito aprovada nesta assembleia, consideramos conveniente neste espaço, a já implementação estação de parquímetros para os lugares selecionados que entrará em funcionamento no período supra assinalado.” Muito obrigado. -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo **PSD**, no uso da palavra, disse: -----

Muito bom dia, em primeiro lugar cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia e os restantes elementos da Mesa, cumprimentar o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, cumprimentar os eleitos, as senhoras e os senhores Presidentes de Junta, público e técnicos que dão apoio a esta Assembleia. -----

Em primeiro lugar, esta Assembleia vai ser pacífica, porque estamos na festa da família, é para ser tudo com muita paz e muito amor, portanto, esta Assembleia vai por esse caminho. Em segundo lugar, queria dizer-vos o seguinte, queria em primeiro, no referente à saúde, perguntar ao senhor Presidente da Câmara que informações tem sobre o estado do Serviço Nacional de Saúde no Alto Tâmega e Barroso? Que tipo de informação nos pode dar para termos uma ideia de qual vai ser o futuro do problema da prestação de cuidados de saúde aqui na zona? Em segundo, queria deixar aqui uma notícia, quando estava a preparar esta Assembleia, encontrei um jornal chamado “*Jornal Manhã.pt*”, o jornal traz uma notícia que eu gostava de trazer para aqui e que diz o seguinte: “Portugal daqui a 20 anos pode ser a Suíça do Sul e então o que é? Isto é uma coluna em que se diz “que Portugal por ser um porto seguro e um porto de abrigo para muitos imigrantes e para muitas pessoas que escolhem viver cá, sendo uma sociedade aberta tolerante e inclusiva particularmente para imigrantes e turistas, é um País seguro para se viver se resolvermos o problema da Educação e da Saúde, se fizermos uma reforma política e fiscal, se criarmos competitividade internacional no que diz respeito a impostos, se promovermos atração para o investimento e, acima de tudo, se dermos um salto civilizacional que é o acesso dos jovens e das mulheres à política, nomeadamente à liderança, incluindo as posições de topo a nível nacional como Primeiro Ministro e Presidente da República, diz o articulista, e eu também tenho essa opinião, que Portugal é demasiado grisalho na política, as pessoas que ocupam cargos políticos têm demasiada idade, ou dito ao contrário, os jovens não têm acessibilidade a esses postos, permitindo à juventude e particularmente às mulheres acesso ao topo das empresas produtivas, se mantivermos as condições atuais daqui a 20 anos, ou seja, 900 anos de Portugal, porque Portugal nasceu no Tratado de Zamora de 1143, tendo esta data por nascimento, quando fizermos 900 anos, nós podemos ser a Suíça do Sul da Europa, e sobre este aspeto, porque isto implica numa questão que tem a ver com a herança geracional, o que é que a geração atual que somos nós, vamos deixar ficar para a geração seguinte ou para as gerações seguintes? Qual é a nossa estratégia? Nós temos uma estratégia para o Concelho que é agrícola e agro-industrial? Ou temos uma estratégia para o turismo? Ou temos uma estratégia para viver dos primários? Das condições que temos? São estas e mais uma as perguntas para o senhor Presidente se fizer o favor de responder, existe ou não existe algum estudo que nos possa dar informação credível sobre o impacto socioeconómico, ambiental, turístico, gastronómico e outros da exploração de lítio no nosso Concelho? Penso que o Concelho de Chaves, não tem tido, até agora, um impacto muito grande nesta questão do lítio, mas também há exploração cá no Concelho, também estão a ser feitas explorações e a pergunta é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

se nós temos ou não temos informação suficiente e credível? Muito obrigado. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: Senhor Presidente da Assembleia Municipal, muito bom dia, senhora e senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, caras e caros membros eleitos, senhoras e senhores Presidentes de Junta, público presente, comunicação social, trabalhadores, muito bom dia a todos. Não podíamos, Grupo Municipal do Partido Socialista, deixar passar este Período Antes da Ordem do Dia sem aqui trazer um assunto que é recente e que é a assunção e o cumprimento de um importante compromisso do Governo para a nossa Região, depois de aprovado o Decreto de Lei no passado mês de outubro, recentemente, no dia 11 do corrente mês de dezembro foi publicada a Portaria que regulamenta uma nova redução nas portagens das Scuts e também na autoestrada do interior. Portanto, com aplicação muito significativa aqui na nossa Região no que respeita à nossa A24, mas também à nossa A4 e volvidos 12 anos e 12 anos são uma eternidade das malogradas negociações cujo protagonista, talvez, já ninguém se recorde, mas que foi um senhor Doutor chamado Eduardo Catroga que fez questão, numas malogradas negociações, dizia eu, para aprovação do Orçamento de Estado de 2011 de introduzir as portagens nas Scuts como um ponto de honra. Portanto, 12 anos volvidos parece que estamos próximos de se fazer justiça com o povo Transmontano e com a nossa Região, ainda não nos termos em que gostaríamos, porque consideramos que efetivamente justo. seria manter a absoluta gratuitidade destas vias, mas não sendo possível ou parece, não tendo sido possível até agora, não podemos deixar de registar como muito significativo que, face aquilo que foi a introdução em 2011, passemos a ter a partir de 1 de janeiro de 2024 uma redução relativamente a esse valor que importa em 65% de decréscimo no valor, pode parecer coisa pouca, mas para quem necessita diariamente de atravessar esta via, só no percurso Chaves/Vila Real estamos a falar de uma poupança diária de quase 4 euros, a quem o faz até Viseu de quase 8 euros. Portanto, não haja dúvida que estamos a falar de um importante contributo para a coesão territorial, para a redução das assimetrias e para o reforço da competitividade, situações e ensejos tão caros à nossa população e à nossa comunidade. Como dizia há pouco, ainda que não seja a concretização integral de uma nossa aspiração, não podemos deixar de registar, de saudar e de agradecer ao Governo a assunção deste compromisso e o cumprimento desta promessa que entrará já em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024. Muito obrigado.

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, esclareceu e respondeu às questões que lhe foram colocadas. -----
Muito bom dia senhor Presidente da Assembleia Municipal, muito bom dia senhor primeiro e segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, cumprimento à senhora Vereadora, aos senhores Vereadores aqui presentes. Hoje estamos ligeiramente desfalcados, uma vez que o Senhor Vice-Presidente se encontra de férias e, portanto, queria partilhar com os senhores membros essa nota de ausência. Quero cumprimentar todas e todos os membros desta Assembleia Municipal, também, necessariamente, as senhores e senhores Presidentes de Junta do nosso Concelho, um cumprimento ao público que aqui se encontra presente, também à comunicação social e aos trabalhadores do Município, bem como aos cidadãos que acompanham esta Assembleia Municipal. -----

Queria também, imbuído nesse espírito de Natal de concórdia e paz que aqui já foi anunciado, fazer uma abordagem serena sobre muitas questões que aqui foram suscitadas e permitam-me que sobre elas possa partilhar a visão que tenho sobre cada uma dessas questões ou matérias. Queria começar por abordar a intervenção do membro desta Assembleia Municipal, Cristina Imaginário, do PS, que trouxe aqui à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

discussão desta Assembleia um tema tão importante para a nossa Região, para o nosso Concelho, que é a problemática da saúde. Temos todos bem presentes a importância que esta matéria tem nas nossas vidas, nas vidas individuais, nas vidas coletivas das nossas famílias e dos nossos amigos, porque, seguramente, estamos a falar de um bem absolutamente inestimável, absolutamente essencial que é o direito à saúde. Temos bem presente e muito presente que este direito tem sido concretizado de forma muito satisfatória pelo Serviço Nacional de Saúde. Nunca é demais recordar, pese embora possamos e devamos fazer críticas e possamos dar contributos para que possam ser suprimidas e corrigidas um conjunto de insuficiências ou dificuldades do Serviço, não podemos esquecer e, eu não me esqueço daquilo que é, seguramente, a importância do trabalho diário dos milhares e milhares de profissionais de saúde tais como: médicos, enfermeiros, técnicos de saúde, assistentes operacionais, assistentes técnicos, enfim, todos os que fazem parte deste grande ecossistema que é o Serviço Nacional de Saúde e que diária e laboriosamente dão um contributo inestimável para a melhoria das condições de saúde ou para uma resposta adequada à situação de doença em que qualquer um dos nossos concidadãos se encontra. É absolutamente inestimável os milhões de consultas e as milhares cirurgias que diariamente são feitas no contexto do SNS. Permitam-me que partilhe com vocês uma situação bastante recente da minha família. A minha sogra teve um problema de saúde, há cerca de um mês, e a verdade é que a resposta do Serviço Nacional de Saúde, incluindo o da Unidade Hospitalar de Chaves, foi verdadeiramente assinalável e estamos a falar de um enfarte de miocárdio. A verdade é que, ainda assim, com atraso na resposta da própria que não identificou adequadamente os sintomas, a verdade é que a resposta foi pronta, capaz e competente. Estive várias vezes na Unidade de Vila Real, foi um serviço absolutamente excepcional e, portanto, queria partilhar com vocês esta minha experiência, porque tendemos sempre, todos, a fixarmo-nos muito no problema e na falha e a não valorizarmos adequadamente aquilo que é uma resposta absolutamente eficaz. Portanto, dito isto, digo que o Serviço Nacional de Saúde é, quiçá, o instrumento de política pública que melhor concretiza o direito da igualdade no nosso País e devo dizer também e partilhar com todos os membros desta Assembleia que no mundo inteiro, digo no mundo inteiro, o nosso Serviço de Saúde encontra-se entre os melhores a nível mundial em termos de gratuidade, em termos de acessibilidade, em termos de resposta, em termos de competência dos nossos profissionais. Não será por acaso que muitos países querem e procuram captar os nossos recursos humanos de saúde, sejam enfermeiros, sejam médicos, sejam outros profissionais de saúde e este facto traduz de forma inequívoca a qualidade dos nossos profissionais de saúde. Dito isto, desta forma tão perentória e tão afirmativa, não podemos esquecer que existem problemas, sim, é verdade, mas não confundamos a árvore com a floresta. Portanto, se é verdade que o Serviço Nacional de Saúde, e, particularmente, a Unidade de Saúde de Chaves tem um conjunto de problemáticas, dificuldades e insuficiências, temos, então, que mobilizarmo-nos para que elas possam ser progressivas e sustentavelmente resolvidas. A vigília concretizada no dia 28 de outubro constituiu-se como um momento de grande participação, num contexto de adversidade climatérica e, nesse contexto, foi possível fazer ali uma manifestação de compromisso, de vontade, de solidariedade de todos as pessoas do Alto Tâmega e Barroso em defesa da saúde em primeiro, e, em segundo, em defesa da nossa Unidade Hospitalar. Posteriormente, decorreu uma reunião com o Diretor Executivo do SNS, onde se abordaram, de forma aberta, as principais questões e constrangimentos que se viviam e ainda se vivem, uma vez que as mesmas não se alteraram desde essa data até hoje. Sabemos todos que existe um conjunto de serviços que se encontram encerrados, aqueles que têm mais expressão, são, desde logo, a pediatria, a urgência pediátrica que não tem funcionado e, portanto, esta resposta de urgência não tem tido lugar em Chaves, mas, apenas, na unidade de Vila Real.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Também, por outro lado, a própria urgência na dimensão da cirurgia e ortopedia, incluindo também, este último, o internamento, não tem funcionado de forma adequada. Das muitas interações que temos tido com o Centro Hospitalar, entendemos sempre que a posição mais forte, mais afirmativa, relativamente à concentração de serviços, vem sempre dos Diretores de Serviço, o que nos parece estranho, mas a realidade é assim. É assim, designadamente na pediatria, em que os recursos estão distribuídos na nossa perspetiva, de forma pouco adequada, com uma concentração sempre excessiva em Vila Real. Relativamente a estas matérias, o senhor Diretor Executivo disse, de forma muito frontal, que estas supressões ou suspensões resultavam apenas daquilo que seria a incapacidade de conseguir encontrar respostas e disponibilidade em termos de trabalho por parte, sobretudo, dos médicos nestas áreas e que isso não permitiria realizar de forma consistente, com previsibilidade, com normalidade serviços organizados, porque não era possível ter serviços de urgências que funcionassem à terça, quinta e domingo e estivessem encerrados à quarta, sexta e sábado, percebendo essa resposta nunca seria uma resposta adequada que não cumpria qualquer critério. No entanto, a verdade, é que a situação também se agudizou em resultado da aprovação, por parte do colégio da especialidade de pediatria da Ordem dos Médicos, no uso das competências delegadas pelo Estado, uma orientação técnica que vem impor à Unidade Hospitalar de Chaves a alocação de 2 pediatras em regime de permanência no SU, o que acarreta uma enorme complexidade em função do facto de a Unidade Hospitalar se encontrar dotada de apenas 7 médicos pediatras, sendo que apenas 3 e meio deles fazem urgência 24 horas, ou seja, à noite. Nesse contexto, conhecendo bem as limitações e as insuficiências e as incapacidades, pergunto eu, se essa obrigação for efetiva e se não houver qualquer flexibilidade pela Ordem dos Médicos como é que se poderá no futuro garantir que a Unidade Hospitalar de Chaves tenha Urgência Pediátrica?! Eu ainda não consegui encontrar resposta, também não consegui encontrar resposta para que, num contexto crescente de dificuldade do País e de encerramento de serviços, a Ordem dos Médicos tenha tomado esta decisão. Para mim é inaceitável e é, na minha perspetiva, absolutamente inexplicável, ou talvez seja?! Fica aqui esta minha interrogação. Porque nós falamos muito de saúde e tendemos sempre a atacar os sucessivos Governos, mas, se calhar, temos que fazer mais uma retro perspetiva e percebermos todos, quais são as causas e quem é que concorre para que a situação da saúde esteja como está e, se calhar, somos levados à conclusão que existem responsabilidades no Ministério da Saúde, nas ordens profissionais e em nós próprios que vamos para as urgências quando não devemos. Na minha opinião, devemos levar a cabo uma reflexão séria, comprometida e esclarecida para percebermos que nem sempre a culpa está nos outros, muitas vezes está nos outros e em nós próprios. -----

Sobre a intervenção do Membro desta Assembleia Municipal, Carmona Rodrigues, do PSD, queria dizer que a conceção do regulamento do Orçamento Participativo teve por base o princípio do acesso e da votação limitada à condição de residente. Nesse sentido, considero tratar-se de um bom motivo, uma boa razão para se fazer residente em Chaves e, portanto, no próximo Orçamento Participativo poderá exercer em pleno o seu direito voto e pode fazê-lo em Chaves se assim o desejar, basta, apenas, que altere a sua residência para Chaves. Depois, queria dizer que estou inteiramente de acordo consigo quanto à preocupação aqui evidenciada, de termos empresas de laboratórios que não cumprem a sua missão. Todos sabemos que é cada vez mais importante garantirmos que tudo o que nós ingerimos, tudo o que nós consumimos desde o ar, os alimentos, a água, cumpram, integralmente, os parâmetros estabelecidos para garantir que, de facto, têm qualidade e que não são nocivos para a saúde, para a saúde pública, para a saúde individual de cada um de nós. E, portanto, essa notícia que abrangeu todo o território de Trás-os-Montes, é uma grande mancha uniforme e que não tem nenhuma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

distinção, sabemos bem disso, sabemos bem do centralismo, sabemos bem do que passa em Lisboa, tudo o que não se passa em Lisboa, não existe ou então existe lá longe uma coisa muito distante, lá atrás dos montes, fica lá atrás da torga que ninguém os conhece, ninguém os reconhece. Esta visão sinceramente centralista, eu diria até, um bocadinho, na minha perspetiva, em termos de perspetiva Europeia, numa visão Europeia e Mundial, bastante atrasada, mas, enfim, é a forma que nós temos e o jornalismo também contribui para esta perspetiva, porque, verdadeiramente era importante que se dissesse que Vila Real, Chaves e Bragança são coisas diferentes e depois dentro desses Distritos ainda existem concelhos e, naturalmente, existe uma obrigação de que todos conheçam melhor Portugal, porque não somos assim tão tantos, somos 10 milhões. Agora, claro que concordo, comungo e manifesto a minha preocupação por todos aqueles que exercem funções, particularmente, nestes domínios relacionados com o controle de agentes nocivos para a saúde. A situação reportada é perfeitamente inaceitável e deveremos condená-los, censurá-los e puni-los e todos nós, na nossa medida, na área da nossa intervenção, contribuímos para que, efetivamente, haja uma vigilância mais atenta para que, no final estejamos, efetivamente, mais seguros e expostos a cada vez menos riscos nocivos para a nossa saúde. -----

Sobre este domínio, aproveito para falar do Laboratório Colaborativo do AquaValor. O AquaValor é um laboratório que, já hoje, se constitui como um dos laboratórios mais credenciado a nível nacional, que se encontra capacitado para fazer análises a uma bateria de parâmetros biológicos, físicos e químicos absolutamente abrangentes e, portanto, é, quiçá, hoje dos laboratórios, que mais capacidade tem para fazer este tipo de análises. Portanto, já hoje, o AquaValor está a fazer trabalho, não só, na área da investigação como já foi aqui dado nota em muitos momentos, tais como, investigação relacionada, sobretudo, com as Termas, com as questões da efetividade dos tratamentos termais na perspetiva da cura, também podendo no futuro dar um suporte científico que concretize novas respostas terapêuticas através da água termal. Voltando outra vez ao domínio das análises à água para consumo humano, devo informar que o AquaValor, em resultado dessa ação desenvolvida na Região Norte pelo Ministério Público, foi contactado para fazer dezenas e dezenas de análises, algumas para efeitos de verificação e confirmação analítica do realizado por essa entidade e tinham sido inseridas no sistema da ERSAR. Portanto, sobre esta matéria, devo concluir afirmando que, neste domínio, o Alto Tâmega e Barroso e Chaves, em particular, têm aqui novas capacidades, novas competências, novas transformações num domínio tão relevante como é o da qualificação dos recursos, no domínio da investigação e naturalmente no domínio importantíssimo para nós, que é, depois, transferir essas competências para os nossos recursos naturais e que nos dão corpo. -----

Queria também dizer a todos os membros desta Assembleia Municipal que se encontra em curso um processo de construção do plano estratégico para o Concelho de Chaves. E, portanto, nesse contexto, vou até sinalizar à equipa consultora que possa contactar o senhor Professor no sentido de poder dar um contributo importante, poder ser ouvido nesse processo, porque queremos verdadeiramente incorporar todos os contributos, todas as visões, numa perspetiva de se adotarem as melhores opções, para que possamos ter um documento, sob o ponto de vista formal, consistente, coeso, programático, ambicioso e prospetivo. É isso que nós queremos que seja no futuro, mas, naturalmente, um documento que defina prioridades, porque se não definir prioridades, se se limitar a ser um repositório de objetivos ou intenções, no fim, não servirá para nada, a não ser para criar confusão e, eventualmente, propiciar uma política pública municipal de zigzag. Queria também dizer que, como sabe, tem havido um conjunto de iniciativas importantes e, portanto, muito trabalho foi feito nos últimos anos. ----- Não queria deixar de dar nota ao senhor Professor, uma vez que não reside no Concelho e, nesse sentido existirão notícias e iniciativas que não toma conhecimento delas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

forma tão particular e direta, queria dizer que para além do AquaValor, que é muito importante para o Concelho, que foi criada a Escola de Hotelaria e Bem-estar que integra, atualmente, 2 cursos de Licenciatura, para além dos cursos técnico profissionais, num total de 120 pessoas envolvidas, que se juntam ao universo da Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa, perfazendo uma população estudantil, ao nível do ensino superior, de cerca de meio milhar. Queria também dar nota que, nesse contexto, o Município de Chaves cedeu um terreno para que o IPB possa concretizar, durante o próximo ano, a construção de uma residência universitária, incluída nos investimentos através do PRR para o território, que no Concelho atingem um valor global muito próximo dos 30 milhões de euros, se incluirmos investimento privado e público. Portanto, significa que vão acontecendo investimentos, vão acontecendo realizações e vão acontecendo transformações neste território. Queria também dar nota, para além disso, que se encontra em processo de formalização do contrato de mais um projeto da PRR para o Concelho, relacionado com a modernização e valorização da área de acolhimento empresarial ao nível da energia renovável, seja solar, seja do hidrogénio verde, mas também no que diz respeito à colocação de 2 antenas 5G que certamente serão muito importante para a diferenciação desta área empresarial. Relativamente a um dos temas que lhe é caro, pois é da sua formação, para aquilo que foi a sua intervenção profissional muito ligada a estas matérias, dizer que, de facto, o rio Tâmega se constitui como uma matéria muito importante para nós. Foi outrora importante quando o Executivo Municipal que geriu os destinos do Município desde 1997 a 2001, fez aprovar ou viu aprovado um plano importante, o denominado Polis que consistiu na reabilitação urbanística, paisagística e ambiental desta zona ribeirinha mais urbana da cidade e, portanto, até hoje, todos nós temos a noção, a convicção e a certeza de que foi um projeto absolutamente essencial na qualidade de vida das pessoas, na relação das pessoas com o rio e, sobretudo, também na sua dimensão ambiental, na sua dimensão urbanística e, portanto, dizer que é nesse espírito, é com esse propósito que temos estado a trabalhar e temos estado a trabalhar reconhecendo que as dificuldades são muitas e as perspetivas e as visões dos Municípios Portugueses, das Entidades Portuguesas e Entidades Espanholas são verdadeiramente distintas e elas são, grosso modo, perspetivadas da forma como o senhor Professor aqui fez, nessa visão de que o importante para Espanha é garantir o máximo de retenção de água no seu território e que depois tudo o que acontece a seguir, se é mar ou se é território nacional, já não é muito importante. Ainda assim, temos trabalhado colaborativamente com o Concelho de Verin, também com a região hidrográfica “**Del Duero**”, com a APA e temos feito algumas reuniões no sentido de podermos, de forma concertada e articulada, ter políticas macros e micros, mas também projetos mais estruturantes ou projetos de menor dimensão para que concorram todas para esse objetivo essencial e primeiro. Primeiro, queremos garantir que a qualidade da água que, de facto, poderá ser melhor, possa ter outras características e possa ser melhor e por isso estamos a trabalhar nesse sentido para que o lado Espanhol e o lado Português se resolvam algumas das causas de contaminação do rio. Do lado Português ainda existem algumas situações para resolver, poucas, é certo, ao nível do tratamento de efluentes ou da melhoria dos sistemas de tratamento de efluentes para garantirmos que não existe contaminação a esse nível e do lado Espanhol também é suposto ser substituída a ETAR que, neste momento, serve o Concelho de Verin e é aquela que verdadeiramente mais contamina o Rio Tâmega, mas também dizer que do lado Português adotarmos uma abordagem articulada com os agricultores, com a entidade que faz a gestão da Veiga de Chaves e que faz a gestão daquilo que é a água disponível na Veiga, para que se possa perceber que existe um conjunto de causas todas elas de natureza humana, sejam ao nível dos efluentes, mas também nas práticas agrícolas, porque também é preciso perceber que existem um conjunto de substâncias que vão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

para os rios e que prejudicam muito a qualidade da água e que, nalguns casos, são os determinantes para aquilo que muitas vezes nós vemos no rio Tâmega, sobretudo na época de verão em que há menos água, menos oxigénio e existe eutrofização. Ainda assim, temos feito alguns trabalhos de limpeza, de manutenção, de consolidação que queremos continuar com 2 projetos distintos que estão em estados de maturação diferentes. Temos um projeto relativamente ao qual temos tido a colaboração, ainda em fase embrionária, da UTAD para que possamos ter um financiamento de âmbito Europeu com a colaboração da APA, que se encontra comprometida neste processo, um projeto que andar, sensivelmente, na ordem dos 3 milhões de euros, na dimensão da consolidação das margens, com o combate das espécies invasoras, quer da fauna quer da flora. E, portanto, queremos, no âmbito do REAC, fazer esse projeto para que, efetivamente, possamos ter aí uma melhoria, uma vez que se trata de um projeto mais ambicioso, mais complexo. Por outro lado, estamos a preparar uma candidatura que será a primeira e, nessa perspetiva, estamos a coligir todos os contributos necessários e vamos ter necessariamente que contratar um conjunto de especialistas, porque queríamos muito fazer um projeto LIFE para que, nesse contexto, sabemos da ambição, sabemos da dificuldade, mas quanto mais tarde começarmos, certamente mais tarde estaremos em condições de fazer essa intervenção transformadora. Ainda assim, queria dizer que quem hoje percorre as margens do rio Tâmega, sobretudo numa parte mais urbana, vê uma zona aprazível, uma zona que será deixada, a quem nos visita, a vontade inequívoca de regressar. Relativamente ao membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, do PCP-PV, dizer que, apesar de comungar desses propósitos, desses objetivos e entender que a valorização remuneratória das carreiras, não apenas do pessoal da saúde, mas de todos os profissionais, setor público e setor privado do País, é de facto um objetivo que deve mobilizar o País, que deve mobilizar o Estado, que deve mobilizar as empresas, que deve mobilizar as entidades sociais, ainda que todos tenhamos a consciência de que é sempre um processo contínuo, nunca um processo de destino, mas um processo de caminho e, nessa perspetiva, dizer que ainda assim era importante que se assinalassem aqui algumas notas de evolução. Eu não posso esquecer que o salário mínimo em 2015 era de 505,00 euros e que em 2024 vai ser de 820,00 euros. Eu não posso esquecer que o maior aumento do salário mínimo vai acontecer em 2024 e passa de 760,00 euros para 820,00 euros, ainda que esses propósitos sejam a nossa ambição, o nosso destino, não podemos nunca escamotear, esquecer, desconsiderar, desqualificar o caminho que foi assumido e devo dizer que, se existe resultado positivo daquilo que foi a chamada geringonça, o acordo de que foi conseguido entre o Partido Socialista, o PCP e o Bloco de Esquerda, foi, sobretudo, na recuperação, na reposição dos salários e dos cortes. Eu não posso esquecer que em 2011, nesta altura do ano, existia um corte de 50% do salário. Não sei se recordam do conjunto de recuperações, de normalizações da nossa vida que acontecerem a partir de 2015 e ainda bem que elas aconteceram e esperamos que os retrocessos não voltem nunca a acontecer, porque isso será bom sinal, mas, ainda assim, queria dar nota que existiu um caminho de evolução e reposição que foi seguido. Consideramos todos que a valorização salarial é fundamental e em muitas situações ela é condição de dignidade, porque sempre e quando a respetiva remuneração não permite que nós possamos ter uma vida condigna, têm de existir respostas nessas situações, não só ao nível de valorização salarial, mas também ao nível de um conjunto de complementos. Felizmente, existem complementos sociais, sejam de âmbito nacional ou de âmbito municipal, que muitos no País combatem, que muitos no País querem revogar, sendo que se não existissem teríamos certamente o dobro do índice de pobreza verificado hoje. E, portanto, significa que o caminho é o da valorização dos salários, o caminho terá que ser o do reforço das respostas sociais, é por aí que devemos caminhar e não por um caminho diferente, o caminho do individualismo, do egoísmo, de um mercado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

selvático, irresponsável que nos levou, não há muito tempo, à desgraça económica, financeira e social que tivemos no mundo. Depois, dizer que, relativamente à questão da Saúde, se trata de uma questão que nos tem congregado e convocado a todos, que nos tem permitido encontrar as pontes necessárias, seja nesta Assembleia, seja também no Executivo Municipal, seja ao nível da Comunidade Intermunicipal. Considero que se trata de uma matéria relativamente à qual existe uma grande identificação no que aos propósitos e objetivos diz respeito, e, portanto, nesse contexto, estaremos todos muito empenhados, muito comprometidos e já a partir de janeiro, porque se é certo que temos que perceber e compreender que se não houver recursos humanos que permitam garantir as escalas dos serviços de urgência, elas não podem acontecer e sabemos todos que a construção daquilo que são as muitas respostas que foram criadas ao nível das urgências, elas foram muito baseadas neste modelo de trabalho extraordinário. Não podemos deixar de dizer que, numa fase inicial, os profissionais de saúde quiseram este modelo, isto é uma verdade insofismável. Durante muitos anos, os profissionais de saúde quiseram trabalho extraordinário, porque ele era, seguramente, um bom complemento de remuneração para os profissionais. Por isso, é que nos lembramos de alguns profissionais de saúde auferirem remunerações anuais na ordem dos 300, 400, 500 ou 600 mil euros, não é? Isso, era um desejo, era uma vontade. Também é verdade que, hoje, os especialistas médicos, sobretudo os médicos especialistas com menos de 40 anos, têm uma outra perspetiva, têm uma outra atitude e entendem que não podem dedicar toda a sua vida ao hospital, que era aquilo que faziam estes profissionais, que estavam sempre disponíveis para fazerem o trabalho extraordinário e, portanto, percebemo-los bem. Temos que os compreender e é importante que se encontre um princípio de equilíbrio de remuneração adequada para que, efetivamente, possam, com as pausas necessárias, com a recuperação física e psicológica adequada, continuar a desempenhar as suas funções e não sintam a necessidade de ir para o setor privado ou possam ir para o estrangeiro, comungamos nesse propósito ainda que, provavelmente, divirjamos na medida e no quanto que é preciso fazer em cada ano para que esse objetivo seja cumprido. Estamos no Natal e um dos princípios do Natal é naturalmente o respeito e a paz, por isso, estou a ser mais pausado, dizendo o que tenho para dizer, mas de forma muito mais cordata. Quanto aos propósitos e quanto à necessidade e à emergência no mundo, há que congregar para a necessidade de ser encontrada uma resposta naquilo que são os focos de conflito na Ucrânia e na Palestina, eles são evidentes, mas todos nós sabemos que o nosso conterrâneo nacional, Secretário-Geral da ONU, António Guterres, tudo tem feito para que isso aconteça, mas, sabemos bem que a ordem mundial é dominada por meia dúzia de Países, que condicionam toda a política da ordem mundial e, por isso, têm que ser os cidadãos, todos nós temos que nos mobilizar no sentido de poder contribuir para influenciar os decisores. Todos nós sabemos que quer num lado, quer no outro, as guerras resultam de vontades de dois lados, porventura, com responsabilidades diferentes, no caso da Ucrânia e da Rússia, manifestamente a responsabilidade principal é da Rússia, no caso de Israel e da Palestina, na dimensão e na consequência, a responsabilidade é, na minha perspetiva, da Israel, sendo certo que existem também outras causas e outros propósitos que fazem com que a situação aconteça. De qualquer das formas, não fazendo aqui de árbitro ou juiz, é fundamental que se pare, que se reflita, que se faça uma pausa para que se encontrem as soluções adequadas. -----

Voltando à nossa realidade, devo dizer que a razão principal que deu forma e fundamento à relevância das Autarquias Locais, incidiu na prestação de serviços essenciais, tais como: as vias de comunicação; os sistemas de água; os sistemas de tratamento de efluentes urbanos; os sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, enfim, áreas absolutamente essenciais para uma vida coletiva saudável e sustentável. Sabemos que o País, desde 1986, desde que entrámos na,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

então, CEE, muitos dos investimentos concretizados têm sido ancorados em financiamentos europeus, porque é verdade que, desde esse tempo, o financiamento e investimento por parte do Estado tem sido sempre residual, era no anterior PIDAC que tinha taxas de execução que envergonhariam, penso eu, os respetivos governantes e depois, mais recentemente, esse documento nem integram os instrumentos que fazem parte da proposta orçamental do Estado. Sabemos que as prioridades políticas em cada Quadro Comunitário são definidas pelas instâncias comunitárias, pelo Parlamento Europeu e pela Comissão sob proposta desta e, por isso, dizer que elas têm dado muito em domínios que não se centram naquilo que tem a ver com a requalificação viária. Todos sabemos que no Concelho temos, quiçá, cerca de 300 km de estradas e caminhos municipais, muitas delas encontram-se a carecer de requalificação e de repavimentação. Isso acontece, porque, nos últimos 20 ou 30 anos, estiveram manifestamente ao abandono e, por isso, precisamos não só de fazer uma intervenção de requalificação, sobretudo de pavimentação na estrada que liga Chaves a Montalegre, essa a começar já em janeiro de 2024, adjudicada por 2,1 milhões de euros mais IVA, e, por conseguinte, é suposto que nos próximos 12, 14 ou 16 meses possa estar concretizada. Mas também é de facto fundamental fazer uma intervenção na Estrada Regional 311 que liga Chaves até Carrazedo de Montenegro, entre Chaves e o limite do Concelho, para que aquela via, que é uma via importante, não só uma via interna para a mobilidade interna do Concelho, mas, sobretudo, pela ligação às terras de Carrazedo de Montenegro que tem uma ligação muito grande com Chaves nos diferentes domínios comerciais e na área também da educação. Adjudicámos já o projeto para a requalificação dessa estrada, porque, depois de algum tempo e de alguma análise técnica, foi chegado à conclusão que era necessário fazer um projeto, porque existem um conjunto de muros de suporte que têm que ser reavaliados no sentido de perceber se têm que ser ou não têm que ser intervencionados. É provável que o projeto esteja concluído até meados do próximo ano e a nossa intenção é, até finais de 2024, poder lançar o concurso público para a requalificação da Estrada Regional 311 entre Chaves e o limite do Concelho, portanto, a expectativa, ainda que não consolidada, resultará do projeto, que será uma estrada que, na nossa perspetiva, o seu custo andarà na ordem dos 6 milhões de euros. Depois existem, ainda, um conjunto de outras vias ou caminhos municipais que precisam de requalificação, sendo que para tal, nós precisaríamos, seguramente, de uma dotação na ordem dos 30 milhões de euros. Nesse contexto, é nossa intenção concretizar, em cada um dos próximos anos, um investimento significativo em vias municipais para que nos próximos 5, 6, 7 ou 8 anos, nós tenhamos grande parte das nossas vias municipais requalificadas. Existe a intenção entre 2024 e 2025, de requalificar outras vias, sobretudo, aquelas que estão numa situação absolutamente deplorável, como por exemplo, a estrada que serve Vila Meã está numa situação deplorável há 40 anos, a estrada que vai desde o limite do concelho com Vinhais até São Vicente da Raia e depois segue em direção a Urjais e à Aveleda, a estrada que serve a região da Castanheira que vai desde Dadim até Cimo de Vila. Enfim, existe aí um outro conjunto de vias que precisam de intervenções significativas, sendo que atualmente só será possível com recursos exclusivamente municipais, porque não existe qualquer fundo externo, designadamente nacional ou europeu, para o efeito, e, portanto, terá que ser um investimento feito com recurso exclusivamente ao Orçamento Municipal. Dizer que vamos tendo alguma capacidade financeira e ela resulta da gestão criteriosa que tem sido feita nos últimos anos e da circunstância de termos reduzido a dívida total em mais de 19 milhões de euros. Ainda assim, existe muito caminho para andar e, certamente, se tivermos vontade e nos acompanharem, lá chegaremos. -----

Relativamente à intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Madalena e Samaiões, João Pinto, veio aqui falar sobre questões relacionadas com a acessibilidade e mobilidade interna no centro da cidade, portanto, ela resulta de uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

decisão tomada em 2020, aqui, nesta Assembleia Municipal e em setembro pelo respetivo Órgão Executivo, relacionada com uma necessidade partilhada, comunicada e reivindicada por muitos comerciantes, que identificam como fundamental a existência de rotação do estacionamento nas artérias comerciais, fundamento na necessidade de garantir espaços disponíveis para que quem queira ir aos estabelecimentos comerciais, para quem queira ir aos serviços públicos, ou outra qualquer tarefa de curta duração. No mês de fevereiro, colocaremos em funcionamento o conjunto de parquímetros já instalados ruas, neste âmbito. Sobre a matéria em apreço, importa afirmar que, contrariamente ao que se fazem noutros momentos, encetámos este processo removendo áreas pagas e, passado 3 anos, introduzimos novos espaços. Queria dizer que, no âmbito dessa alteração ao regulamento levada a cabo no segundo semestre de 2020, foi desonerado o parque próximo ao Forte São Francisco, na parte superior da rua do Olival, que era pago e que é gratuito desde essa data até hoje. Também temos, ainda que de forma provisória, garantido o estacionamento junto às Termas Romanas, um estacionamento, em terra batida, integralmente gratuito e, portanto, nessa perspetiva, fomentou mais acessibilidade, mais rotação, numa lógica de oferta de bolsas de estacionamento em área contíguas às artérias mais comerciais. Posso afirmar hoje que detenho a expectativa fundada, que o ano de 2023 irá ser o melhor ano de sempre ao nível das Termas, o melhor ano de sempre a nível turístico, ao nível de dormidas e não só e, esperamos para fechar o ano 2023 e depois veremos se, de facto, aquilo que é esta minha análise mais empírica, se tem ou não tem tradução na informação estatística que será partilhada em momento posterior. Relativamente à intervenção do senhor Membro desta Assembleia Municipal, Francisco Taveira, do PSD, dizer que as informações sobre a saúde são de duas dimensões, são aquelas que são oficiais e as oficiosas. As oficiais são aquelas que nos são partilhadas pelo Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro. A informação que atualmente dispomos é a que a partir de janeiro de 2024 serão retomadas as respostas existentes, com uma referência expressa a algum constrangimento que possa existir relativamente à urgência pediátrica e tem a ver com o afirmado há pouco bocadinho de uma decisão técnica de organização das urgências tomada pelo Colégio de Pediatria, mas também por aquilo que possa ser a disponibilidade dos especialistas pediatras de estarem disponíveis para poderem garantir o trabalho noturno da urgência. Portanto, a área mais difícil de repor de imediato será a pediatria. Ainda assim, a exigência que existe e foi partilhada com o Diretor Executivo do SNS, é que nós não abdicaremos, não desistiremos nunca de qualquer dos serviços que existiam e estaremos, portanto, na linha da frente e quando digo nós, digo Executivo Municipal, nós Comunidade Intermunicipal e certamente nós Assembleia Municipal e população do Alto Tâmega, estaremos sempre combativos contra todos aqueles que entenderem que os residentes neste território não têm direito a serviços de saúde de qualidade, designadamente àqueles que eram já garantidos, porque esses não podem, na nossa perspetiva, ser de forma alguma perdidos e, portanto, estaremos nesse combate. De forma oficiosa, é verdade, que nos chegam muitas informações do interior das Unidades de Saúde e elas muitas vezes dão notícia do mal-estar dos profissionais, da vontade de alguns médicos se quererem ir embora, enfim, isso é uma preocupação muito grande, porque nós sabemos que muitas vezes que quando o Conselho de Administração tem conhecimento da vontade dos profissionais de saúde, ela já foi partilhada pelos colegas de equipa. Portanto, há aqui um aspeto muito importante e, por isso, queria pedir a todos aqueles que têm capacidade de intervenção, que têm uma palavra que pode contagiar outros, é que nos seus espaços, nos seus locais de trabalho, na dimensão em que tenham capacidade de intervenção, possam contribuir para dar essa mensagem positiva de que esta região é uma região interessante para se viver, para morar, para criar os seus filhos, que tem todas as condições para se propiciar uma boa vida à sua família e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

que, naturalmente, os representantes públicos estarão disponíveis sempre para encetar todos os combates em defesa da saúde e, portanto, era muito importante que nós pudéssemos contagiar positivamente todos aqueles profissionais de saúde, médicos, enfermeiros e outros para que possam sinalizar o Centro Hospitalar e, particularmente, a Unidade de Chaves como sendo o seu local de trabalho de eleição. Sabemos que é difícil, mas eu acredito muito que é mais fácil se todos estivermos comprometidos e será mais fácil se nós todos fizermos o nosso trabalho, e o nosso trabalho, na minha perspectiva, não é andar a falar mal, não é criticar todos os dias, não é pôr em causa, porque se nós pensarmos bem, quem quer vender um produto, quem quer vender uma ideia, não fala mal dela. -----

Queria ainda, em relação à intervenção do senhor Membro desta Assembleia Municipal, Francisco Taveira, do PSD, dizer também que, se tiver disponibilidade, pode contribuir e participar neste processo de construção do novo plano estratégico para que possamos verdadeiramente identificar quais são os vetores de desenvolvimento estratégico que nós queremos para o nosso Concelho e, sobretudo, perceber como é que isso se pode concretizar, porque não basta identificar os vetores estratégicos, depois é preciso existirem recursos, meios, condições para que possam depois dar tradução aos planos de ação para que, efetivamente, as metas e os propósitos possam ser concretizados. Dizer também que não existe nenhum estudo na dimensão ambiental, social, económica a nível daquilo que possa ser a valorização dos recursos geológicos, particularmente do lítio. Sobre o assunto, devo dizer que, contrariamente ao que afirmou, nós não temos nenhuma situação de exploração, não existe nenhuma autorização de exploração. O que existe para o Concelho de Chaves e de Valpaços, é uma licença de prospeção e pesquisa, portanto, não há exploração, não há ainda nenhuma prospeção e dizer até mais, não há sequer nessa dimensão nenhuma perfuração. Neste momento, estão a ser feitas ações de sensibilização, sendo que importa vincar sobre esta matéria que o Executivo Municipal teve a oportunidade de se pronunciar em 2 momentos diferentes do processo de atribuição desta licença de prospeção e pesquisa por parte da Direção-Geral de Energia e Geologia e, de forma unânime, contra essa solução. Não porque sejamos contra por sermos contra, mas porque entendemos que temos recursos naturais, na nossa perspectiva, mais importantes e com mais valia para o território que são as águas, particularmente as águas termais e, portanto, a nossa concentração é muito mais nesta dimensão do que na valorização seja do lítio, ou seja de outro minério qualquer e, portanto, estamos muito empenhados em fazer evidenciar que o desenvolvimento do nosso Concelho não passa por essas dimensões. Ainda assim, temos que estar atentos e vigilantes a todo o processo. -----

Por último, quanto à intervenção da Membro desta Assembleia Municipal, Brigitte Bazenga, do PS, dizer que verdadeiramente só descansaremos quando a A24 não tenha portagens. Entendemos que a introdução de portagens se constitui como um erro crasso, injustificável, injusto, que atentou, na minha perspectiva, contra os interesses das gentes de Trás-os-Montes, particularmente do Alto Tâmega e Barroso, mas também toda essa linha interior. Não podemos descansar enquanto, efetivamente, aquilo que são as vias denominadas Scuts, não tenham qualquer limitação financeira à sua utilização e, portanto, ainda que reconheçamos que o caminho é este, valorizando, necessariamente, as decisões tomadas, e esta última vai fazer com que a redução dos montantes a pagar se cifra em 65% do valor inicial, é certamente uma boa decisão. Ainda assim, instamos o próximo Governo a que possa continuar nesta linha e que possa rapidamente conduzir-nos à eliminação destas barreiras, que são inaceitáveis, que são injustificáveis e, na nossa perspectiva, em termos do Orçamento do Estado é um valor que é verdadeiramente desprezível em função daquilo que são os ganhos e as vantagens em decisões de justiça territorial, de coesão e da competitividade que o território precisa e, portanto, é por esse caminho que temos que andar, é essa afirmação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

que temos que ter, ainda assim, notar que estamos no bom caminho. Muito obrigado. -

António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: --
Renovo os cumprimentos a todos os presentes, aproveitando este curto tempo para dar duas pequenas notas, uma, congratular-me pelo que o senhor Presidente disse relativamente à disponibilização da capacidade laboratorial instalada no Município para atender, agora, às necessidades laboratoriais nos Concelhos que foram afetados pelo Laboratório Regional de Trás-os-Montes, que, aliás, 5 dias depois de ter sido feita aquela ação do Ministério Público, encerraram a sua atividade e, portanto, obviamente, eu acho que há aqui um potencial que vai para além de se fazer reanálises às análises já feitas, mas daqui para o futuro suponho que há um vazio nessa atividade e era muito bom, de facto, que essas atividades se mantenham. Aliás, porque fazer a reanálise, daquilo que eu ouvi das notícias, algumas delas relativamente aos parâmetros microbiológicos que foram adulteradas pela adição de hipoclorito de sódio, normalmente conhecido por lixívia, estar a fazer reanálise não deve ser fácil, mas pronto, mas daqui para diante eu acho que há efetivamente um potencial efetivamente e ficava muito mais bem entregue, seguramente, nas mãos do laboratório aqui do Concelho. -----

Relativamente às Scuts, também queria dizer o seguinte, lembrando que foi o atual Secretário Geral das Nações Unidas que em 1997 apresentou no Parlamento o plano das Scuts, baseado num princípio que eu cá já referi que nunca foi atingido, que estas 7 Scuts que há no País, iriam proporcionar um desenvolvimento económico tal nas regiões abrangidas que o retorno fiscal desse desenvolvimento económico cobriria os custos das Scuts. Isso nunca se veio a realizar, esse plano ficou no papel que aprovou na Assembleia da República o Plano Rodoviário Nacional contemplando as 7 Scuts. As 7 Scuts custam, hoje, aos bolsos dos contribuintes cerca de 650 a 700 milhões de euros por ano. Isso representa, apesar de tudo, cada vez menos relativamente ao que são as receitas do Estado em termos dos combustíveis que no Orçamento de Estado para 2024 vão ser de 3 380 milhões de euros, 3 380 milhões de euros é o que está no Orçamento de Estado para 2024 relativamente às receitas dos combustíveis. Muitas destas receitas provêm de um imposto que é proporcional, que é o IVA e, nesse aspeto, o enorme aumento de combustíveis que houve nos últimos 10 anos, obviamente em termos de IVA, é uma receita muito grande. Portanto, para dizer que aquilo que atualmente se paga nas 7 Scuts do País, é cerca de um vigésimo deste montante de receitas do Estado e, portanto, esta pequena redução das portagens, digamos, desta iniciativa governamental, eu diria meus caros amigos, é uma gota de água relativamente às receitas que o Estado tem provenientes da atividade, digamos, do uso de combustível que, no fundo, deveria traduzir o princípio do utilizador pagador, mas que infelizmente não traduz, portanto, para dizer que o enorme aumento de receitas que o Estado tem vindo a ter, dava para eliminar qualquer portagem em qualquer Scut no País. Muito obrigado. -----

Encerrou este período de Antes da Ordem do Dia o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Renovo cumprimentos ao Senhor Presidente da Mesa, aos seus vogais e aos senhores Vereadores aqui presentes, a todos os Membros desta Assembleia Municipal e a todos aqueles que se encontram neste espaço. Queria, sobre as notas que o senhor Deputado Municipal, Carmona Rodrigues, do PSD, aqui trouxe. Em primeiro lugar, devo dizer que este Laboratório Colaborativo pertence a uma associação que se chama AquaValor, encontra-se fisicamente em Chaves, mas a verdade é que a sua propriedade é de um conjunto muito alargado de entidades, 70% das participações desta Associação de direito privado sem fins lucrativos são da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Barros, significando isto que são suportadas pelos seis Municípios com idêntica proporção, cerca de 29% do próprio Instituto Politécnico de Bragança e as restantes participações distribuídas por um conjunto muito alargado de entidades privadas, sobretudo, entidades privadas que vão desde a Associação Termas de Portugal à Super Bock Group. Existe um conjunto muito alargado de entidades que entenderam constituir este laboratório que, numa fase inicial, era o Laboratório Tecnológico da Água, porque se identificou como sendo uma carência importante não existir, no território, conhecimento num domínio estratégico e que tinha a ver com esta identificação da área absolutamente essencial e que nós identificámos como sendo a pedra angular do nosso desenvolvimento coletivo e comum. E, portanto, este Laboratório encontra-se acreditado para fazer um amplo conjunto de análises, sendo que o processo de certificação foi muito exigente, mas a verdade é que hoje tem essas condições e essa logística, encontra-se fisicamente a funcionar no antigo edifício onde funcionou durante muitos anos o Magistério e, portanto, uma das suas áreas, não a principal, mas uma das suas áreas, é exatamente poder prestar esses serviços na área laboratorial. ----- Os Municípios têm que contratar a tipologia de serviços de análise de água através de concurso público e, portanto, resultará do mercado quanto à definição se fará ou não fará as análises para todos os Municípios desta região. Neste domínio, existe a informação de que, de facto, em resultado desta decisão de deixar de operar nesta área o Laboratório em causa nas notícias, é verdade que a demanda tem sido crescente e, portanto, é expectável que se alargue de forma substancial. ----- Relativamente às SCUTS, mesmo que os objetivos ou postulados iniciais para a construção deste modelo de financiamento se tenham alterado, considero que existem objetivos que devem continuar a ser concretizados, ainda que, verdadeiramente, na dimensão social e económica não tenham sido atingidas as metas propostas. Considero que, do ponto de vista da coesão territorial, da coesão social e da justiça social, todas as populações têm o direito a poderem ter vias de comunicação adequadas. Eu, pessoalmente, acredito que só em 2027 é que existirá verdadeiramente condições para a eliminação das portagens, uma vez que o contrato de concessão termina nesse mesmo ano. No entanto, temo que nesse momento se encontre em funções um Governo que, apesar de acabar a concessão e, por esse facto, a obrigação do Estado de comparticipação financeira, entenda que, ainda assim, se deve manter as portagens em toda a extensão. Portanto, eu acho que devemos caminhar neste propósito para o ano, redução de 80%, depois 90% e depois 100%. É nesse caminho que acreditamos sere o nosso, porque é nesse caminho que temos que ir, porque considero tratar-se do caminho da justiça territorial e social para com as gentes do interior, porque nós sabemos que, de facto, temos tido e eu temo que poderemos continuar a ter um Estado centralista, centralizador e consumidor de recursos sempre no mesmo sítio, no litoral. É isso que eu temo. Vamos lutar para que isso não aconteça. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 27 DE SETEMBRO DE 2023. --- A Ata número quatro, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 27 de setembro de 2023, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. ----- O Deputado Municipal, José Pimentel Sarmento, do PSD, solicitou um ligeiro complemento à sua intervenção, o que foi aceite por parte da Mesa. ----- Página 31 – 51 “quando nos fosse garantido que não iria ficar uma Urgência Básica, mas sim uma Urgência médico cirúrgica” – linha 23-24 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Dez Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

PONTO 2 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da informação. -----

Renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, aos senhores Vogais, aos senhores Vereadores e à senhora Vereadora e naturalmente a todos os membros desta Assembleia Municipal. A informação procurou ser o mais explícita e esclarecedora possível em cada um dos assuntos mais importantes da agenda entre setembro e dezembro, em cada um dos momentos que aí estão identificados, a intenção foi dar a informação o mais explícita possível. Ainda assim, se houver alguma dessas matérias, intervenções ou reuniões que careça de uma clarificação ou de uma explicação mais pormenorizada, estarei naturalmente disponível, como não poderia deixar de ser. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: Cumprimento novamente todos os presentes, não temos, senhor Presidente, propriamente um pedido de esclarecimento quanto à agenda que aqui nos trouxe e à informação que nos prestou, mas não poderíamos deixar de destacar um evento que consta precisamente desta informação da agenda do senhor Presidente, um evento repartido em 4 momentos e que ao Grupo Municipal do Partido Socialista nos enche o coração para usar uma expressão apropriada à época, referimo-nos aos Convívios Seniores, aos almoços de Natal que ocorreram nos passados dias 8, 9, 10 e 16 do corrente mês, uma iniciativa inédita, realizada nesta época tão singular, tão sentida. E, portanto, é de assinalar esta iniciativa, é de louvar a presença de cada uma e de cada um dos nossos conterrâneos que ali quiseram dizer presente e dando também, naturalmente, uma palavra de incentivo e de agradecimento a todos os autarcas, a todas as instituições, a todos os trabalhadores e responsáveis políticos que tornaram estes 4 encontros possíveis. Foi com muita emoção que fui acompanhando os registos e os testemunhos destes dias, destes encontros que mais do que simples almoços, constituíram verdadeiros e significativos momentos de convívio, de carinho, solidariedade entre tantos e tantos flavienses, os quais, não raras vezes, estão votados a situações de solidão, de saudade, de isolamento. Desejamos, por isso, que esta iniciativa se possa revestir de uma verdadeira tradição no nosso Concelho, que tenha réplicas a cada ano, as quais terão, não tenho quaisquer dúvidas, um número crescente de convivas aderentes. Estamos convictos de que momentos de animação e de salutar convivência como estes são cruciais, únicos e muitos significativos nas vidas de cada um dos presentes, e isso, além de uma imensa alegria, só nos pode impulsionar a continuar o trilho, a repetir, a fazer mais. Bem hajam. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Eu começarei com um pequeno aparte. Em qualquer momento que o Partido Socialista, na Assembleia da República, quisesse ou queira acabar com as portagens nas Scuts, nunca lhe faltariam os votos, mesmo quando não tinha maioria absoluta para o fazer e, pelos vistos, também não falta excedente no Orçamento de Estado. O que importa é continuar a sustentar as concessionárias que numa forma vergonhosa vivem dos dinheiros públicos e dos nossos pagamentos. Eu queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara, e recordar alguns aspetos, sobre a questão das diversas reuniões que teve com os responsáveis da saúde. Quando foi formado o Centro Hospitalar, foi formado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

erradamente, foi formado contra a vontade dos profissionais, contra a vontade das populações e tinha na altura objetivos de encerramento de serviços e foi preciso muita luta para evitar, nomeadamente a nível dos serviços de urgência, que tal processo fosse para a frente. Eu não sei o número de anos, 16 anos? 16anos depois, ainda é difícil que o Centro Hospitalar, como Centro Hospitalar veja a Unidade de Chaves como um dos Pólos do Centro Hospitalar. Não faltarão, julgo eu, pelo menos ultrapassada esta crise da recusa das horas extras, adicionais, perfeitamente legítima, não faltam recursos desde que o Centro Hospitalar perceba a importância da Unidade Hospitalar de Chaves. Eu concordo com o senhor Presidente da Câmara num aspecto, eu acho que numa altura de crise, imposições da ordem dos médicos sobre a composição das equipas parecem ser mais um foco em encerrar serviços do que em mantê-los, principalmente numa coisa, nunca a Pediatria do Hospital de Chaves teve mais do que um profissional em presença física! E o foco e a pressão, devem estar no sentido e conhecem-se no concreto, propostas que viabilizam a Urgência Pediátrica do Hospital de Chaves e ao viabilizar a urgência, vem de mão dada o viabilizar do internamento. É preciso, é que haja vontade, vontade do Governo em termos de condições e de salário, volto a dizer, nada de paradoxos, depois do mesmo Governo gastar muito mais dinheiro em prestação de serviços, é vontade do Conselho de Administração, da Direção Clínica, da Direção, neste caso concreto estamos a falar do serviço de Pediatria em possibilitar isso e o foco tem que estar aí. As questões que eu ia colocar ao senhor Presidente da Câmara, eu penso que foi por engano, eu, pelo menos, do que me recordo da convocatória para a manifestação, para a vigília, não falava em Unidade Local de Saúde. O senhor Presidente disse que a manifestação tinha sido a favor da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, não vi no documento, mas disse Unidade Local de Saúde, não é a mesma coisa e eu volto a dizer que é um erro e o senhor Presidente pode me explicar o que é que o Diretor do Executivo do Serviço Nacional de Saúde disse sobre a viabilidade ou a perspectiva da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega? O que é que ele disse sobre isso? Porque estamos focados num caminho que não tem saída, em vez de estarmos focados no que tem que se fazer. Houve algum momento em que o Presidente, que de repente, o Diretor do Serviço Nacional de Saúde, muito à maneira do Dom Sebastião, é o senhor que vem e que as ideias dele sem discutir, sem analisar, sem lançar um processo de discussão faz uma reforma da saúde, o que é que ele disse sobre esse aspecto? Não é? E segundo, volto a dizer, como é que nós vamos lançar daqui, desta Assembleia, uma proposta concreta que vincule o Conselho de Administração atual que ainda não é da ULS, também ninguém percebe como é que vai mudar para a defesa de todo um conjunto de um serviço de urgência do nosso Hospital de Chaves. Muito obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, esclareceu e respondeu às questões que lhe foram colocadas. -----
Muito bom dia senhor Presidente em exercício da Assembleia, senhora Vogal, senhora Vereadora, senhores Vereadores, Membros desta Assembleia e a todos aqueles que se encontram presentes. Estamos mesmo no Natal, porque o senhor Membro desta Assembleia, Manuel Cunha, da CDU, não veio aqui fazer nenhuma pergunta, mas apenas afirmações que podiam ser feitas no Período Antes da Ordem do Dia e que, não tendo tempo, aproveitou para o fazer agora. Eu percebi a estratégia procedimental, fica assinalada e entendo bem que a Mesa neste período de Natal dê esta liberdade total. Quanto à primeira intervenção, aqui suscitada, e que também não teve nenhuma questão, nenhuma consideração o que significa que ambas estão no mesmo contexto, veio aqui colocar em evidência uma iniciativa que nos parece absolutamente indispensável e desejável, já o era há muito tempo, e sobre isso, só queria agradecer muito o compromisso, a colaboração, a participação de todas freguesias, porque foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

absolutamente indispensáveis para que este processo se concretize, proporcionando um dia diferente e especial aos nossos seniores, aos nossos maiores, um momento de verdadeira comunhão. -----

Sobre as questões suscitadas e devidamente contextualizadas pelo Membro desta Assembleia, Manuel Cunha, da CDU, queria fazer antes um ponto prévio. Os Municípios, o de Chaves e os do Alto Tâmega e Barroso, não têm competência em matéria de saúde, portanto, não podem vincular ninguém, não podem dar instruções a ninguém, não podem condicionar ninguém. O que nós fazemos, como fazem os cidadãos, como fazem as ordens representativas dos vários setores profissionais da saúde e não só, é colocar pressão, condicionar, serem embaixadores de uma determinada posição, interpretação e entendimento. Portanto, queria dar nota de que os Municípios não têm nenhuma competência nessa matéria, tanto não têm competência nesta matéria que não foram envolvidos em nenhum processo, como não foram envolvidos na criação, na formatação da lei sobre as ULS que agora se diz 2.0, não sabendo bem o que isso significa. E, sobre isso, queria dizer o seguinte: nós seremos sempre porta-vozes, embaixadores, representantes do povo de Chaves, traduzindo sempre a vontade desse povo, não apenas de um grupo profissional, não apenas dum setor da sociedade. E o que nós queremos verdadeiramente, todos sem exceção, é sempre o mesmo, é ter cuidados de saúde de maior qualidade e que tenham maior acessibilidade. Depois, quando nos perdemos na discussão dos modelos de organização, do Centro Hospitalar ou de uma ULS, nas mais variadas dimensões, o que nós queremos sempre, é o seguinte: ter uma provisão de cuidados de saúde o mais abrangente possível, com capacidade instalada e, fundamentalmente, que as estruturas dos serviços de saúde nos diferentes níveis, cuidados primários, hospitalares, cuidados continuados e outras possam ter a capacidade de, em tempo, dar as devidas respostas, de forma eficaz. Eu gostaria muito que as comunidades pudessem comprometer-se mais na definição daquilo que são as respostas de saúde em cada uma dessas comunidades, porque, se calhar, se todos fossemos envolvidos, percebíamos melhor aquilo que são as virtudes das decisões tomadas, mas, se calhar, podíamos colocar também em evidência as respetivas incoerências, inconsistências e, nalguns casos, a defesa do status quo existente nalgumas Unidades de Saúde. -----

Sobre a reunião ocorrida com o Senhor Diretor Executivo do SNS, foi transmitido a nossa posição relativamente à necessidade de criação de uma Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, ao invés do modelo proposto. Claro que, para que isso acontecesse, tinha que ser concretizada um conjunto muito importante de mudanças, designadamente de reforço de recursos humanos em muitas áreas, essenciais para que pudesse ser desenvolvido um projeto de Unidade Local de Saúde à semelhança daquilo que já existe noutras regiões do País. Sobre esta questão, o Senhor CEO do SNS foi muito perentório, afirmando que entende que o modelo escolhido se constitui como a melhor solução. Portanto, estamos em desacordo quanto a isso, mas estando em desacordo, temos que avançar, o que significa que estamos em desacordo quanto ao modelo, estamos em desacordo quanto à solução, temos que avançar, nós temos que avançar em questões muito concretas, muito específicas. Portanto, o que é importante para nós é continuar com a estratégia levada a cabo nos últimos 5 anos, que incidiu em mais investimento na Unidade Hospitalar de Chaves, ou seja, perante a identificação do conjunto de carências de cada um dos domínios, avançar com os investimento já garantidos como, por exemplo, no âmbito do PRR, no domínio da eficiência energética superior, num investimento superior a 3 milhões de euros. Mais de 3 milhões de euros para a Unidade Hospitalar de Chaves e, portanto, só nos últimos 4 ou 5 anos, alcançando provavelmente um investimento superior a 10 milhões de euros! Agora, isto é fundamental, é condição primeira, mas não suficiente para que seja feito o essencial que é continuar a existir um reforço de profissionais nas diferentes áreas para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

efetivamente o quê?! Para que não só se retomem os serviços que existiam, designadamente ao nível da urgência médico-cirúrgica, mas também, sobretudo, que se abram os serviços que se encontram neste momento por abrir e essa sim, é uma questão que temos de colocar em cima da mesa, ou seja, queremos verdadeiramente que o serviço de Cuidados Intermédios abra as suas portas para prestar cuidados à nossa comunidade. Portanto, é este o caminho que pretendemos fazer, sabendo todos que o nosso foco estará colocado em 3 ou 4 aspetos essenciais, sem descurar uma dimensão que para nós também é essencial, designadamente, como será implementado este modelo de governação ao nível da ULS, ao nível dos cuidados de saúde primários. Portanto, existem aqui um conjunto de riscos muito complexos, não podemos estar desatentos e teremos naturalmente que intervir ou, sobretudo, protestar, contestar, é isso que temos que fazer, porque, quanto ao demais, as decisões não dependem de nós. E deixo aqui uma nota, afirmando que a vigília foi em defesa da saúde do Alto Tâmega, aliás, estava inscrito na própria camisola que a Câmara de Chaves mandou imprimir e, portanto, ficou inequívoco a razão da nossa luta. É verdade que, por vezes, na comunicação, diz-se uma redundância que não aconteceu, portanto, queria que ficasse muito bem definido. Agora, percebam que a nossa insatisfação e a nossa revolta é muita, mas nós temos que ficar pelas palavras e pelas ações de manifestações e de protesto. Estaremos sempre disponíveis e fá-lo-emos para manifestações, para protestos, para vigílias, para deslocações, para entrevistas, para posições sempre em defesa do essencial, seja ele quem for o Ministro da Saúde, isso é absolutamente irrelevante, não importa qual seja o Governo, teremos sempre a mesma voz e a mesma determinação. Muito obrigado. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
Muito bom dia, a todos, cumprimento o senhor Presidente da Mesa, em exercício, a senhora Secretária, o Senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, a senhora Vereadora, os senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais, público em geral, comunicação social e todos os demais presentes. Ora, isto é uma prova evidente que depois de ouvir o Senhor Presidente várias vezes, chego à conclusão que o seu partido é o responsável pela situação toda e é responsável por quê? Porque anda a inventar modelos, anda a alterar aquilo que estava bem e que funcionava bem e que alterou para ficar pior e que continua com experiências, como é o caso de ter um Ministro da Saúde e vai buscar um Diretor Executivo que não sabe o que anda a fazer e, ainda por cima, o senhor Presidente reconhece que é autoritário, sem ter poder e ser mandatado por ninguém, a não ser pelo seu Governo, impõe as regras dele. Quanto às Unidades Locais de Saúde eu não ouço contestá-las em lado nenhum, mas ouço contestar os Centros Hospitalares que criaram. A primeira reforma foi na base dos Centros Hospitalares, na segunda reforma, agora, querem trocar os Centros Hospitalares por Unidades Locais de Saúde e continuamos aqui em experiências, e continuamos a sofrer e a ser penalizados com a política de saúde que não nos conduz a lado nenhum, e comparada com 2015? Não tem nada a ver esta assistência aos portugueses com aquela que tínhamos, apesar de estarmos numa situação de crise e de um pedido à Troika, em condições muito piores, com Orçamentos muito mais baixos e conseguimos fazer melhor. O Partido Socialista investe, investe dinheiro em cima de dinheiro, só que a gestão é péssima e não conduz a lado nenhum, isto é que é uma verdade e quem está atento ao que se passa no País é triste, o senhor Presidente não tem culpa dos erros do seu partido a nível nacional, eu também não tenho, nem nós temos, nós defendemos os interesses de Chaves e é nisso que estamos focados e baseados. Mas, infelizmente, temos que reconhecer que isto não anda bem, não anda bem quando, de facto, todos os dias vimos na comunicação social aos 8, aos 9 e aos 10 Hospitais que estão serviços fechados por falta condições para poderem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

exercer e prestar os seus serviços aos utentes. Há diariamente reclamações dos portugueses em relação ao estado do SNS, isto é lamentável, quer dizer, gastamos o nosso dinheiro, estamos a ser penalizados com mais impostos para a saúde e oferecemos uma qualidade de serviços muito piores e vem o senhor Presidente regozijar-se com muita coisa, mas eu só lhe digo, eu sinto-me triste quando ouço na comunicação social dizer que os sem abrigo aumentaram 80% em Portugal e tenho dito. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Senhor Presidente em exercício, senhora Secretária, senhora Vereadora e senhores Vereadores, senhores membros desta Assembleia. A minha presença aqui foi para dizer isto, como não há nenhuma questão colocada, a minha resposta é o silêncio! -----
A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

O senhor Presidente da Mesa em exercício, **Anselmo José Martins**, solicitou à Assembleia autorização para alterar a Ordem de Trabalhos. O Ponto nº3 da Ordem do Dia, será tratado, logo que o senhor 1º Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, Professor Doutor Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves, estiver disponível para apresentação da Informação Relativa às Atividades Desenvolvidas no Ano de 2023, neste momento não o está pelo facto de estar presente em outras reuniões. Alteração que a Assembleia autorizou unanimemente. -----

PONTO 4 – AUDITOR EXTERNO/EMISSÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1º SEMESTRE DE 2023. INFORMAÇÃO Nº30/DGF/2023; -----
Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----

Seguiu-se a intervenção da senhora Deputada: -----
Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: “Muito obrigada Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício, renovo os cumprimentos, não é nenhum pedido de esclarecimento, é um comentário político. Estamos num órgão político e, portanto, nós eleitos políticos do Concelho, julgo eu, que não nos podemos demitir de fazer comentário político, sobretudo à situação política concelhia e também à sua situação financeira e orçamental, é disto que trata este Ponto 4, o Relatório do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município de Chaves, relativa ao primeiro semestre de 2023. -----
E, quanto a isto, afigura-se-nos dizer que este relatório de auditoria ao Município de Chaves vem confirmar aquilo que temos vindo sucessivamente a afirmar nesta Assembleia no que a boas contas se refere. É possível aferir-se, pela análise do mesmo, que todo o processo de execução orçamental do Município é enlevado pela mais ampla transparência e com integral respeito pelas normas de contabilização, evidencia também que, neste momento e neste ano, como à semelhança dos anos anteriores, o Município de Chaves é uma casa bem arrumada e uma instituição absolutamente credível. Este documento exaustivo, lavrado por uma entidade independente e altamente técnica e profissional, plasma com exatidão todas as operações realizadas no período em apreciação, que se reporta entre 01 de janeiro a 30 de junho do corrente ano. Não podemos deixar de destacar, sem nos debruçarmos com execuções de anos anteriores, mas apenas do que se refere ao período homólogo, portanto, ao primeiro semestre de 2022, a uma redução evidenciada nas despesas com os passivos financeiros, é algo que muito nos honra. Salientar, ainda, que perpassa em todo o documento, seja aquando da análise da receita e da despesa, seja no que concerne ao ativo, seja, por fim, nas considerações relativas ao resultado do período, o significativo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

impacto gerado pela transferência de competências para o Município nas áreas da saúde, da educação e da ação social. Por fim, e se dúvidas houvesse, que quanto a nós, em boa verdade, já não poderão subsistir, vem aqui confirmar-se a trajetória de boas contas e de bem servir, pelo que o Grupo Municipal do PS não pode deixar de se congratular com as conclusões deste documento, parabenizando o Executivo na pessoa do senhor Presidente, por este desempenho no primeiro semestre do corrente ano. Muito obrigada”. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 5 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS 2024, ENQUADRADAS NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2024-2028). APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO. PROPOSTA Nº 136/GAP/2023. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito bom dia novamente, Senhor Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Municipal, senhora primeira Secretária, naturalmente, também a senhora e senhores Vereadores, Membros desta Assembleia Municipal, também todos aqueles que se encontrem presentes na sala. Vou ler um documento que, em grande medida, já é conhecido, mas, ainda assim, queria partilhá-lo com Vossas Excelências, porque, de outra forma, poderiam não ter a oportunidade de conhecer as considerações que sobre estes Documentos Previsionais para 2024, que integram sobretudo as Grandes Opções do Plano na dimensão do Plano Plurianual de Investimentos, mas também no Plano Municipal de Atividades e necessariamente naquilo que dão suporte financeiro aos orçamentos quer da Despesa quer da Receita. -----

“O documento que se apresenta, constitui-se como um guião estruturante no qual se encontram traduzidas as opções económicas e financeiras do Município de Chaves para o ano 2024, sendo que o dossiê se encontra estruturado com as Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano Municipal de Atividades Mais Relevantes e Orçamentos da receita e da despesa. -----

“Trata-se de um documento produzido numa conjuntura de grande exigência, e, por isso, de exceção, no qual os cenários macroeconómicos internacional e nacional estão eivados de incertezas quanto aos fundamentos da dinâmica económica, motivada, em grande medida, pelos grandes conflitos bélicos na Europa e no Médio Oriente. -----

Com efeito, o enquadramento externo tem vindo a deteriorar-se em virtude dos choques gerados pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia, e, mais recentemente, pelo conflito vivenciado na Palestina, que influenciam negativamente a taxa de inflação, o incremento das taxas de juros, mas também do preço da energia. -----

O cenário macroeconómico internacional e nacional enquadra e condiciona habitualmente a governação nacional, mas também a governação local, quer na modelação das políticas públicas municipais, quer na gradação da implementação das prioridades estratégicas, que orientam os instrumentos de gestão financeira e económica de curto prazo. -----

Se nos últimos anos as condicionantes à gestão autárquica se encontravam correlacionadas, a nível macro, com questões de saúde pública, que degradaram a economia e as finanças das famílias, das empresas, das IPSS e dos países, e, ao nível micro, a excessiva dívida do município, que comprometia a disponibilização de recursos financeiros para a concretização de projetos relevantes para a comunidade flaviense, agora, muito em resultado da ameaça global que a guerra instalada a leste da Europa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

terá de se adicionar o aumento expressivo da inflação, dos juros da dívida pública e privada e o significativo aumento dos preços da energia. -----

É, pois, com o atual enquadramento de grande exigência, que urge prosseguir com a concretização dos compromissos autárquicos amplamente sufragados nas eleições autárquicas realizadas no final do pretérito ano, que dão expressão às prioridades estratégicas municipais e supramunicipais, sendo que o desígnio supino da governação municipal deve centrar-se na qualificação das pessoas, das empresas e das instituições, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, de aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas. -----

Nesse contexto, as Demonstrações Previsionais para o ano de 2024 dão tradução à estratégia de prossecução dos processos de eficiência, financeira, dos sistemas de água e saneamento e energética, que nos permita tornar mais sustentável a gestão autárquica e, assim, aumentar a qualidade dos serviços públicos e, por esta via, a qualidade de vida nos nossos concidadãos. -----

Por outro lado, o documento previsional para o próximo ano identifica como prioritária, de forma clara, a estratégia de atração de investimentos e dinamização do tecido empresarial local, centrada na requalificação e modernização da área de acolhimento empresarial e na formação qualificada dos nossos recursos humanos, sendo que para a consecução desse objetivo estratégico, o município de Chaves vai iniciar a concretização do relevantíssimo investimento aprovado em sede de PRR, em valor superior a uma dezena de milhões de euros, que visa modernizar e qualificar a área de Acolhimento Empresarial de Chaves, nas dimensões das energias renováveis, infraestruturas de 5G e de videovigilância. Outros dos eixos estratégicos de desenvolvimento enunciada, enquadra-se na salvaguarda de um direito constitucionalmente consagrado, o direito à habitação, sendo que tal ambição se encontra identificada com uma das opções mais relevantes do documento em apreciação, nas dimensões da habitação social, do arrendamento acessível e da inclusão social. -----

Nesse contexto, encontra-se já em execução, quer o primeiro direito, quer o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), que visam, no nosso território, concluir a requalificação do edificado do bairro dos fortes, bem como reabilitar vários imóveis degradados do Centro Histórico, a fim de permitirem, por essa via, o acesso a uma habitação condigna a custos controlados aos mais jovens e/ou desfavorecidos e, por outro lado, atrair novas famílias para esse local. -----

O documento ora em apreciação prossegue, concomitantemente, com o reforço de afirmação do potencial de planeamento e gestão ao nível da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, que permitiu, nos últimos anos, resultados auspiciosos, nos domínios da proteção civil, do empreendedorismo, da capacitação de empresários, das empresas e das instituições, do turismo, da educação, da ciência e investigação, mas sobretudo no domínio da definição da estratégia comum para este território. -----

Destarte, o caminho, o nosso caminho, o trilho plasmado nas Demonstrações Previsionais para o ano de 2024 continua a ser o da cooperação e do compromisso simbiótico e não o do egoísmo e isolacionismo territorial. -----

As linhas orientadoras plasmadas no documento encontram-se centradas na coesão social e territorial, no investimento/emprego, na construção e requalificação de equipamentos, espaços públicos e rede de mobilidade urbana e rural, mas sobretudo a qualificação humana, através do conhecimento, da investigação e inovação, mas também no ambiente, no turismo e no termalismo, como aliás não poderia deixar de ser pela centralidade estratégica que o recurso água, em particular a água mineral natural,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

água termal, encerra para o desenvolvimento do nosso concelho e, também, para todo o Alto Tâmega e Barroso. -----

Apesar de se vislumbrar um cenário pouco animador em termos de recuperação económica e face ao impacto da inflação quer nas famílias quer no tecido empresarial, perspetivando-se um período de acentuação do custo de vida, o Município de Chaves continuará, em 2024, a apoiar todos os setores da comunidade flaviense, no âmbito das suas atribuições e competências, num compromisso responsável de apoio às famílias, às empresas, ao associativismo, nas suas diversas dimensões, bem como às camadas mais carenciadas da sociedade civil, aos jovens e aos idosos, às pessoas com deficiência, reforçando iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos flavienses em geral, seja em termos infraestruturais, seja em atividades/ações que visem mitigar situações de precariedade habitacional e social. -----

No fundo, a presente proposta de orçamento materializa a vontade do Município em canalizar verbas para prosseguir o caminho de apoio constante à comunidade, pela implementação e conclusão de inúmeros projetos de investimento, a maioria cofinanciados pelo PRR e/ou a desenvolver através de capitais exclusivamente próprios, na senda do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida dos flavienses, com o intuito em colocar Chaves na vanguarda da inovação e crescimento. O financiamento desses projetos está acomodado no orçamento municipal previsto para o ano de 2024, que se concretiza em € 60.282.570,75. -----

Nota de relevo, neste particular, é a relevante poupança corrente ou saldo corrente, ou seja, a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, que se prevê que atinja, no ano de 2023, o expressivo valor de € 7.873.686,84, sinal inequívoco da boa gestão autárquica. -----

No que concerne à dimensão orçamental, na ótica da receita corrente, no montante global de € 44.231.685,06, cuja rubrica mais relevante assenta nas transferências, € 24.274.179,61, que inclui o Fundo de Financiamento e Descentralização (FFD), relativo à Educação, Saúde e Ação Social, no valor de € 6.175.068,00, seguida pelos impostos diretos, com € 7.768.334,29, pela venda de bens e serviços, com € 7.626.147,28, seguidamente pelas taxas, multas e outras penalidades, com € 2.294.143,92, os rendimentos de propriedade com € 1.905.863,44, outras receitas correntes, € 363.016,52, e, por último, os impostos indiretos, com € 100,00. -----

Quanto à previsão orçamental, em matéria de receita de capital, cuja expressão global se concretiza em € 15.697.464,51, assenta, em grande medida, nas transferências de capital, e, dentro destas, a participação comunitária em projetos cofinanciados, no valor de € 9.853.988,39, o artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 73/2013, no montante de € 3.256.974,00, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, no valor de € 1.515.076,00, passivos financeiros, no valor de € 353.421,18 e proveitos de sociedades financeiras, no valor de € 283.968,27. -----

No que concerne ao Plano Plurianual de Investimentos, que contempla todos os projetos/ações que contribuem para a formação bruta de capital, que o município se propõe desenvolver no ano de 2024, estão alocados € 20.894.713,91, distribuídos pelas seguintes funções: -----

- Funções Gerais: € 2.363.619,69; -----

- Funções Sociais: € 6.089.853,35; -----

- Funções Económicas: € 12.440.240,87; -----

As funções económicas, 59,54%, e as sociais, com 29,14%, representam, em conjunto, as componentes mais expressivas do investimento municipal, para o ano de 2024, pois concentram 88,68% do total do PPI, e 30,74% do orçamento total. -----

Permitam-me, ainda que de forma muito fugaz, enuncie aqui alguns dos principais investimentos municipais em curso ou em fase de implementação: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

1. Centro Ecuménico de Chaves – Casa Mortuária, com a dotação previsual, para o ano de 2024, de € 728.058,11; -----
 2. Aquisição de viaturas, em vista a renovar o vetusto parque auto do município, cuja média de idade é muito superior a vintes anos, com a dotação previsual de € 500.000,00; -----
 3. Acomodação dos encargos financeiros finais resultantes da construção da piscina/tanque aerodinâmico termal “Aqua e Saltem, com a dotação de € 403.552,56; -
 4. Investimento no domínio da educação, que inclui o ensino pré-escolar e o ensino básico e secundário, com a dotação financeira definida, para o ano de 2024, no valor de € 361.220,56, e a dotação não definida, concretizada em € 8.494.100,00. A concretização do investimento, na componente da dotação não definida, está dependente do sucesso de candidaturas a submeter ao PRR, em matéria de requalificação de infraestruturas educativas (Escola Secundária Fernão Magalhães; Escola EB 2, 3 de Vidago e Escola EB 2, 3 Nadir Afonso; -----
 5. No que concerne à habitação e serviços coletivos o investimento previsual fixa-se em € 3.747.684,77, densificando-se na habitação social, com a dotação financeira previsual de € 847.077,26, no planeamento, com € 1.482.171,60, no saneamento com € 278.882,89, e no abastecimento de água com € 1.059.553,25. -----
 6. O investimento municipal no domínio dos serviços recreativos e religiosos, cifra-se em € 1.766.602,35, sendo € 722.723,30, na cultura, € 247.663,45, destinado a infraestruturas para a prática desportiva, e € 687.591,60, para construção, manutenção e aquisição de equipamentos para instalações desportivas, donde ressalta a dotação financeira previsual para a piscina Municipal, no montante de € 605.591,60. -----
 7. No domínio da função económica, com a dotação global de € 12.440.240,07, merece particular ênfase a subfunção de indústria e energia, cuja expressão financeira maior se concretiza no projeto relativo à Área de Acolhimento Empresarial de Nova Geração, no valor de € 6.678.000,00, financiado integralmente pelo PRR. -----
 8. Ainda no âmbito da função económica, na componente de desenvolvimento tecnológico, convirá realçar o encerramento físico e financeiro do projeto do Aquanatur Palace, com a verba final de € 491.239,49, mas também o arranque da concretização mais do que provável do projeto do Bairro Digital no Centro Histórico, com a dotação não definida de € 1.495.375,00. -----
 9. Continuando ainda no domínio económico, devemos ater-nos ao investimento previsto em matéria de transportes e comunicações, cuja dotação global atinge a dotação de € 5.002.396,25, donde se destaca o projeto relativo à requalificação da EM 507 – Chaves / Soutelinho da Raia, com o valor de € 1.115.971,14, e muitas outras intervenções em matéria de pavimentação e beneficiação de arruamentos e de estradas municipais, cujo investimento se materializa em € 1.500.000,00. -----
 10. Deverá, por último, no que a investimento municipal em matéria económica diz respeito, referir a dotação prevista, para o ano de 2024, na estrutura viária urbana de Chaves e Vidago, que é de € 1.591.101,15. -----
- Quanto ao Plano de Atividades Mais Relevantes (AMR's), documento que agrega as atividades, que tendo natureza corrente, constituem projetos/ações de gestão autárquica com relevância, e se estruturam, também, em três funções principais, aliás como o PPI, funções gerais, sociais e económicas, cuja dimensão financeira se concretiza em € 12.959.075,80. Também neste plano, a função social, com € 10.903.114,69, e a económica, com € 1.620.100,00, ganham, no seu conjunto, preponderância, pois concentram 96,64% das AMR's e 20,21% do total do orçamento. Neste domínio deve ser ressalvada a dotação alocada a matérias de proteção civil e luta contra incêndios, correlacionada com as Equipas de Intervenção Permanente e o apoio às três corporações de bombeiros existentes no concelho, que se concretiza em € 616.299,51. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

*Já no domínio das funções sociais, teremos de destacar a dotação previsional afeta aos transportes escolares, no valor de € 1.200.000,00, e no fornecimento de refeições escolares, com idêntica dotação financeira. Deve ser evidenciado que este executivo tomou, há dois anos, a decisão de tornar gratuito todo o transporte escolar. -----
Notar ainda que em matéria de habitação e serviços coletivos o município de Chaves prevê, no ano de 2024, gastar € 2.400.000, em tratamento de águas residuais, € 1.900.000,00, no fornecimento de água para consumo humano, e € 2.060.000,00, em recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos. -----
No domínio da cultura, a dotação previsional global é de € 1.075.250,80, que compreende uma miríade de atividades e ações de índole cultural, tais como a Festa dos Povos de Aquae Flaviae, Sabores de Chaves, Festival da N2, Festival de Verão de Vidago (OP 2023) e as corridas de Barcas – Rio Tâmega (OP 2020). -----
No que concerne ao Plano de Atividades Municipais, para o próximo ano económico, está ainda inscrita a dotação para o apoio à Produção Pecuária e Suinicultura, mas também a despesa prevista com a energia, seja na componente dos edifícios e instalações, seja na componente da iluminação pública. -----
Não pode ser esquecido o apoio financeiro previsto para as freguesias do concelho de Chaves, em vista a apoiar a concretização das respetivas competências próprias, em valor superior a um milhão de euros. -----
Os inúmeros e significativos investimentos municipais integrados nas diferentes dimensões, funções gerais, económicas e sociais, na requalificação urbana e ambiental, densificados em projetos e ações no reforço das infraestruturas e equipamentos de apoio às atividades económicas, na qualificação e apetrechamento de equipamentos escolares, na requalificação do edificado municipal com vocação social, no reforço da oferta cultural e no incremento da promoção turística, sem descuidar o incremento da rede colaborativa de ensino e investigação, no âmbito da CIMT-AT e em rede com o Instituto Politécnico de Bragança. -----
Os documentos previsionais em apreço, como resulta da expressão financeira patente no PPI, € 20.894.713,91, conferem à dimensão económica uma particular atenção, que evidencia forte estímulo ao desenvolvimento local, continuando, ainda assim, com uma forte marca social, densificada na habitação social, na educação e na saúde. -----
Estamos certos de que, no contexto macroeconómico atual, marcado pela incerteza e incremento dos preços, e em face dos recursos financeiros disponíveis, em particular no contexto de transição entre dois quadros de financiamento europeu, conclusão do Portugal 2020 e arranque do Portugal 2030, as propostas constantes dos documentos previsionais para o próximo ano económico respondem às principais necessidades deste concelho e aos anseios da nossa gente, pelo que os submetemos à apreciação de V. Exas., na expectativa de que os flavienses e a sua qualidade de vida, se assumam como o ponto de partida e ponto de chegada, na apreciação e votação dos mesmos.”
Tenho dito. -----*

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse:
Bom dia, a todos. -----

*“A elaboração dos documentos previsionais é o reflexo financeiro das políticas do Município, pelo que, na sua elaboração e na sua concretização, deve ser levada em linha de conta a racionalidade, a eficiência e a transparência, servindo estes para projetar e guiar. São a linha de orientação que nos permite descortinar aquilo que podemos esperar do Município e da sua ação para 2024. -----
Ultrapassado o cenário pandémico, eis que assistimos a constrangimentos e dificuldades económicas várias, resultantes de guerras e conseqüente inflação, aumento das taxas de juro e dos custos energéticos e, por essa via, contração do*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

consumo. Esta factualidade tem efeitos diretos na vida de grande parte dos cidadãos, que se vêm privados de uma parte substancial dos seus rendimentos, e influi, indubitavelmente, a governação local e a modelação das políticas públicas. -----

O aumento generalizado dos preços retira folga financeira às famílias e, como é evidente, implica também os Municípios, as empresas e, em geral, todas as instituições, que sofrem com esses aumentos de custos, os quais não são acompanhados pelo aumento proporcional das receitas. -----

A própria transferência de competências, como já constatado, trouxe também condicionamentos e condicionantes, que obrigam a que se faça uma maior reflexão e um planeamento financeiro mais atento. -----

Não obstante, da análise atenta aos presentes Documentos Previsionais, constatamos que os relevantes investimentos em curso, a que se somam os previstos para 2024 e os anos seguintes, irão com toda a certeza incrementar o desenvolvimento económico, social, turístico e cultural do concelho, sublinhando o papel central e mobilizador que cabe a Chaves no contexto do Alto Tâmega e Barroso; -----

- De salientar a visão estratégica definida pelo atual executivo que visa a atração de investimento e a dinamização do tecido empresarial e, por sua via, gerador de emprego e contribuinte para a fixação de famílias e aumento da natalidade; -----

- A este propósito não poderemos deixar de aqui realçar o modelo de sucesso que se tem prosseguido no Parque Empresarial, e a expectativa gerada por um investimento muito significativo, superior a 10M€, que se destinam a implementar a cobertura de 5G, fornecer energia verde ou renovável às empresas instaladas e a implementação de videovigilância. -----

- De destacar, também, as políticas no domínio da inclusão social, na salvaguarda do direito à habitação, constitucionalmente garantido e preocupação primeira de tantas famílias, nas dimensões da habitação social e do arrendamento acessível; -----

- Com o Programa do 1º Direito, que já se encontra em execução, bem como através do PRR, vai ser possível requalificar o Bairro dos Fortes, bem como, reabilitar imóveis degradados no Centro Histórico, projetos que dotarão a nossa habitação social de condições dignas, sendo um motor de promoção social e humana, que servirá como também para a fixação de população no centro histórico, e, certamente, impulsionará, ainda mais, o investimento privado na reabilitação imobiliária; -----

- Nos domínios da afirmação do território e da água, merecem destaque 2 grandes projetos – o Aquae Saltem e AquaNatur Palace - que irão guindar e elevar Chaves como destino turístico, cultural, de saúde e bem-estar e de inovação, em torno deste grande eixo estratégico que é a água e, em particular, da água mineral natural e do termalismo; -----

- O equilíbrio financeiro evidenciado no saldo Receitas vs Despesas, merece igualmente o nosso mais sentido sublinhar pela evidência da responsabilidade e da afirmação das boas decisões que são tomadas em sede orçamental;

- Mais de 60 Milhões de euros. É este o valor do Orçamento Municipal para o próximo ano; -----

- Constatamos que além do crescimento económico se aposta no apoio às populações, no cuidado e resposta às necessidades do concelho, apesar das dificuldades bem patentes do contexto vivido; -----

- Apesar de todas as condicionantes bem conhecidas, este documento reflete o arrojo, a coragem, a vontade e a determinação de fazer bem e cada vez melhor; -----

- É um orçamento de segurança, um orçamento realista e que não traz qualquer promessa vã e sem possibilidade de concretização. Para quê falarmos em piscinas olímpicas se não temos meios para as construir? Centremo-nos no realizável, almejando sempre uma dimensão de sonho, mas imbuídos da necessária sensatez de quem gere dinheiro público e não pretende “vender” ilusões. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

- *Temos um orçamento centrado na coesão social e territorial, no investimento e emprego, na construção e requalificação de equipamentos, espaços públicos e rede de mobilidade urbana e rural, bem como na qualificação humana, no ambiente e no termalismo;* -----

- *Servir as pessoas, as famílias, desenvolver o território e apoiar todos os setores da comunidade flaviense são ensejos que presidiram à elaboração deste orçamento, pelo que este merece o nosso veemente apoio e o convicto e firme voto favorável!* -----
Muito obrigada. Provavelmente não voltarei aqui, desejo Boas Festas a todos. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, pessoal de apoio, comunicação social e os demais presentes. Eu venho, aqui, novamente a falar do rio Tâmega, o rio que me viu crescer, o rio que me proporcionou vários dias de lazer durante muitos anos. Vem aqui no orçamento o projeto da Junta da Galiza sobre o rio Tâmega, também dar aqui conhecimento que a CIM do Alto Tâmega quer, de facto, realizar um projeto juntamente com Verin e, no meu entender, falamos sempre em Verin e chamo a atenção do senhor Presidente da Câmara que do lado Espanhol existem outros Concelhos que são o de Oimbra e o de Laza, eu sei disso tudo não me explique nada. O rio Tâmega nasce em São Mamede, sei muito bem onde fica, já lá estive algumas vezes, sei a distância que fica de Laza, já lá fui a pé, quando era novo. Por conseguinte, eu sei bem do que estou a falar, conheço-o pessoalmente, por isso mesmo, leva-me a chamar à atenção que há muitos anos, não é só do seu mandato, temos um sonho, realizar um projeto que recuperasse o rio Tâmega, que lhe desse condições para que, de facto, pudesse ser praticável para vários desportos, era esse o sonho e há muitos anos que eu venho a ouvir falar nisso. Mas, quando se fala em Espanha, lembro-me sempre do velho ditado “*de Espanha, nem bom vento, nem bom casamento*”. Por conseguinte, estou sempre desconfiado com qualquer tipo de projeto que venha de Espanha, principalmente quando temos há uma série de anos a Eurocidade e se me perguntarem o que é que de facto tem acontecido com o projeto da Eurocidade? Direi que é muita parra e pouca uva. Esta é a minha opinião, vale o que vale, mas não deixo de a expressar, porque tenho razões para o dizer. Devemos evitar que situações como as que têm acontecido até aqui, venham a acontecer em relação ao comportamento dos nossos irmãos espanhóis. Eu venho chamar a atenção e também querer ser esclarecido sobre o exemplo flagrante da falta de interesse por parte da Alcaidaria de Verin e também de Oimbra com pouco ou nada terem feito nas últimas décadas, como se diz em bom português. O projeto fala de Laza, de São Mamede até o limite do Concelho de Chaves e aqui eu gostava que o senhor Presidente me tirasse uma dúvida. O projeto diz que vem de São Mamede do Concelho de Laz, até ao limite do Concelho de Chaves, é o limite de saída, o ou limite de entrada? Eu queria que, de facto, o senhor Presidente depois me explicasse, porque se fosse assim, eu voltava outra vez cá, porque, como sabem, a distância entre São Mamede ao nosso Concelho, ou seja, ao açude é muito mais curto do que é dentro de Espanha. Também gostava de tirar dúvidas, eu sei que se fala aqui em turismo, em ambiente, que se fala aqui em muita coisa, mas eu também queria saber outra coisa. Estão a fazer-se grandes terraplanagens na parte Espanhola com uma grande extensão junto à fronteira com Portugal. Eu tenho experiência e todos nós temos que Espanha quando faz, ou seja, os espanhóis quando fazem investimentos na zona, junto ao rio, ou é para exploração de inertes ou então, como agora parece, que é para um grande centro de apoio a incêndios. E, por conseguinte, vem fazê-lo na parte portuguesa, no fundo, eles não querem prejudicar a praia fluvial que já têm. Ora, este projeto da Junta da Galiza sobre o rio Tâmega e junto à fronteira portuguesa, deixa-me a pensar da seguinte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

maneira, como é que os Espanhóis tendo 2 grandes rios com maior caudal do que o Tâmega, como é o caso do Lima e do Minho, vêm fazer um empreendimento de apoio aos incêndios junto à fronteira com Portugal. Isso leva-me a pensar que o rio Tâmega que de verão já tem um fraco caudal, o caudal vai ser reduzido e vai até ser posto em causa quando o tempo não nos ajudar, ou o Santo António, ou o São Pedro não nos ajudarem também. Por conseguinte, são essas informações que eu gostaria que o senhor Presidente me desse. Porque do lado Português nós temos a barragem das Nogueirinhas, temos o embalse de Mairós, temos o embalse do Cambedo, temos o embalse de Vale de Anta ou Curalha, como lhe queiram chamar, mas do lado espanhol temos só a Sanábria e temos Viana del Bolo, são as 2 barragens mais próximas. E, por conseguinte, para localizarem esta estrutura junto da fronteira, eu quero saber que vantagem é que Portugal vai ter visto que lhe chamam Projeto Ibérico, parece que o projeto é dos 2 lados, gostava que o Senhor Presidente da Câmara me explicasse quais vão ser as nossas vantagens? Porque, de facto, é tão próximo da fronteira de Chaves que nos tira a possibilidade de amanhã nós fazermos seja o que for no rio Tâmega por falta de caudal. Por conseguinte, é por isso que em relação este projeto que já vem desde 2021, não vejo andar nada, nenhum projeto para a recuperação do rio Tâmega e para a sua limpeza, pois no estado em que está o nosso rio da ponte de São Roque até Vila Verde, não nos dá condições nenhuma. Acima de tudo, nós temos grandes lagoas que foram exploradas em altura em que valia tudo e, por conseguinte, ainda estamos a sofrer por causa dessa situação, porque nunca foram repostas as margens, nem nunca foram recuperadas essas mesmas lagoas. Era isso que eu tinha a dizer e muito bom dia, não sei se voltarei a intervir, se não vier, a todos os presentes, desejo um bom Natal e umas boas entradas. Muito obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa, o senhor primeiro Secretário, a senhora segunda Secretária, a senhora Vereadora, os senhores Vereadores, aos senhores membros desta Assembleia Municipal, o público que também nos acompanha e a comunicação social que ainda resiste, bem como os profissionais que dão apoio nesta Assembleia Municipal. Estamos a discutir o instrumento mais importante da política pública municipal de curto prazo que existe para o nosso Concelho. Estamos a falar, tão somente, das Grandes Opções do Plano e dos respetivos suportes financeiros que garantem as condições para a execução e a concretização de uma multiplicidade de ações e de projetos muito importantes, para a concretização de muitos dos anseios da nossa comunidade. As Grandes Opções do Plano permitem também dar tradução e satisfação a muitas das necessidades que a nossa comunidade tem em muitas dimensões, nos serviços mais básicos da água, tratamento de lixo e de recolha, de tratamento de efluentes urbanos, de transportes, seja os transportes para os cidadãos em geral ou os transportes escolares, também a iluminação pública e fornecimento de energia, enfim, uma panóplia de serviços, que como perceberam e que têm a oportunidade de constatar nos documentos contabilísticos que incorporam o respectivo dossier. -----

E, portanto, é, de facto, na minha perspetiva, o documento mais importante que temos, que estrutura, densifica e que permite a concretização desses objetivos. Pois bem, o PSD, sobre este documento, vem aqui falar do rio Tâmega, não quero com isto dizer que o rio Tâmega não seja importante. Das duas uma, ou o documento é tão bom, tão bom, tão bom, que não merece nenhuma censura, nenhuma crítica, nenhum contributo e, de facto, ele é perfeito, eu devo dizer que não o é, tem fragilidades, mas, de facto, sobre a análise deste instrumento, que é o momento mais importante de discussão política do ano. Na minha opinião, este instrumento é mais importante que a Prestação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

de Contas, porque aquando da Prestação de Contas apenas avaliamos o nível de execução, mas a definição das políticas, daquilo que tem mais importância na área social, na área económica, nas funções sociais, verdadeiramente onde é que se define o que se vai fazer no próximo ano e, em muitos casos, nos seguintes, porque o PPI, como vocês sabem, tem uma perspetiva a 4 anos, é verdadeiramente o instrumento mais relevante. Então, o PSD vem falar do rio Tâmega, mas a realidade é que o tema não é o rio Tâmega. O rio Tâmega podia ser abordado no Período Antes da Ordem do Dia, mas não para falarmos sobre o Orçamento, sobre Grandes Opções do Plano, pois bem, parece que para o PSD a grande opção do plano é apenas esta. Eu acho que é pouquinho, como diria alguém e, portanto, não é absolutamente suficiente. Ainda assim, divergindo das considerações, vou ter oportunidade a seguir de me referir a elas, porque, verdadeiramente, o que nós estamos a falar, é de um documento estruturante sob o ponto de vista económico e financeiro. Pois bem, estávamos à espera que, na sequência da posição assumida pelo PSD na Câmara, viesse aqui falar efetivamente daquilo que é essencial, isto é, com o este mesmo Orçamento o que é que o PSD faria diferente?! Pois bem, quando nós estamos a falar de um documento estruturante desta natureza, nós esperávamos todos que, perante os recursos financeiros existentes, que são estes e que não são outros, que opções diferentes de nós tomaríamos?! O que é que se estivessem a governar este Concelho, o que fariam diferente? Em que áreas?! Nas áreas económicas?! Sim, com que projetos?! Na área social?! Sim, com que projetos?! Na área educativa?! Sim, com que projetos?! Era isso que eu esperava e não apenas fazer, ou dizer, como se fez na Reunião de Câmara. Eu tinha preparado algum material, convencido de que falariam de projetos do passado, mas ainda assim, vou usá-lo, porque no Executivo Municipal o voto contra sustentou-se em projetos estruturantes para o futuro. Vou pedir aos Membros desta Assembleia Municipal para verem se conseguem identificar este projeto, onde é que localizam uma vez que se afirmava que se encontrava construído em 2013. Está executado? Alguém aqui na sala sabe dizer-me efetivamente onde é que este projeto que era para estar concretizado em 2013, está executado? É o pavilhão multiusos, sabem onde é que ele fica? Apenas no papel, nas intenções e, portanto, não podemos continuar a ter uma política de falsidade, de propostas sem sentido e sem condições de as executar, não! Temos que dizer o que queremos fazer e com que recursos queremos fazer. Quando nós fazemos uma proposta, para sermos sérios e sermos respeitados, temos que dizer o seguinte - eu quero fazer este projeto com estes recursos financeiros, com recursos financeiros do Município, ou com recursos financeiros Europeus, ou com recursos financeiros que eu vou contratar na banca. Não basta dizer eu sou contra, eu queria o céu e a terra, tudo ao mesmo tempo, eu também queria, mas isso não é possível, é só para os meninos em idade que ainda não têm grandes condições para refletir. E este?! Conhecem este?! Conhecem este campo, este complexo desportivo que era supostamente para estar construído, com muitos campos, que permitiam inúmeras atividades?! Porque Chaves ia ser o centro do mundo e das zonas adjacentes! Pois bem, neste local, que era para o tal centro desportivo, vai nascer, para o ano, uma residência universitária. Sim, isso são coisas concretas, com financiamento através do PRR já assegurado e cujo projeto já está aprovado na Câmara Municipal. Isso são realidades, não são cantos de sereia, não são propostas para enganar o tolo, não! Pois bem, e esta piscina?! Vocês conhecem a piscina olímpica?! Sabem onde é que ela fica?! Alguém a descobre?! Pois bem, o voto contra do PSD é porque querem uma piscina olímpica! E eu pergunto: onde estão os recursos?! Onde estão os meios?! O que é que vocês deixavam de fazer?! Os transportes escolares?! As refeições escolares?! A iluminação pública?! O tratamento dos resíduos?! O que é que deixarão de fazer?! Porque eu olho para o Orçamento e não consigo descortinar a disponibilidade de 14 ou 15 milhões de euros para o efeito! Sinceramente, não! Têm-me ouvido falar que nós queremos fazer uma piscina



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

semiolímpica e tenho dito repetidamente que, provavelmente, teremos que recorrer a financiamento à banca. E, sobre este propósito, nós já o podemos fazer e sabem por quê?! Porque se em 2017 a dívida total do Município registada era de 38 milhões de euros, ela, hoje, andarà pelos 20 milhões de euros ou pelos 19 milhões e qualquer coisa, reduzir 19 milhões de euros em 6 anos com a quantidade de obras que nós fizemos, eu acho que merece alguma reflexão e merece algum respeito, sinceramente! E não é para desperdiçarmos pela porta fora tudo o que conseguimos. Porque nós não queremos andar para trás, não queremos voltar outra vez ao tempo do faz de conta, isso não é possível! Penso que todo e qualquer cidadão já percebeu que esse não é o caminho! Então, eu peço novas propostas, novas ideias, mas de forma sustentada e informada que sejam passíveis de discussão. Pois bem, algum dos membros da Assembleia Municipal fez uma reflexão relativa aos custos de funcionamento de uma piscina olímpica?! Alguém?! Mas existem exemplos no País, como a piscina olímpica de Coimbra que andarà, seguramente, acima dos 500 mil euros, 500 mil euros! Pois bem, queremos mais um MACNA?! Queremos mais uma fundação?! É isso que nós queremos?! Queremos andar para trás e queremos destruir aquilo que já fizemos?! Muito obrigado, por aí nós não vamos! -----

Pois bem, falemos então do rio Tâmega. Era, porventura, importante que quando se fazem intervenções na Assembleia Municipal, que nós tivéssemos conhecimento, fizéssemos pesquisa e reflexão, e procurássemos perceber exatamente os propósitos de cada uma das coisas. Não confundamos o rio Tâmega, nem a sua nascente, nem aquilo que são os concelhos atravessados pelo rio Tâmega no lado espanhol que são efetivamente 3 e do lado português são muitos, se calhar, era importante também perceber que obra e que investimento está ali a ser feito! É um investimento feito, exclusivamente, com verbas espanholas, no caso concreto, da Galiza, tratando-se de um financiamento executado com base no INTERREG, apenas com verbas Espanholas e é, de facto, um propósito que tem a ver com um aeródromo de proteção civil, relativamente ao qual não temos muita informação. Mas, dizer que, muito provavelmente, o que se pretende, é que exista cada vez mais uma ação concertada e articulada ao nível da proteção civil, mas também no combate aos incêndios, porque sei e vocês sabem que os incêndios não conhecem fronteiras, nem limites administrativos e, nessa perspetiva, faz todo sentido, uma vez que a proteção civil é claramente um dos domínios e no combate aos incêndios é claramente um dos domínios em que essa cooperação pode acontecer. Sinceramente, eu não vejo mal nenhum que exista um espaço em que possam operar, sobretudo no período de combate aos incêndios, um conjunto de meios aéreos portugueses e espanhóis, para que possam combater incêndios no raio de influência desta infraestrutura. E disto, concluir que se vai prejudicar a qualidade da água, que se vai contaminar a água, acho que é uma conclusão um pouco catastrófica, porque estou convencido que a água que eles vão retirar, vai ser, sobretudo, nas zonas envolventes, naquilo que são os embalses ou outro tipo de pontos de concentração de água e, sinceramente, a minha preocupação é menor. -----

Pois bem, misturar este assunto com a ideia determos, no futuro, o aproveitamento do rio prejudicado para práticas desportivas, não me parece correto, pois a prática desportiva depende mais da quantidade de água e menos da qualidade da água. É curioso, e essa qualidade e a quantidade de água tem mais a ver com a utilização que dela faz Portugal, do que Espanha faz dela, porque é verdade que a utilização da água do rio Tâmega é feita, sobretudo, mais por Chaves, na zona da Veiga, do que pelos espanhóis e, portanto, se existe uma ação importante a fazer na manutenção do volume e do caudal água, sobretudo, no período do estio, no período de verão, ela é sobretudo uma demanda, uma provocação a nós próprios, aos agricultores, às associações dessa área, à APA e ao Ministério da Agricultura, para quê?! Para que possamos ter maior quantidade de água, ela só se consegue se nós formos mais eficientes, formos mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

racionais na utilização da água e isso depende mais dos portugueses do que dos espanhóis. Situação diferente tem a ver com a qualidade da água, onde já tive oportunidade de referir numa interpelação e num esclarecimento feito ao senhor membro desta Assembleia Municipal, Carmona Rodrigues, do PSD, e nesse contexto, percebemos claramente que existe um trabalho a fazer na qualidade da água. Nessa dimensão, o trabalho depende muito mais dos espanhóis, do que dos portugueses, porque se encontra diretamente relacionado com a necessária intervenção no tratamento dos efluentes, sobretudo efluentes urbanos menores, quer em Verin, quer em Oimbra, que executou, há pouco tempo, uma espécie de ETAR, mas que, ainda assim, não trata adequadamente os efluentes. Portanto, devo dizer que esta matéria extravasa as competências do Município, sabendo da importância que tem o rio Tâmega para todos nós e tem por aquilo que são os seus impactos ambientais, mas também enquanto fonte e reserva de água, mas também na sua perspetiva turística. Dizer também que, em breve, poderemos ter a possibilidade ou a expectativa de podermos utilizar o rio Tâmega para o tal desporto náutico sem motor, quando a barragem do Alto Tâmega estiver completamente cheia e o espelho d'água existir. -----
Dizer também que apesar das condições que o rio Tâmega tem, a Câmara Municipal de Chaves tem um projeto e existe também uma entidade privada que tem um projeto que já vem desenvolvendo práticas náuticas no rio Tâmega. -----
Mas, o tema do rio Tâmega constitui-se como um bom tema, estamos disponíveis para o discutir, até pode ser uma boa temática de discussão, de diagnóstico, de proposta aqui nesta Assembleia Municipal e estarei, naturalmente, disponível para poder participar nela, agora o que se esperava neste Ponto da Ordem de trabalhos, é que discutíssemos o essencial, e o essencial são as Grandes Opções do Plano e Orçamento, e já percebemos que quanto a isso, o PSD disse nada. Muito obrigado. ----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
Bom dia, novamente. Senhor Presidente, como sabe, nós, como todos os partidos, temos as nossas reuniões internas e sabemos muito bem qual foi a discussão e a votação que os nossos Vereadores tiveram neste ponto, sabemos muito bem disso, votaram contra e, por conseguinte, nós sabemos e não vamos agora repetir os argumentos que os mesmos disseram. Mas também lhe digo uma coisa, aquilo que o senhor Presidente diz em relação à Estrada de Soutelinho da Raia, pois era uma obra que já há muitos anos deveria estar feita e, portanto, todas as Câmaras tentaram fazer e não conseguiram, se o senhor Presidente a fizer, vai estar de parabéns. Por conseguinte, eu só queria dizer isso, nós é que sabemos, o timing é nosso, mas gostava que o senhor Presidente, por exemplo, me falasse quando é que vai fazer as obras da PSP? Porque, de facto a PSP precisa de obras, sabemos o estado em que está. Em relação ao pavilhão, eu estive há dias a dar uma reviravolta lá no meu arquivo e vi lá uma série de revistas do tempo do Dr. Alexandre Chaves, mas eu sou tao amigo do Dr. Alexandre que eu não quero vir aqui falar dele, porque todos falaram do pavilhão, não me venham falar do pavilhão, o pavilhão faz falta. Eu também ouvi dentro do meu partido alguém que tinha a responsabilidade que tem o senhor Presidente hoje, dizer que a manutenção do pavilhão era muito cara, eu sempre defendi o pavilhão, eu sou coerente defendi o pavilhão connosco e convosco, porque faz falta, aquele pavilhão já não tem condições e se querem progredir e, de facto, mostrar outras condições e oferecer outras condições às pessoas que nos vêm visitar, temos que fazer o pavilhão, não se preocupe com a dívida, o senhor Presidente tem uma preocupação com a dívida, a mim a dívida não me preocupa nada, porque sabemos muito bem, não deve preocupar, não se riam porque a dívida hoje é a que é, baixaram a dívida, tudo muito bem, está tudo muito bem, baixaram a dívida, mas não falem, eu já lembrei que o senhor Presidente quando foi candidato à Câmara, tinha o dever de saber qual era a dívida, aceitou o desafio e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

cumpriu, tenta reduzi-la, mas também lhe vou dizer uma coisa, não se esqueça de tudo quanto deixaram ao senhor Presidente, porque a dívida está aí em Chaves, está no MACNA, está no Museu das Termas Romanas, está no Polis, está neste edifício onde o senhor Presidente está, tudo isso tem que ver com a dívida, porque a mim não me preocupa a dívida, preocupam-me são as coisas que ficam, digam-me as obras que vocês possam mostrar-me. A ponte de São Roque? Esteve 2 anos sem acessos. É essa obra que os senhores querem mostrar? Sempre criticaram muito o Museu das Termas Romanas, já estão há 6 anos à frente da Autarquia, vai para 7. E como é? Como é? O que lá está é nosso, os senhores o que é que fizeram? O projeto que lá está, é nosso. Como é que é? O que é que os senhores fizeram? Diga-me, o que fizeram? Por conseguinte, fazer a estrada 314 ou 311, como lhe queira chamar, muito bem, fazer a estrada para Soutelinho da Raia faz muito bem, não sei se vai levar passeios até ao São Caetano, é um assunto que também devia ser discutido, também lhe vou dizer uma coisa, quem está empenhado como eu em ler tudo, eu leio quase tudo, li quase tudo. Mas nós temos muito pouco tempo, entregam-nos a documentação, não sei o que é que o meu partido andou a fazer, porque eu não aceitava e digo-lhe já, no meu tempo eu não aceitava que vocês nos dessem o tempo que dão e não aceitava também que me entregassem um Plano de Atividades e um Orçamento com dois dias para estudar, porque nós temos outros afazeres, porque é sempre à sexta-feira, sempre à sexta-feira, não pode ser assim, pelo menos com 8 dias de antecedência. Não dá tempo para estudar, entregam-mo na sexta-feira, a seguir é sábado e domingo e depois como é? O problema é esse, desviam-se daquilo que é real e quem quer participar e quer saber o que lá está escrito, não tem tempo, é muito difícil. Muito obrigado e desculpem. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Renovo cumprimentos à Mesa, ao senhor Presidente, ao senhor primeiro Secretário, à senhora segunda Secretária, à senhora Vereadora, aos senhores Vereadores, aos distintos Membros desta Assembleia Municipal e a todos aqueles que dão suporte a esta Assembleia Municipal e aproveito para cumprimentar o senhor Professor Ramiro Gonçalves, 1º Secretário da CIM, que, entretanto, se juntou a nós e que vai certamente estar aqui até que este Ponto da Ordem de Trabalhos possa ser discutido. -----

Muito bem, vamos então fazer aqui uma pequena apreciação das considerações que foram feitas pelo Membro desta Assembleia, José Pimentel, do PSD. Estou com alguma dificuldade em começar, porque elas são tantas e tenho algum receio que me possa esquecer. Primeiro, dizer que percebo claramente que venha cá dizer que não se importa com a dívida, é curioso que o seu partido, perante uma pronúncia diferente de um dirigente do Partido Social Democrata, veio dizer que isso era inaceitável, que era absolutamente impossível. O senhor Membro desta Assembleia não se preocupa com a dívida, mas eu preocupo-me, quer com a dívida pessoal, quer com a dívida da Câmara. Porque, quem não se preocupa com a dívida, é porque não a quer pagar e, portanto, sinceramente, o que eu acho que nós temos que ter sempre presente, é que tem de ser sempre uma dívida sustentável. E essa dívida era insustentável, só no mandato de 2013/2017 a Câmara de Chaves pagou, só em juros, 6,8 milhões de euros! Eu repito, 6,8 milhões de euros! Isso foi a tradução de não se querer saber da dívida, esses 6,8 milhões de euros dariam para fazer parte da piscina semiolímpica, sabe?! Se calhar, com esse dinheiro, podiam ter feito a piscina olímpica na altura, mas não a fizeram. Pois bem, a mim preocupa-me muito a dívida, porque quando a dívida tem um impacto muito significativo como tinha no mandato 2009/2013 e no mandato 2013/2017, significava que o Município tinha uma incapacidade clara para financiar a sua atividade. Porque é que os investimentos não eram feitos?! Porque uma parte significativa do Orçamento Municipal, da receita, era alocada ao serviço da dívida, portanto, se nós somarmos 2



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

mandatos, andaremos, se calhar, muito próximo daquilo que é o custo de uma piscina semiolímpica. Hoje, o que restou desse período, foi uma piscina inscrita num cartaz ou numa revista, é aí que temos a propalada piscina. Mas, mais grave ainda, é sair nas revistas com datas precisas, 15 de maio a piscina, em 15 de novembro arrancará o pavilhão multiusos. Será feito um pavilhão multiusos com 3 pisos, dizia-se aqui em 2007 e nós estamos em 2023! Vocês já viram alguma revista que tenha sido promovida no meu mandato, em que se tenham dito mentiras descaradas destas, uma só?! Fica o desafio! Portanto, tudo aquilo que faz parte do nosso portfólio de projetos e de compromissos vão ser executados, pelo menos, no final de 2025, eles estarão em projeto e/ou em execução. -----

Ainda bem que falou do Museu das Termas Romanas, é o exemplo da incompetência, supina incompetência. Vamos, então, ver porque se trata de um projeto de incompetência! O único mérito de que se podem orgulhar incide exclusivamente na mudança do local do estacionamento subterrâneo que era para ser feito na Praça General Silveira e passou a ser em frente ao Palácio da Justiça. Essa foi a decisão, não vamos novamente discutir isso, os riscos que aconteceram, os atrasos que se propiciaram e os recursos financeiros da Câmara que se perderam, nem vamos sequer discutir isso. Discutamos, apenas, o projeto das termas romanas. Quando, no âmbito da execução dos trabalhos preparatórios para a construção do parque subterrâneo, foram identificados vestígios arqueológicos, numa primeira fase, restos de uma muralha seiscentista, a decisão que foi tomada foi a correta e, portanto, dever-se-ia fazer a preservação e a musealização dos vestígios arqueológicos. Tudo o que aconteceu a seguir, foi uma trapalhada. Os projetos foram todos uma trapalhada, um depois do outro, sinceramente, mas pior do que isso, é ter um projeto em execução, em fase de conclusão de execução e termos um projeto, um equipamento que dava cobertura aquilo que era um achado arqueológico bastante singular, muito importante no contexto da presença romana na Península Ibérica, quiçá na Europa, e o que é que se fez?! Não se fez o essencial. Sabem que quando em 2017, nós determinámos, por minha proposta, a suspensão daquela empreitada e contratámos o LNEC para fazer o estudo do projeto, o primeiro aspeto solicitado por eles consistia na disponibilização de estudos relacionados com a temperatura e a humidade. Pois bem, eu pedi aos serviços os estudos, sabe onde é que eles estavam?! Não existiam, não existiam! Como é possível fazer um projeto dessa dimensão, tendo a certeza, porque era observável, que existia calor no interior, que existia humidade e, ainda assim, não se tenha tido o cuidado de saber qual era a quantidade de calor e a forma como se distribuía ao longo dos meses e ao longo do dia, e qual era humidade relativa do ar?! Pois bem, sabe o que é que foi feito a seguir?! Contratamos o LNEC para fazer os estudos que deveriam ter sido feitos antes da obra. Ao fim de 3 meses, e após a elaboração desses estudos e do respetivo modelo, sabem qual foi a conclusão do LNEC?! Foi que o projeto na componente mecânica era ineficiente e inadequado e que se iriam gastar entre 40 a 50 mil euros por ano em energia elétrica e, ainda assim, 2 a 3 meses por ano não se garantiriam condições de utilização, porque, ainda assim, haveria condensação. Pois bem, o que se fez a seguir?! Contratou-se um projeto novo para a área mecânica, desta vez com a supervisão do LNEC e com a revisão do projeto pelo LNEC. E depois disso, elaborou-se o projeto, alterou-se a empreitada, executaram-se as obras e ainda hoje o LNEC é nosso parceiro. E sabem porquê?! Porque continuam a monitorizar, diariamente, o calor e a humidade, para quê?! Para que não aconteça uma coisa que ninguém deseja, que é ter condensação e, portanto, significa que se esse projeto nasceu na gestão do PSD, um problema irresolúvel que teimava em resolver-se, mas que estava há 6 ou 7 anos parado. Foi, então, resolvido na gestão do PS! Pois bem, vejamos, quando se diz que nós deixámos dívida, mas deixámos obra, então comparemos essa dívida com a obra de outros Concelhos. É que, na minha vida, gosto muito de me comparar com outros,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

porquê? Porque se nós fazemos só auto-avaliação, não percebemos o que é que está a acontecer nos outros concelhos e quando não percebemos o que está a acontecer nos outros concelhos, nós ficamos para trás e foi isso que aconteceu durante anos. Nesse momento, Chaves estava atrás e muito atrás de outros concelhos. Quando durante muitos anos se tinha alguma inveja pelas iniciativas que iam acontecendo em Montalegre e em Boticas, lá estava Chaves, porque dizia muito da sua dinâmica e certamente dizia muito da sua capacidade de liderança, presumo que nos últimos anos isso tenha deixado de acontecer e nunca mais ninguém tenha ficado com essa inveja e com esse desejo de pertencer a outros Concelhos. Mas estava eu a dizer que era importante que nós pensássemos no seguinte e que refletíssemos em conjunto, porque as reflexões em conjunto ajudam-nos a avançar, ajudam-nos a melhorar e, nessa perspetiva, queria dizer o seguinte: o passivo que foi deixado, a dívida que foi deixada, tem alguma comparação com cidades congéneres às nossas com quem nós gostamos sempre de nos comparar, Vila Real e Bragança?! Pois bem, em Vila Real, em 2017, tendo nota que muitos dos investimentos que nós estamos a fazer, já os têm feitos, tinha uma dívida de cerca de 9 milhões de euros, nós tínhamos 38 milhões de euros, com orçamentos parecidos. Bragança, que tinha todos esses investimentos que nós precisamos de fazer, pavilhão multiusos, piscinas que nós não fizemos ainda, mas que eles tinham feito, deviam 5 milhões de euros e, portanto, significa o quê?! Era, naturalmente, o quê?! Era a medida da nossa competência e por aqui me fico sobre a sua propalada boa gestão do PSD, nesse momento. Muito obrigado a todos. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um pequeno esclarecimento, à intervenção do Membro desta Assembleia, José Pimentel, do PSD. -----

Senhor Membro desta Assembleia, José Pimentel, pode vir usar da palavra, mas antes disso, eu queria dizer-lhe o seguinte: o artigo 21, do nosso Regimento, Ordem do Dia, diz no ponto 3 *“A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data de início da sessão, enviando-se em simultâneo, a respectiva documentação por correio electrónico”*. Estamos única e simplesmente a cumprir o Regimento. Faça favor de usar a palavra. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Muito bem, só quero dizer o seguinte: fico perplexo, quando o senhor Presidente da Câmara mostra aqui um certo empenhamento em não querer dever, em não querer dívida disto ou daquilo, mas o seu partido, a nível nacional, levou o País a 3 bancarrotas, como é que se pode preocupar com a dívida? Então um partido nacional que leva o País a 3 bancarrotas e depois vem um Secretário-Geral, o que foi eleito agora há dias, parabéns, vem dizer, nós não pagamos a dívida. os alemães até vão tremer, pelo amor de Deus, ó senhor Presidente, vir aqui e estar-nos a acusar, a nós, da dívida e ter 3 bancarrotas e, ainda por cima, ter um Secretário-Geral que se recusava a pagar a dívida aos alemães da Troika, por amor de Deus, eu não tenho mais nada a dizer-lhe. Está tudo dito, a mim a dívida não me preocupa. Estou aqui disponível para votar a favor, se forem coisas de interesse, porque o que hoje custa 5, se a não fizermos, daqui a meia dúzia de anos custa 30 ou 40. Estamos a ganhar dinheiro, por isso é que nós fizemos as obras, em relação ao museu, o senhor Presidente tem toda razão, à parte da condensação, à parte da condensação, o senhor Presidente tem toda a razão eu sei disso. Eu reconheço que foi um erro terrível, não terem resolvido o problema da condensação, que era simples, porque foi simples, misturar água quente com fria, a condensação vai-se embora, toda a gente sabia disso, mas aqui parece que não sabiam, agora, não me venha com o pavilhão outra vez, porque o pavilhão, o senhor Presidente, no primeiro mandato, os senhores também têm nos panfletos o pavilhão,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

então como é que é isto? Também diz que ia construir um pavilhão no primeiro programa do seu primeiro mandato. Nós também podíamos vir aqui com os seus desdobráveis e perguntar, onde é que está o pavilhão que o senhor Presidente disse que ia construir no primeiro mandato? Então, também não está? Olhe que eu tenho tanta coisa do Dr. Alexandre Chaves nas revistas que disse que queria fazer e não fez e o senhor Presidente no seu primeiro mandato também tem lá muita coisa que não fez, quer que eu traga aqui? Se quer que eu traga aqui, tem que me dar mais tempo, porque não é com 2 minutos ou 3 minutos que eu venho aqui dizer as coisas, é só isso. Muito obrigado. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

É Natal. Muito bom dia, renovo os cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, senhor primeiro Secretário, senhora segunda Secretária, senhores Vereadores e senhora Vereadora aqui presente e todos os Membros desta casa da democracia. Estamos a viver o período de Natal e, portanto, a elasticidade tem que ser muito grande e temos que ter essa compreensão e tê-la-emos com certeza. Percebi a sua perspetiva sobre a dívida, ela está em rota de colisão com aquilo que é o pensamento do PSD a nível nacional, sobre aquilo que têm sido as pressões de outros dirigentes partidários, mas nós também somos homens e mulheres livres e, nessa perspetiva, entendo que possa ter pensamento próprio, mas devo dizer-lhe que sobre essa matéria é preciso ter algum equilíbrio, isso é fundamental, se não a dívida come-nos completamente a todos. E foi isso que aconteceu no passado, e enquanto eu for Presidente da Câmara e puder influenciar as decisões, isso não acontecerá, com certeza, porque serão decisões equilibradas, ponderadas e sempre em nome do interesse fundamental que é o dos flavienses e, portanto, nessa perspetiva, faremos sempre isso. É também curioso, que sobre a questão da dívida, o PSD tenha sempre posições divergentes, mas esperemos que quando lançarmos o concurso da piscina semiolímpica, onde muito provavelmente teremos necessidade de fazer a contratação de um empréstimo, iremos ver a posição do PSD no seu conjunto e também a posição individual, particularmente a do Membro desta Assembleia, José Pimentel. Estarei atento, ainda mais atento, para o que possa vir a acontecer! Ainda que lhe possa dizer que estamos a trabalhar no sentido de que esse empréstimo não venha a ser necessário, mas se for, cá traremos essa proposta. Afirmo isto com a certeza que estamos muito empenhados em concretizar mais um dos compromissos que faz parte do tal panfleto, que são 23 e, portanto, no final de 2025 faremos o balanço. E, nesse momento, em que pudermos fazer o balanço e perspectivar um novo ciclo, então veremos quantas estarão cumpridas, quantas estarão por cumprir e faremos novamente a comparação sobre aquilo que era o passado e aquilo que é o presente. E depois, se numa linguagem do Presidente da República, o desempenho foi bom, se foi muito bom, se foi mediano ou se foi insuficiente, veremos e podemos utilizar essa escala que utilizam sempre na formação, na educação, veremos então como é que isso se concretiza no momento oportuno. -----

Quanto à questão, e não vou resistir de comentar, da entrega de documentos, sabem que eu também estive nesse lugar, na oposição, e também falei muitas vezes sobre Grandes Opções do Plano e Orçamento, e a verdade é que o tempo que me davam e que me conferiam na Assembleia Municipal ainda era menos magnânimo que agora é. Curiosamente, nesse momento, o Regimento foi aprovado sem qualquer condescendência, usando ao limite a representatividade que existia e desta vez não foi tanto assim, porque teve em conta um conjunto de composições e um conjunto de compreensões que fez com que o tempo fosse redefinido de forma diferente e, portanto, não é verdade que tenha sido como no passado, mas é curioso que censura muito, e nessa matéria, permitam-me fazer, apenas, um comentário: é curioso que para os outros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

2 dias chegavam e para si não chegam 4? Se foram distribuídas na sexta-feira, hoje é quarta-feira, significa que teve 4 dias para preparar os documentos e, portanto, na minha perspetiva, essa não pode ser a razão para não preparar uma intervenção relativamente ao assunto que faz parte da Ordem de Trabalhos. Eu preparei muitas intervenções nesta matéria, muitas e às vezes num dia só, não era em dois, era num dia só e, portanto, eu fi-lo e nunca usei isso como argumento e quem me conhece e quem assistiu aos debates nesta Câmara, considera que a preparação não era assim tão deficitária?! Mas não resisto também a falar da questão de ser obrigação do Município fazer as obras da PSP. Eu acho que se enganou de destinatário! Acho que se enganou de Orçamento! Porque esse pedido tem que ser feito ao Orçamento Geral do Estado ou então ao Ministério da Administração Interna, não ao Município de Chaves e ao seu Presidente. Porque o que nós estamos a falar é de uma função do Estado Central, conseqüentemente, a obrigação para fazer as obras de reabilitação daquele equipamento não é do Município de Chaves, nem nunca será. Aliás, até lhe digo mais, se o Município de Chaves as fizer, sem nenhum contrato Interadministrativo, estará a cometer decisões ilegais, até com responsabilidade financeira para os seus decisores. Mas sobre o assunto, permitam-me partilhar algumas diligências já concretizadas sobre essa matéria, para além de ir visitar as instalações e de as conhecer de perto, sobretudo nas partes menos acessíveis ao público e percebendo que carece de obras, sobretudo ao nível da cobertura, mas também ao nível térmico e também de outras infraestruturas relacionadas com a água e o saneamento. Nesse contexto, foi possível que estivesse em Chaves uma representante da Direção Nacional da PSP e, na sequência disso, encontra-se, neste momento, em contratualização, o projeto de reabilitação do edifício da PSP, projeto esse contratado pelo Ministério da Administração Interna e não pela Câmara de Chaves. E, portanto, devo dizer-lhe que está enganado, essa não é uma obrigação do Município de Chaves, é uma obrigação do Ministério da Administração Interna e devo lembrar-lhe, quanto esta matéria, que as necessidades do edifício não são de hoje, já são de há muito tempo e devo outra vez recordar que o Executivo que lidero é executivo há 6 anos e o PSD esteve 16 anos. Fica isto dito, só. Obrigado. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com cinquenta e cinco votos a favor, treze votos contra e três abstenções, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocência Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Joana Maria Machado Borges, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Francisco António Pinho Peixeiro, Ricardo Vassal Coutinho e José Carlos Carvalho Fernandes. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo - André Lourenço da Silveira, de Faiões - Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos - Augusto José Aires da Anunciação, de Mairós - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras - António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha - Alfredo José da Silva Barreira, de Oura - António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco - Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte - Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucides e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia), em representação de Santa Leocádia - Amândio Veríssimo Machado, de Santa Maria Maior - Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão - Maria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranhos) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Votos contra: Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, Francisco António Taveira Ferreira, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, João Luís Gonçalves Rodrigues, Maria José Alves Portela, Anabela Maria Neves Martins, Gilberto Gomes Alves, Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira e Eurico Luís Pereira Anes Azevedo. -----

Abstenções: Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor José Gomes. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes sete membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, Helena Cristina Gonçalves Santos. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins – Sara Cristina Trinta Morais, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira. -----

PONTO 3 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SECRETÁRIO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA E BARROSO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2023; -----

O 1º Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, Professor Doutor **Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves**, prestou informação sobre as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2023. -----

Bom dia, senhor Presidente da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia. É com gosto que estou aqui para lhes apresentar de uma forma resumida aquilo que foi a atividade da Comunidade Intermunicipal durante o ano 2023 e, claro, depois estar disponível para as questões que queiram colocar. Como todos saberão, as Comunidades Intermunicipais têm vindo a assumir quase que mensalmente um conjunto de competências novas, mas vou pontualizar aqui 3 ou 4 questões que me parecem ser as mais importantes deste ano de 2023 e também uma outra nota sobre um aspecto que nos parece ser relevante para 2024. A Comunidade Intermunicipal, hoje, é uma entidade que continua a desempenhar as suas funções numa ligação estreita com os 6 Municípios do Alto Tâmega e Barroso numa perspetiva de valorização do território. Está organizada, hoje em dia, já em 4 divisões que toca temas muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

diversos, que vão desde as florestas, aos transportes, ao ambiente, à educação, à saúde, ao empreendedorismo, ao turismo, portanto, há muitíssimas atividades que estão aqui elencadas e que são sempre feitas em articulação com os 6 Municípios do Alto Tâmega e Barroso. Destacava aqui 3 ou 4 assuntos que nos parecem ser os mais importantes para este ano de 2023 e também serão mais importantes para os próximos anos. Em relação à questão das florestas eu diria que continua a haver dois tipos de atuação, um que diz respeito à utilização das nossas brigadas florestais, que tem tido um desempenho muito considerável, brigadas florestais que têm na sua génese a proteção da floresta e a gestão de toda a mancha florestal e que são elemento importante, é verdade. 2023 foi um ano bom em termos de matéria de incêndios, mas nunca podemos estar descansados porque continuamos a ter uma floresta que está desordenada, que cresce desordenada e à qual ainda não foi dada a devida atenção no que respeita à sua valorização e, portanto, corremos sempre o risco de numa situação climática extrema, podemos vir a ter um incidente muito grave no nosso território, porque nós temos a maior mancha de pinheiro bravo da Península Ibérica e, portanto, isso pode acontecer. Realça-se aqui o desempenho das nossas brigadas que conseguiram ter um desempenho 20% superior ao ano de 2022, são brigadas que estão muito acima daquilo que tem sido o desempenho conseguido ao nível nacional em termos de produção diária. Penso que já referi aqui nesta Assembleia, volto a referir, se calhar, nós temos um sistema de controlo das brigadas que nos permite saber quanto é que elas produzem ao dia e a média que têm conseguido alcançar, é de 1,27ha/dia e, portanto, são vinte e oito homens, estão colocados catorze em Chaves que servem também Boticas e Montalegre e catorze estão em Vila Pouca de Aguiar e que servem Valpaços e Ribeira de Pena. Em 2023 tivemos uma ótima conquista, tínhamos apenas um único trator que rodava pelos seis Municípios, hoje em dia temos dois, o que vai permitir também aumentar a nossa capacidade de poder fazer mais trabalho. Depois, também, ao nível do planeamento e no que diz respeito à parte da floresta, há muitos projectos onde temos estado envolvidos, e grande parte deles utilizam, sobretudo, os sobrantes das limpezas para poder gerar energia. Há vários “poctps” onde conseguimos alcançar financiamento de forma competitiva e também outro tipo de projetos para os quais somos cada vez mais invocados, quer pelo PRR, quer por outro tipo de fundos europeus. Passo agora para um assunto que é talvez o assunto mais difícil que tivemos nestes seis anos, faz seis anos, dia 2 de janeiro de 2018, que é o assunto dos transportes e sobre o qual também tenho um pedido depois a fazer, sobretudo, aos senhores Presidentes de Junta. Pontualizo, assim, telegraficamente este assunto que é complexo por duas razões, uma, é que temos um território muito extenso, 3 mil km², e outra, é que temos poucas pessoas no território, são 84 mil habitantes. E, portanto, este assunto não é fácil de tratar, principalmente quando a lei diz que todas as localidades com mais de 40 habitantes têm que ter transporte público regular e, na verdade, eu acrescentaria que todos os cidadãos deveriam ter acesso ao transporte público regular mesmo que fossem 40 ou fossem menos de 40, independentemente do local onde estivessem. O que daqui resulta, é que quando lançámos os primeiros procedimentos de contratação pública que resultaram da transposição de uma diretiva Europeia, que Portugal se demorou, por sinal, a transpor, foi o último País a transpor da União Europeia e quase sobre ameaça. Quando em 2021, começámos este processo do primeiro concurso que lançámos, não apareceu nenhum operador disponível para realizar os serviços e, na altura, o valor de compensação a pagar ao operador era próximo de 500 mil euros por ano. Em 2022, quando lançámos o segundo procedimento, o valor saltou para 850 mil euros por ano, em média, e apareceu um operador a oferecer o serviço. O contrato foi assinado em agosto de 2022, foi para o Tribunal de Contas, porque é um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

contrato por sete anos e a libertação por parte do Tribunal de Contas do visto foi em abril de 2023 e o operador tinha até seis meses para iniciar a sua operação. O que nos colocaria na data de 3 de outubro para podermos ter a nova rede de transportes com o novo operador a funcionar. Um mês antes, o operador comunicou-nos que não tinha condições para iniciar a operação em outubro, invocando a complexidade do processo e o AT que é a Autoridade de Transportes, sobre a qual, nós, enquanto Autoridade de Transportes, temos que nos sujeitar aos seus pareceres, entendeu que devia ser dada uma oportunidade ao operador de ter algum tempo adicional para poder colocar ou não a operação em curso, porque a nível nacional também não houve operações deste género que tivessem iniciado no prazo, porque o prazo de seis meses de transição é um pouco complexo de ser cumprido. O operador sugeriu-nos que nós tivéssemos um posicionamento de eles entrarem faseadamente no território. E sugeriu que no início de dezembro iniciaria em Montalegre e no início de janeiro de 2024 com os TUC de Chaves, portanto, os Urbanos de Chaves e sugeriu que em julho de 2024 todo o resto da rede pudesse estar operacional. Para que isso acontecesse, foi necessário negociar uma compensação dada aos operadores atuais para que eles se mantivessem no território durante os meses de outubro, novembro e dezembro, o que veio a acontecer com um acordo e com contrato que foi celebrado pelos operadores atuais. E, na altura, nós tentámos que os operadores atuais nos assegurassem os transportes até dia 1 de julho, eles não manifestaram vontade em prosseguir nesses mesmos transportes nas condições que estavam por eles a ser impostas. Estamos perante uma situação em que Montalegre já começou a operação com normalidade, havendo sempre alguns dias onde o serviço teve alguma dificuldade, porque há sempre um processo de mudança, de transição, quanto mais não seja, porque vão deixar de estar presentes os autocarros, que tinham 30 ou 40 anos e vamos passar até autocarros com o máximo de 16 anos, porque é uma imposição do contrato, e os autocarros mudam de cor, não é verdade? E, portanto, as populações sentem sempre dificuldades em perceber onde é que está o autocarro que apanhavam sempre. E depois, porque nós também percebemos passados estes anos todos, que há muita informação que não está registada em sistema e, portanto, às vezes o autocarro para aqui, mas o motorista combinava com os passageiros para parar acolá e apanhava a senhora que já conhece mais à frente e deixava a outra mais não sei onde. E tudo isto, nos primeiros dias é difícil, é preciso tempo para voltar à normalidade, sendo certo que em Montalegre foi fácil, porque os motoristas que pertenciam à TRANSDEV, todos eles transitaram para o novo operador e, portanto, o processo decorreu sem grandes dificuldades. -----
Em resultado de não ter sido possível em outubro celebrar um contrato até junho com os operadores atuais, nós invocamos ao operador novo da necessidade de termos um operador de transportes a 2 de janeiro, porque tínhamos mesmo que ter, o operador aceitou esse desafio e no dia 2 de janeiro vai ser feita a transição quer dos Urbanos de Chaves, quer do resto da rede do Alto Tâmega e Barroso. Bom, e sobre isto, vem o pedido que eu queria fazer a todos os membros desta Assembleia e aos senhores Presidentes de Junta, sobretudo a eles, porque eles vão ser os primeiros destinatários de qualquer situação que não esteja a decorrer de acordo com a expectativa das populações. E vamos ser aqui sérios, eu sou sempre absolutamente sério e transparente, espero eu que me entendam, vamos ter problemas de certeza absoluta no início de janeiro com os transportes. E porque é que vamos ter problemas? Porque mudam os autocarros, vão mudar de certeza absoluta parte dos motoristas, e as populações não vão fixar quais são os autocarros, nem quem são os motoristas e vai demorar algum tempo até que isto se normalize e, portanto, qualquer processo de mudança será sempre um processo complexo. Um processo de mudança com esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

envergadura é um processo que vai, com certeza, trazer alguns problemas, nós na Comunidade Intermunicipal temos um centro preparado só para receber as comunicações de dificuldades que as pessoas, porventura, venham a ter. E o operador, claro, tem todo o interesse em que a situação se normalize e que funcione de forma adequada o mais rapidamente que conseguir, mas não há como esconder, estamos todos preparados, os senhores Presidentes, nós na Comunidade Intermunicipal para que no início de janeiro existam dúvidas das pessoas, críticas, sugestões, a rede mantém-se toda, portanto, não há mudanças de trajetos. Há uma linha nova nos Urbanos de Chaves, portanto, vai haver mais serviço do que havia antes para cobrir zonas que não estavam anteriormente cobertas, mas vai haver, com certeza absoluta, alguma dificuldade de compreensão por parte das pessoas e algo mais que agrava a situação, é algo que não foi possível ultrapassar até à data, que é uma questão legal e que está a ser estudada por vários Organismos do Estado, que tem a ver com a utilização das instalações do terminal da Autoviação do Tâmega. Os autocarros não vão poder, nesta fase, por proibição da Autoviação do Tâmega, entrar nas suas instalações. E, portanto, os autocarros vão ter que parar fora desse espaço, esta situação vai levantar, como é óbvio, um conjunto de dificuldades adicionais, porque Chaves não tem um terminal no centro da Cidade com as características que permita rapidamente poder ter um conjunto significativo de autocarros e, portanto, haverá essas dificuldades, os organismos do Estado dirão ou não dirão mais tarde se esse terminal deve ser ou não utilizado e em que circunstâncias. Mas isso é algo que nós não conseguimos controlar nesta fase e, portanto, não conseguiremos ter o plano A, mas planos B arranjar-se-ão, nunca se arranjará um plano B tão bom como aquele que estava disponível para as pessoas numa fase inicial. -----

Depois, outros temas que também me parecem ser merecedores aqui de alguma atenção, a principal função da Comunidade Intermunicipal é gerir Fundos Europeus em articulação com aquilo que são os Programas Operacionais do Norte. E, nesse sentido, eu gostava de dar duas informações que me parecem ser muito importantes para esta Assembleia. A primeira, é que estamos a fechar o Norte 2020, na verdade, fechou a 15 de dezembro. E podemos dizer que o Alto Tâmega e Barroso tem um desempenho muito bom na execução dos Fundos Europeus que foram contratualizados com o Norte 2020, vai fechar nos 94% ou 95% de taxa de execução. Este é um número verdadeiramente emblemático, porque há cinco anos atrás a expectativa era que nós não nos aproximássemos sequer dos 85% e, portanto, foi possível com o esforço dos seis Municípios do Alto Tâmega, com o esforço das IPSS que tiveram uma taxa de execução também muito boa e com esforço das nossas empresas. As nossas empresas, muito pequenas empresas, tiveram um envelope de 10 milhões de euros para executar, tiveram uma quebra de 8%, portanto, vamos perder 800 mil euros e, se me permitem, eu nunca estou contente quando perco um único cêntimo de Fundos Europeus, mas quando a taxa de quebra da Região Norte é de 25%, significa que as nossas empresas, muito pequenas empresas, tiveram uma capacidade de execução e de resiliência muito forte. E, portanto, eu acho que o devemos também a eles, porque deram um contributo para que a nossa taxa final de execução fosse boa. O Norte 2020 fecha-se aqui, ainda há muita coisa para fazer, consolidar números, relatórios de execução e por aí fora, saldos finais, por algumas entidades. Mas já podemos também aqui dizer que durante o ano de 2023 muito do nosso tempo foi gasto em negociar o Norte 2030. E sobre o Norte 2030 nós já podemos falar qual é o número que está contratualizado e poderemos já aqui dizer que vamos ter 264 operações municipais a serem financiadas até 2029 por parte deste pacote. É óbvio que podemos olhar sempre os números de diferentes formas, vou tentar aqui dar-vos uma perspetiva daquilo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

nós sentimos com essa contratualização do Norte 2030. Há uma vitória do Alto Tâmega e Barroso na contratualização do 2030, mas os números valem o que valem e nós podemos olhar para eles de várias formas. Quando o Pacto 2020 foi contratualizado, o valor inicial eram 43 milhões de euros, quando esse valor foi estendido por exercício de reforço e chegou até 52 milhões de euros. Se nós juntarmos o PEDU, o PAMUS e o PARU que estavam fora dos pactos e que agora estão dentro, isso perfaz um valor muito próximo dos 70 milhões de euros. É verdade que os pactos atuais também têm hoje o ciclo urbano da água que não estavam presentes nos pactos anteriores. Mas também é verdade que o Alto Tâmega e Barroso vai hoje em dia contratualizar 90 milhões de euros. Portanto, se fizer uma conta em relação aos 72 milhões de euros, há um acréscimo de 42% de Fundos Comunitários que virão para o território por via desta contratualização pela CCDR, se eu juntar aquilo que os Municípios foram capazes de contratualizar no PSEUR, é verdade que o acréscimo não é não é de 42% cifra-se à volta de 25%. Mesmo assim, quando comparamos com outras Regiões que nos rodeiam, a nossa taxa de dinheiro que vai ser possível executar até 2029, em termos comparativos por percentagem daquilo que é o bolo nacional melhorou significativamente e, portanto, eu diria que não estando contentes, porque nunca vamos estar contentes, para se ter uma ideia das necessidades, isto é muito interessante, e apenas um exercício, e se me permitem, os senhores Presidentes não vão levar a mal que eu possa fazer este tipo de transmissão de informação. Eu pedi aos Presidentes Executivos, todos Municipais que me apresentassem um relatório que consubstanciasse as nossas necessidades de dinheiro europeu para poderem ser feitos investimentos nos próximos anos. Nós vamos ter 90 milhões de euros, é o valor mais alto de sempre que o Alto Tâmega e Barroso teve, como já lhes disse antes, mas os Municípios apresentaram projetos para 400 milhões de euros no Alto Tâmega e Barroso e, portanto, veem aqui que nenhum dinheiro chegaria para podermos resolver os problemas que foram inventariados e muitos deles são absolutamente necessários de serem resolvidos e, portanto, há aqui ainda uma distância grande entre aquilo que nos é entregue e aquilo que é, porventura, passível de ser feito face às necessidades. ----- Agora uma questão que, na minha opinião, não correu tão bem em todo o processo negocial, é que inicialmente foi-nos dado nota que nós iríamos ter muita capacidade de usar o dinheiro onde, porventura, as regiões mais dele necessitassem. E, na verdade, é que o exercício da forma como foi feito vem com muitas gavetas e, portanto, o que é que isto significa? Significa que metade do dinheiro que vem para a Região não é passível de ser utilizado em rubricas para as quais não foi inicialmente contratualizado. A minha experiência também me diz que isto é assim no início de todos os quadros comunitários de apoio, mas como estamos agora a acompanhar o fecho de um quadro comunitário de apoio, percebemos que à medida que o quadro comunitário de apoio vai avançando, nós sentimos que a flexibilidade de utilização do dinheiro também é maior e, portanto, esperemos, daqui por alguns anos poder olhar para as gavetas e dizer que foi possível trocar o dinheiro de umas gavetas para outras e a região utilizar o dinheiro em sítios mais relevantes para aquilo que são as suas próprias necessidades do que em detrimento de outras, aonde não é tão importante ser feito. Termino com duas referências para não me estender muito, porque o documento que eu tinha aqui foi partilhado, penso eu, com todos os senhores Membros desta Assembleia Municipal. Há duas referências que eu gostava de dar, porque são referências muito importantes e que podem servir de base para uma estratégia de desenvolvimento que tem sido alcançada pelos seis Municípios para o futuro. Gostava de dar mais uma vez uma nota sobre aquilo que tem sido o desempenho do AquaValor como centro de valorização de transferência de tecnologia e também como laboratório colaborativo e que hoje em dia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

é apresentado a nível nacional como um exemplo, porquê? Porque somos a única região do País onde um “colab” é detido por uma Comunidade Intermunicipal com participação indireta dos Municípios, e este laboratório colaborativo conseguiu em 3 anos ter uma equipa de 18 recursos humanos altamente qualificados e angariar para o território 6,5 milhões de euros. Tem dois pedidos de patente submetidos e tem um conjunto de produtos que vão ser transferidos para as empresas da região, do país e do resto do mundo que são produtos que permitem que nós consigamos tirar maior proveito daquilo que é o melhor elemento e o mais importante elemento que temos no território que é a água e, como todos sabem, foi decidido pelos seis Presidentes colocá-lo como elemento agregador e que permitiu, em última instância, que quem olha para nós, de todos os lados, já trouxesse para Chaves naquilo que é ITI centros urbanos, o Tema “Cidades da Água” e quando nós vemos que foram definidos dez temas para a Região Norte, um deles foi Cidades da Água e entendeu-se que esse tema devia ficar situado no Alto Tâmega e Barroso, designadamente na cidade de Chaves, significa que tudo isso tem um peso muito relevante para nós em termos de alcançar uma estratégia e um desígnio comum para os seis Municípios. -----

Depois gostava também de dar uma última nota neste domínio, porque o AquaValor não se esgota, ou seja, é preciso pegar noutros produtos endógenos e desenharmos o futuro, o PROVER que vai ser agora negociado a partir de janeiro com uma área temática que possa ser um bocadinho mais do que a água. Há outros produtos endógenos que merecem ser valorizados e que têm que ser internacionalizados para conseguirmos fixar e atrair as pessoas para o território. Nós não podemos continuar a ter os melhores azeites do mundo, uma castanha que é muito valorizada, vinhos que cada vez mais fazem o seu papel, o mel que ganha prémios por todo o lado e depois não conseguirmos vendê-los por um valor acrescentado mais alto. Isto, só se consegue fazer com ciência, se permitem a expressão, na minha ideia só se consegue fazer com tecnologia. O problema do azeite não ser vendido pelo preço vezes cem, não é dos produtores do azeite, o problema está em que precisamos de ter centros de competências que tragam para os nossos produtores o conhecimento que eles não têm e que permitam que estes produtos se possam internacionalizar e chegar aos mercados que permitem valorizar os nossos produtos. Termino mesmo, dando uma nota, esta também, felizmente, bastante positiva e que tem a ver com o turismo, fechámos 2022 com 303 mil dormidas no Alto Tâmega e Barroso em estabelecimentos com mais de 10 quartos registadas no INE, posso lhes garantir que vamos fechar 2023 com um valor muito acima, pelo menos 20% acima daquilo que foi 2022. Porque todas as informações que vamos recebendo da hotelaria e da restauração dizem-nos que aquela quebra que habitualmente tínhamos que era muito aguda no mês de novembro, no que diz respeito à presença de pessoas no território, acabou por não acontecer e aqui destaco muitas coisas que foram feitas para além de ter havido uma pandemia que nos ajudou, também é verdade, o interior passou a ser visto como destino turístico de uma forma diferente do que era visto antes de haver uma pandemia. Nesse aspecto, a pandemia acabou por ter um aspecto positivo, mas eu diria também que a ação do nosso posto de turismo, a participação em feiras de forma integrada, a presença da capacitação que foi feita, permitiu que conseguíssemos colocar-nos em mercados que, depois, juntamente com todos os eventos que os Municípios fazem, com as diferentes âncoras que estão a surgir no domínio do turismo no território, permitem que as pessoas, quando chegam cá, venham mais vezes e fiquem cá mais tempo. Já conseguimos ter uma média de presença de 1,9 noites, o nosso objetivo é chegar às 2,2 noites, não é nada fácil chegar lá, partimos de 1,7 noites, se chegarmos às 2,2 noites, temos mais 30 milhões de euros de receita para o território. Isto vale muito dinheiro, não só com a receita direta, mas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

sobretudo, porque consegue alavancar os produtos endógenos e também um setor muito relevante que passa por muitas dificuldades que é o nosso setor do comércio. Terminei agora mesmo, senhor Presidente, e peço desculpa por, provavelmente, me ter estendido um bocadinho, com uma última notícia, era nosso objetivo conseguirmos ter dentro da Comunidade Intermunicipal uma incubadora de empresas temática ligada à água e aos produtos biológicos, esse objetivo foi alcançado em outubro. É uma incubadora completamente diferente em Portugal, porque vai funcionar de forma distribuída pelos seis Municípios e, portanto, será mais uma âncora para podermos desenvolver processos como concursos de ideias, alavancagem daquilo que é o nosso endógeno e também captação de pessoas que queiram trabalhar essas áreas. Muito obrigado, senhor Presidente, fico disponível para as questões que me queiram, porventura, colocar. Muito obrigado. -----
Não se registaram intervenções. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----

Muito obrigado, Professor Ramiro Gonçalves, queria em nome da Assembleia e meu agradecer-lhe a sua disponibilidade para estar aqui, o seu empenhamento nesta causa, a objetividade que põe sempre também nas questões que têm a ver com a CIM, o seu trabalho profícuo que eu tenho acompanhado, muitos parabéns e bom trabalho. Muito obrigado. -----

Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Sendo treze horas e trinta minutos foi interrompida a sessão para o almoço. Os trabalhos foram, entretanto, retomados às quinze horas. -----

PONTO 6 - CRIAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PARA O ANO DE 2024. PROPOSTA Nº 121/GAP/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 7 – DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2024. PROPOSTA Nº 151/GAP/2023; --

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde, senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhor primeiro Secretário, senhora segunda Secretária, senhora Vereadora, senhor Vereador, distintos Membros desta Assembleia Municipal, e agora que vamos serenando depois deste período de almoço, cumprimentar também todos aqueles que dão assistência técnica a esta sessão da Assembleia Municipal. A proposta que trazemos à Assembleia Municipal na sequência de deliberação tomada em sede do órgão executivo, encontra-se relacionada com a definição da taxa sobre os imóveis a aplicar no próximo ano. No essencial, é exatamente idêntica à do ano anterior, com apenas uma alteração de pormenor, mas que, ainda assim, justificou a minha vinda aqui e a sua explicitação. No que diz respeito à taxa, não existe nenhuma novidade, ela fixa-se no mínimo, aliás, como já se fixou o ano passado. Como os senhores Membros desta Assembleia sabem, existe um intervalo em que os Municípios podem fixar essa taxa entre 0,35 e 0,3, e o Município tem vindo a fixar, desde o ano passado, o valor mínimo. Isso tem, naturalmente, significado uma diminuição da receita ao nível deste imposto local. Queria dizer que relativamente a uma das dimensões desta matéria relativa às questões de natureza



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

fiscal, designadamente em resultado de uma alteração introduzida por um diploma relativamente à habitação, onde será possível, no próximo ano, deduzir um valor superior ao do ano anterior. -----

Nesse contexto, as deduções para o ano de 2024, relativamente aos agregados familiares que têm dependentes a seu cargo, quer sejam ascendentes ou descendentes, concretiza-se da seguinte forma: um dependente, 30 euros de dedução no valor da coleta do IMI, 2 dependentes, 70 euros no valor da coleta do IMI e 3 ou mais dependentes 140 euros de devolução. Quanto aos outros domínios, quer no que diz respeito ao incentivo relativamente àquilo que é a reabilitação ou a manutenção dos edifícios em situação de ruína, as propostas são exatamente as mesmas do ano passado e que se traduzem na utilização dos instrumentos de incentivo à reabilitação e que se traduzem no Concelho de Chaves em benefícios fiscais para a reabilitação de imóveis na zona da reabilitação urbana, na chamada ARU. E, portanto, a proposta vai, outra vez, no sentido da redução de 15% da taxa de IMI em prédios urbanos localizadas na área de habitação urbana, mas que não se encontrem em estado de ruína, degradação ou devolutos, redução de 15% da taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos arrendados localizados na ARU do centro histórico, que pode ser cumulativa com a anterior. Portanto, nesses casos, alguém que reabilite uma casa e que a coloque em arrendamento pode obter uma redução até 30% do valor do IMI e uma majoração de 30% da taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos degradados e esta constitui-se como um incentivo, negativo, com o intuito de convencer os proprietários a reabilitarem as suas habitações. -----

Portanto, aplica-se a todos aqueles que tenham prédios urbanos degradados, independentemente da sua localização, ou devolutos há mais de 1 ano. Consideram-se devolutos ou em ruínas, os prédios definidos em diploma próprio, podem estar ou estarão sujeitos, se forem assim sinalizados, a um incremento. Depois, elevar anualmente ao triplo a taxa de IMI prevista para prédios urbanos que se encontrem em ruínas ou devolutos há mais de 1 ano. É esta a proposta que trazemos à Assembleia Municipal para que se possa aqui ser aprovada. Muito obrigado a todos. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Boa tarde, é só um pedido de esclarecimento, durante algum tempo nós sabíamos que apesar de não cobrança de IMI, consequência do direito de não pagar IMI por causa, por exemplo, dos empréstimos, mesmo com a redução da cobrança da taxa de IMI podia haver uma não redução e até um aumento da receita. O senhor Presidente agora disse que não, ou seja, qual é o calculado da redução do IMI, ou seja a redução da coleta real de 2023 em relação a 2022? Se já tem alguma informação? -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Renovo cumprimentos à Mesa, ao senhor Presidente e aos restantes vogais, também, à Mesa do Executivo Municipal e a todos os Membros desta Assembleia Municipal. Vou procurar responder sem ter exatidão nos números, porque vou socorrer-me apenas da memória. Quando nós, em 2017, estivemos a estimar aquilo que podia ser o potencial de perda de receita da redução entre os 0,35 que vigoravam à data e os 0,30 que neste momento estão em vigor, estimávamos que no período da aplicação da taxa dos 0,30, tivéssemos uma quebra de receita na ordem dos 400 mil euros. É verdade que esse decréscimo da receita do IMI aconteceu em diferentes anos, portanto, ela concretizou-se em pleno apenas no ano passado. Ainda assim, sabendo desse impacto negativo em termos de receita orçamental e sabendo nós que estávamos numa situação de emergência, em função da elevada dívida acumulada e de um conjunto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

responsabilidades e de projetos que era necessário concretizar, encetámos, à data, um conjunto de iniciativas tendentes a mitigar esse efeito na coleta. As iniciativas, levadas a cabo em cooperação com a autoridade tributária, centraram-se muito na validação e na verificação de todas os beneficiários de isenções, particularmente as isenções automáticas, que se procuraram validar em cada um dos locais. Outra das dimensões, consistiu na otimização do período de envio e tratamento da informação que os Municípios remetem para as Finanças, designadamente, de novas habitações, de ampliação ou requalificação de habitações existentes que a autoridade tributária não estava a tratar, ou seja, em muitos casos nós tínhamos construções devidamente licenciadas que já estavam a ser usadas há 3 ou 4 anos e não se encontravam ainda a pagar IMI, porque elas não se encontravam a ser avaliadas. Portanto, houve um trabalho de recuperação a esse nível e fez com que aquilo que era uma expectativa de redução substancial da coleta do IMI, não tivesse esse impacto e, portanto, qualquer um de vocês, se quiser confirmar esta informação, basta que, em cada ano, em cada prestação de contas, verifique qual é o valor da receita do IMI e perceberá que o valor do IMI teve um incremento pequeno, mas teve um incremento relativamente a 2017. E a explicação centra-se muito neste trabalho e que, naturalmente, teve esta consequência, porque, de outra forma, teríamos, provavelmente, um acumular de perda de receita superior a 1 milhão de euros. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 8 – FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2023 E A COBRAR EM 2024. PROPOSTA Nº 123/GAP/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Reitero os cumprimentos à Mesa da Assembleia, à Mesa dos Membros do Executivo Municipal e a todos os senhores Membros desta Assembleia Municipal. A fundamentação para a fixação desta derrama, como sabem, é um adicional no que diz respeito ao IRC e tem a ver com estes pressupostos: Primeiro, entender que o pagamento deste imposto adicional incide, apenas, sobre empresas que tenham lucros, sendo esta a primeira condição. A segunda, é que incide sobre empresas com sede no Concelho ou que aqui possam produzir as atividades que possam depois suscitar os rendimentos respetivos, incidindo, apenas, nas empresas que tenham, em regra, um volume de negócios superior a 350 mil euros, sempre e quando essas empresas a partir dos 150 mil euros tenham garantido algumas condições, e essas condições foram fixadas no artigo 10º do Regulamento Municipal de atribuição de benefícios fiscais do Município de Chaves. Essa condição está diretamente relacionada com a circunstância das empresas cumprirem estes critérios: microempresas, terem criado e mantido 1 posto de trabalho; as pequenas e médias empresas, 3 postos de trabalho e as médias empresas, seis postos de trabalho. E, portanto, significa que o que nós pretendemos, é com este acréscimo de receita procurar fazer uma melhor distribuição e ter uma forma de compensação, sobretudo, relativamente a atividades que, de outra forma, não seriam concretizadas e, portanto, entendemos nós que nesta matéria, que aproveitando aquilo que é o bom desempenho de muitas empresas, daquelas grandes empresas, muitas dessas empresas desenvolvem a sua atividade no nosso Concelho e são em áreas não produtivas e entendemos que nós podemos fazer melhor essa redistribuição da riqueza do que muitas dessas empresas o fariam no âmbito daquilo que é a sua vocação social, mas que muitas vezes não se concretiza na dimensão e do modo que entendemos. ----
Portanto, podíamos optar entre não fixação desta taxa da derrama, não fixar este imposto municipal, mas entendemos que, tendo em atenção aquilo que é ainda a situação financeira do município, que necessita de ser melhorada e, sobretudo, a necessidade imperiosa que temos de concretizar um conjunto de processos e de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

projetos e de respostas absolutamente essenciais no território, sejam no domínio das habitações no centro histórico, que certamente vão ser apoiadas pelo PRR, mas que existirá uma dimensão que terá sempre de ser suportada com recursos próprios, seja, na área de acolhimento empresarial, seja na área social. Aplicamos esta taxa com a razoabilidade e equilíbrio suficiente, para garantir a continuação da política social e económica municipal, que certamente trará um benefício mais distribuído e abrangente pela população. Muito obrigado. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
“declaração de voto” -----

Muito boa tarde. Em concordância com o voto dos nossos Vereadores, o PPD/PSD não se sente confortável com a aplicação da taxa máxima de 1,5% que se traduz num valor estimado de 900 mil euros, custos que seriam melhor aplicados pelas empresas na criação de eventos. Portanto, o PPD/PSD não se sente confortável com a aplicação de uma taxa máxima de 1,5% que se traduz num valor estimado de aproximadamente 900 mil euros de receita, recursos que seriam melhor aplicados pelas empresas na criação de empresas, de riqueza e postos de trabalho. Nesse contexto, não se revê na proposta apresentada e estão contra a aplicação desta taxa às empresas, em virtude de não servir de estímulo à sua atividade e criatividade em Chaves. Defendemos a redução da taxa máxima e o alargamento das isenções de derrama a mais empresas numa lógica de atração adicional de investimento e de fixação no território com a consequente criação de mais e melhores postos de trabalho qualificados. Atendendo às condições económicas do País e à sua elevada carga fiscal, não podemos, em consciência, votar favoravelmente a presente proposta. -----

São os mesmos argumentos que os senhores Vereadores do PSD usaram na votação da reunião do Executivo Municipal. -----

Usou da palavra o senhor Presidente, **Nuno Vaz Ribeiro**, para efetuar uma declaração, não de voto, mas declaração face à votação. -----

Cumprimentos à Mesa, ao senhor Presidente, ao senhor Primeiro Secretário, à segunda Secretária e naturalmente à senhora Vereadora, aos senhores Vereadores aqui presentes e a todos os Membros desta Assembleia Municipal. -----

Dizer que relativamente a esta matéria e todos nós entendemos que é fundamental que o Orçamento Municipal possa dar tradução àquilo que são um conjunto de projetos muito significativos que existem e estão inscritos no PPI para o próximo ano, mas, sobretudo porque temos que dar ainda um salto de qualidade, no sentido de melhorar a situação económica ou financeira do Município. E entendemos nós, que não conseguimos fazer a quadratura do ciclo, ou seja, ao mesmo tempo fazer as obras como, por exemplo o PSD defende, fazer a piscina olímpica e fazer também a requalificação da PSP de Chaves, esta última claramente fora da esfera da competência do Município, e ao mesmo tempo reduzir as receitas. Se alguém me conseguir explicar como é que isso é possível, eu certamente como bom aluno que sou, estarei disponível para aprender. Portanto, dizer que, na minha opinião, a opinião expressa traduz um sinal errático de contradição, ou de forma, ou populista. Não sei como é que eu a posso qualificar, mas a verdade é que não podemos fazer, ao mesmo tempo, os projetos para que se gaste mais dinheiro e depois que sejamos contra aquilo que tem a ver com a arrecadação de receitas. Ainda assim, sobre esta matéria, entendo que sobre a captação de investimento e a dinamização do tecido empresarial, que o trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos 6 anos, seria suficiente e idóneo para permitir que o PSD votasse em sentido contrário, porque é notável, é visível, é notório aquilo que tem sido a capacidade de atração de investimento e de criação de postos de trabalho e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

portanto, mais do que pregar é preciso fazer. Nessa perspetiva, estamos a fazer, mobilizando todos os instrumentos ao nosso dispor e, por esta via, a atrair novos empresários e investimentos com uma efetiva atenção particular. -----
Sinceramente, não acredito que a taxa da derrama afaste potenciais investidores ou os empresários, porque acredito que todos aqueles que têm uma atividade produtiva e que têm resultados positivos, estarão certamente comprometidos no âmbito daquilo que é a sua consciência e compromisso social para com a nossa comunidade. Muito obrigado a todos. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e um votos a favor, nove votos contra e duas abstenções. -----

PONTO 9 – PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA O ANO DE 2024. INF.710/DA/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para efetuar um pequeno esclarecimento. Muito bom dia a todos. -----

Penso que esta Assembleia Municipal andou muitos anos a votar uma matéria que não era da sua competência. Existe na Lei n.º 75/2013, a definição das competências, de forma muito clara e definida: As taxas são da competência da Assembleia Municipal e as Tarifas e Preços são competência do Executivo Municipal. -----

Entendemos, e a proposta que eu subscrevo, refere que deve ser remetida para a Assembleia Municipal para conhecimento, porque se trata de uma competência exclusiva da Câmara Municipal, ainda que numa lógica de transparência e de conhecimento das decisões que são tomadas pelos Órgãos Municipais, entendemos que essas decisões devam também ser levadas ao conhecimento da Assembleia Municipal. Mas, de facto, o que acontece sempre que um Órgão se pronuncie em matéria que não é da sua competência, comete uma incompetência, se os Órgãos forem do mesmo ente, comete uma incompetência relativa, se for uma competência de outro ente, comete uma incompetência absoluta. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 10 – CONTRATO-PROGRAMA INTERMUNICIPAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA (ACIONISTAS) E A EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. PARA VIGORAR NO ANO DE 2024. PROPOSTA N.º 149/GAP/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 11 – CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. PARA VIGORAR NO ANO DE 2024. PROPOSTA N.º 150/GAP/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 12 – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA "ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA" - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO. PROPOSTA N.º 142/GAPV/2023; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----
Renovo cumprimentos ao senhor Presidente, ao senhor Secretário, à senhora Secretária, aos senhores Vereadores, à senhora Vereadora e aos senhores Membros desta Assembleia Municipal. Não fiz a apresentação dos documentos anteriores, porque são, no essencial, idênticos a todos aqueles que são submetidos nas sessões dos anos transatos e, portanto, não tinha nenhuma novidade e reservei-me para, eventualmente, algum esclarecimento, alguma consideração que pudesse ser feita. -----
Sobre esta matéria, entendi que era fundamental dar aqui algumas notas de enquadramento, porque um assunto similar foi objeto de deliberação por esta Assembleia numa reunião anterior, presumo eu que na última. -----
Tive a oportunidade de, nessa Assembleia Municipal, dizer que, em resultado daquilo que tinha sido em 2018 a auditoria financeira, ficou assente que a Associação Promotora de Ensino Profissional do Alto Tâmega era uma entidade participada pelo Município de Chaves e no qual o Município de Chaves tinha posição dominante, disso não havia dúvidas nenhuma, contrariamente àquilo que se tinha afirmado anteriormente e, nessa perspetiva, tinha que consolidar, tinha que agregar com o Município de Chaves. Para além do mais, decorrem daqui outras consequências. A circunstância de que esta Associação vem acumulando, nos últimos 20 anos, pelo menos, défice de exploração, défices de exploração esses que têm sido sistematicamente acomodados através de contas caucionadas, que atingiram nalguns anos, 2014 e 2015, o valor de 950 mil euros e, como perceberão, essas contas caucionadas durante 10 ou 15 anos acumularam custos financeiros que andarão muito próximos, se não superior a meio milhão de euros. Também, em resultado de outras decisões de gestão com as quais não me identifico, mas que foram tomadas de forma legítima, esta Associação incorreu num conjunto de responsabilidades decorrentes da extinção de postos de trabalho, de acordos laborais, de decisões judiciais que condenaram a Associação Promotora de Ensino Profissional do Alto Tâmega que é detentora da Escola Profissional de diversos montantes e, a verdade, é que chegados a 2023, esta Associação que tem a Escola, tem um passivo significativo. -----
Como sabem, o ano passado e já este ano, esta Assembleia Municipal aprovou contratos programa, no sentido de mitigar e diminuir o défice de exploração, mas, a verdade, é que fomos confrontados com a seguinte situação: torna-se exigível, é absolutamente exigível que os parceiros, que os promotores desta Associação possam participar na proporção da sua responsabilidade na Associação, significando isto que a ACISAT e a Santa Casa da Misericórdia teriam que participar na proporção da sua participação societária e dar resposta àquilo que é o défice de exploração. Isto significaria, naturalmente, que estas entidades teriam que todos os anos ou até que a Associação pudesse entrar numa situação de equilíbrio que se espera que possa acontecer dentro de dois anos, dar suporte a esse défice de exploração. É verdade que, entretanto, constatámos também que havia questões da própria estrutura dos estatutos que necessitavam de ser melhorados, porque, entretanto, a senhora Notária que está a instruir o processo para fazer a alteração dos estatutos, manifestou reservas ou, pelo menos, alguma censura a algumas formulações e elas estão cumpridas, agora e, portanto, estarão em condições de nós podermos alterar os estatutos. Em função desta situação, a Santa Casa da Misericórdia veio comunicar que não pretende fazer parte da Associação e, portanto, vem manifestar a intenção de não realizar as participações que até então tinha subscrito e a ACISAT veio comunicar também aos Órgãos em função das deliberações tomadas pelos respetivos Órgãos que, efetivamente, pretenderia ficar apenas com 1% do capital social da Escola Profissional. Significa isto que é preciso alterar a estrutura societária ou de participações nesta Associação e, por isso, torna-se necessário fazer esta alteração societária e, no essencial, os estatutos que agora nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

submetemos a este Órgão Deliberativo, depois de terem sido aprovados em sede de Sessão do Executivo Municipal, encontram-se relacionadas com pequenas alterações no âmbito do objeto, para que se possam realizar novas formações destinadas a outros públicos, designadamente qualificação e formação de trabalhadores, inovação social e tecnológica, mas também poder ajustá-los a esta vontade dos parceiros. E, portanto, esta a explicação, em função da aprovação desses estatutos, a Associação Promotora de Ensino Profissional do Alto Tâmega ficará detida pelo Município de Chaves em 99% e 1% pela ACISAT, sendo certo que fica inscrito nos estatutos que, em caso de extinção desta Associação, o edifício reverte exclusivamente para o Município dos Chaves. -----
Portanto, é essa a cláusula de salvaguarda introduzida nestes estatutos, mas, desta solução, permitir-se-á introduzir um conjunto de alterações para que esta Associação possa caminhar no sentido de sustentabilidade. Quanto a isto, devo dizer que a Escola Profissional não tinha, que há muitos anos, 4 turmas novas completas, apenas meias turmas, mas a verdade é que aconteceu este ano, significando com isto um sinal de inversão relativamente ao número de alunos em frequência no primeiro ano da Escola Profissional, muito em resultado da frequência da escola por parte de alunos dos Palop, designadamente, 21 alunos. E, portanto, isso permite melhorar aquilo que é a gestão da Escola Profissional, porque sempre que há meias turmas a redução do financiamento por aluno, é muito substancial. Ao mesmo tempo, dizer também que a Escola Profissional ou a Associação Promotora do Ensino Profissional foi notificada na semana passada da aprovação de um projeto em sede de PRR e, portanto, a Escola Profissional viu aprovada uma candidatura aos centros tecnológicos de 1,1 ou 1,2 milhões de euros a 100%, significando que a Escola Profissional tem agora também mais uma oportunidade de requalificação, não na área industrial, mas na área de informática, mas, ainda assim, permitir-lhe-á fazer um conjunto de intervenções, não o podendo na fazer na área da cozinha, nem da restauração, mas certamente que o fará noutros domínios e certamente é mais um contributo para o caminho da sustentabilidade que a Escola Profissional vai certamente conseguir, vai certamente concretizar para que nós possamos ter completado a recuperação da situação de todas as instituições que em 2017 estavam numa situação de pré colapso. Obrigada. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Boa tarde, a todos, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Público aqui presente e demais. -----

“Neste ponto importa realçar a valorização e importância que o Município tem demonstrado relativamente ao Ensino Profissional, no sentido de intervir, num momento particularmente difícil, e de manifesta dificuldade também dos demais Parceiros Sociais da APEPAT – ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA. -----

Desta feita, impunha-se ao Município assegurar a sobrevivência desta instituição, o que implicou o que agora aqui votaremos: a reestruturação das participações, reduzindo a participação da ACISAT, e excluindo a Santa Casa da Misericórdia, passando, assim, a caber ao Município de Chaves, 99% do capital social. -----

Dada a necessidade de intervenção premente do Município foi celebrado contrato-programa entre o MUNICÍPIO DE CHAVES E A APEPAT – ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA, que permitiu reunir os pressupostos legais e de interesse público necessários para apoiar, através da atribuição de um subsídio de exploração anual, o desenvolvimento e a promoção do ensino profissional não superior. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

No que concerne à presente proposta de alteração dos Estatutos da ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA, a mesma vai ao encontro das alterações legais do Estatuto do Ensino Profissional; mantém o objeto da Associação e capacita-a para o desenvolvimento de novos projetos formativos, dirigidos também ao tecido empresarial local e regional, à inovação social e tecnológica, aproveitando as condições materiais e recursos existentes. Atualiza as categorias dos dois associados efetivos – o Município e a ACISAT e os procedimentos subjacentes à admissão e exclusão dos associados, a par da previsão da distribuição de património existente em matéria de dissolução e liquidação, garantindo a manutenção da posição dominante do Município de Chaves na vida da Associação e na definição dos seus destinos. -----

Considerando que a proposta dos Estatutos em análise, que constitui uma alteração substancial dos estatutos existentes, com grande importância na vida da associação, foi aprovada no passado dia 16 de novembro de 2023 na reunião extraordinária da Assembleia-Geral da "Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega" e levada a reunião do executivo da Câmara Municipal, no passado dia 7 de dezembro de 2023, foi aí aprovada por unanimidade, -----

O Grupo Municipal do PS de Chaves entende que a proposta supra deve ser aprovada nesta Assembleia Municipal e salienta, uma vez mais, o esforço e a dinâmica do Executivo Municipal no sentido da valorização do ensino profissional e do território.” Obrigada. -----

O 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Anselmo José Martins, não tomou parte na apreciação e votação deste ponto da Ordem de Trabalhos pelo facto de ainda pertencer aos órgãos diretivos da ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 13 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS. PROPOSTA N.º 144/GAPV/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde novamente, senhor Presidente da Assembleia, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores e Membros desta Assembleia Municipal, este e os próximos três assuntos encontram-se correlacionados com diferentes dimensões, com diferentes propósitos e objetivos, mas, no essencial, o que se pretende fazer, é dotar as instituições, as organizações, no caso concreto, o Município de instrumentos que possam eles próprios ser elementos indutores de boas práticas e de práticas de transparência no sentido de inibir, de impedir a concretização de comportamentos que possam eles, de per si, serem qualificados como ilícitos, de más práticas administrativas e processuais. O primeiro tem a ver com o plano de prevenção de riscos; risco de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas. Trata-se de um documento que já é do conhecimento da maioria dos Membros desta Assembleia Municipal, porque o mesmo vem todos os anos a esta Assembleia, quer o próprio plano, quer depois o relatório de execução do plano. Este ano, o documento enunciado foi objeto de algumas alterações, de algumas pontualizações, muito em resultado do trabalho desenvolvido pelos serviços municipais, sobretudo, dos responsáveis pelas diferentes Unidades Orgânicas. Portanto, traduzem aí e sinalizam um conjunto de temáticas, de matérias, de questões, de processos que podem, de per si, constituir um risco acrescido de más práticas que podem mesmo ser qualificadas, se forem concretizadas, como de corrupção ou de infrações de diferentes naturezas. E, portanto, trazemos para conhecimento desta Assembleia Municipal, este documento, aliás, como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

os três documentos que vêm imediatamente a seguir que também são para conhecimento desta Assembleia, porque já foram aprovados, por unanimidade, em sede de reunião de Câmara. Depois, para além de serem dados a conhecer e de serem objeto de uma ampla divulgação interna e externa, bem como para as entidades de tutela, designadamente Direção Geral das Autarquias Locais, Inspeção Geral de Finanças e Tribunal de Contas, no sentido de que possam acompanhar as práticas do Município de Chaves neste domínio. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento -----

PONTO 14 – CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA PROFISSIONAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 145/GAPV/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 15 – MANUAL DE SUPORTE - CANAL DE DENÚNCIAS. PROPOSTA N.º 146/GAPV/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 16 - PROGRAMA DE FORMAÇÃO. PROPOSTA N.º 147/GAPV/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 17 – 5ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA/DEAS -----
/SHSDPC/Nº303/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Reitero a todos os cumprimentos feitos na minha intervenção anterior, dizer que se trata de mais uma alteração a um Regulamento muito importante para a Ação Social do Município. Trata-se da quinta alteração e de uma alteração substantiva e bastante abrangente, que resulta de diferentes motivações. Resulta necessariamente daquilo que é o acompanhamento da execução deste Regulamento e da informação coligida pelos técnicos e dirigentes que trabalham nesta área, no sentido de poder fazer correções de algumas matérias que se têm notado ou evidenciado que necessitam de aperfeiçoamento, designadamente uma delas, relacionada com o apoio à renda, porque se trata de uma medida muito importante no nosso Concelho e que se tem percebido que, de facto, beneficia um conjunto de agregados familiares muito importantes. Mas percebemos pela aplicação desta medida que haveria situações de alguma injustiça relativa, designadamente aquela que tem a ver com a composição do agregado familiar. Ou seja, nós utilizávamos exatamente os mesmos coeficientes e critérios para calcular, independentemente da tipologia do agregado familiar. Ou seja, é totalmente diferente que um agregado familiar com um rendimento de 500 ou 550 euros, onde moram duas pessoas, têm o somatório das suas reformas, porque vivem no mesmo espaço, é certo que têm custos acrescidos com água, eletricidade e outros bens essenciais, mas a verdade é que um cidadão ou uma cidadã que ganhe os 250 euros, que é metade de 500 euros, ou ganhe 350 euros, tem muito mais dificuldade em dar resposta às suas necessidades mensais, porque tem que pagar a mesma renda, uma vez que um T0 ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

um T1 tanto custa para um agregado familiar composto por um casal, como para um cidadão individualmente considerado. -----

Eu, de facto, atendi várias pessoas que identificaram esta situação e, por isso, é que esta proposta veio aqui hoje. Depois, tem um outro conjunto de matérias que têm muito a ver com a transferência de competências. Como sabem, o Município recebeu este ano, até abril, em matéria de Ação Social, seja relacionado com o domínio que agora assume que tem a ver com as matérias relacionadas com atendimento e aconselhamento social, no chamado SAAS, Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, mas também em matéria de acompanhamento e monitorização daquilo que tem a ver com a evolução e a celebração de contratos de inserção aos beneficiários do RSI e situações concretas que requerem algumas propostas específicas. Portanto, esta proposta que trazemos aqui vai concretizar alguns ajustamentos e vai permitir a atualização dos valores de referência, os valores máximos relativamente às tipologias de habitação aos T1, aos T2 e aos T3, porque não podemos estar insensíveis e continuar a achar que os valores das rendas médias são aqueles que estavam inscritos no regulamento antigo e é hoje atualizado. Portanto, vamos passar a ter um valor máximo de referência para cálculo do apoio no nosso Concelho, T0 e T1 com limite de 313 euros e T2 e T3 com limite de 442 euros, T4 e T5 com limite de 558 euros. Nesta justa medida, constitui-se como uma alteração absolutamente essencial para que possamos atender a outros públicos, com manifestas situações de incapacidade de dar resposta às suas necessidades mais básicas. Mas, depois existem, também, questões relacionadas com a compatibilização da medida aprovada pelo Governo, no âmbito do pacote mais habitação por causa do rendimento, do apoio ao arrendamento que também, aqui, sofre um ajustamento e que contempla uma nova solução, permitindo que o Município possa apoiar essas mesmas famílias pela diferença entre aquilo que resultaria da aplicação das nossas fórmulas e aquilo que o Estado, efetivamente, concede. Tem outras matérias que também estão contempladas, relacionadas com o apoio aos medicamentos. Enfim, trata-se de um conjunto de matérias que era importante que pudéssemos atualizar no nosso documento de referência para a nossa ação neste domínio social e que, certamente, muito ajudará para beneficiar outras pessoas e outros públicos. E, por isso, peço naturalmente a vossa aprovação, porque este é um documento que tem que ser objeto de votação. Muito obrigado a todos. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**, no uso da palavra disse, -----
Boa tarde, senhor Presidente e na sua pessoa cumprimentar a Mesa, os senhores Secretários, o senhor Presidente da Câmara, a senhora e senhores Vereadores, as senhoras e senhores Presidentes de Junta, os Membros da Assembleia Municipal, os colaboradores do Município e os órgãos de comunicação social se aqui presentes. De uma forma muito sintética e muito telegráfica, o Grupo Municipal do PSD gostaria de sublinhar que neste Ponto da Ordem do Dia, no Regulamento para atribuição de apoios de estratos sociais desfavorecidos que foi aprovado pelo Município de Chaves em 20/08/2002, já teve algumas alterações, todas elas sempre visando a sua melhoria e a adaptação às necessidades dos cidadãos ao longo dos tempos e sempre na defesa dos princípios da equidade, da universalidade e da transparência. Hoje, é a quinta alteração a este Regulamento e que pretende, como já foi referido pelo senhor Presidente da Câmara, não vou pormenorizar, mas diria que se pretende adaptar este Regulamento à realidade social existente no Concelho de Chaves e às competências descentralizadas para os Municípios no domínio da Ação Social num novo quadro legislativo que tem vindo a ser definido. Prioriza os grupos mais vulneráveis em várias matérias, quer da educação, quer da habitação, quer da formação, entre outros, pedidos esses de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

melhoria feitos por cidadãos no âmbito do apoio ao arrendamento, da rede solidária de medicamentos e de outros aspetos económicos, por isso, surgem estas alterações aqui propostas pelo Executivo Municipal e que merecem a aprovação do Grupo Municipal do PSD. Queria em meu nome pessoal e em nome do Grupo Municipal, também desejar a todos um Feliz Natal e que o Ano Novo de 2024 seja o melhor possível para todos. Obrigado. -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Boa tarde a todos, reitero cumprimentos ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, à senhora e senhor Secretários, ao senhor Presidente da Câmara Municipal, à senhora e senhores Vereadores, às senhoras e senhores Deputados, às senhoras e senhores Presidentes de Junta e público aqui presente. -----

“Ao longo da história do direito, a enunciação e a explicitação sobre o domínio dos direitos reais têm assumido uma acentuada prioridade. O mesmo não tem acontecido no caso dos direitos sociais. Estes e os direitos económicos constituem um modelo de cidadania social e económica, que é a nova dimensão da cidadania aberta ao campo do trabalho e do mercado. Assim, estes direitos devem ser equacionados a partir da ideia de justiça social e enquadram-se, sobretudo, na necessidade de distribuição de rendimentos e na consequente protecção aos mais vulneráveis, aos mais pobres e aos trabalhadores, sob a lógica de princípios como os da solidariedade e da igualdade. ----- De facto, o reconhecimento dos direitos sociais está ligado à existência de uma participação activa na vida social, pois é através do accionamento destes direitos que se pode promover a efectiva inserção social. Por outro lado, nem todos os indivíduos conseguem usufruir de igual modo dos direitos e nem todos os indivíduos têm a mesma capacidade para realizar os seus direitos, pelo que estes são, na verdade, uma função da natureza humana e das condições históricas da sociedade, na perspectiva de uma luta da humanidade pela sua própria emancipação. -----

Nesta linha, assume-se uma mudança nas modalidades de combate à exclusão social e na (re) configuração da segurança social. As políticas sociais activas (como o actual RSI) são praticadas no contexto de uma importante alteração estrutural da segurança social, caracterizada pela passagem de um modelo dito “tradicional” para um “novo” modelo. Nesta transição, o princípio do assistencialismo, em que assenta a caridade exercida junto das famílias em situação socioeconómica vulnerável, dá lugar ao princípio da universalidade de direitos a todos os cidadãos. De facto, a introdução dos direitos sociais nas sociedades capitalistas contribuiu para dar a cada pessoa condições de vida independentes do mercado, o que permitiu evitar fazer de cada cidadão uma simples mercadoria sujeita a troca mercantil. -----

Procedeu-se assim a uma reestruturação de modelos: -----

Passou-se da Abertura generalizada e igualitária para a Diferenciação e discriminação positiva; -----

Das Prestações uniformes para a definição das prestações a partir das necessidades sociais Sectores distintos e separados uns dos outros (saúde, acidentes de trabalho, velhice, família); -----

Procedeu-se ao tratamento transversal do conjunto de problemas sociais encontrados por uma mesma pessoa e ao contratualizado com todos os actores em presença; -----

Passou da rigidez institucional para a Interinstitucionalidade: -----

Do Subsídio para o Contrato de inserção; -----

Da Assistência para o Learnfare/Workfare; -----

Por fim, da Caridade aos Direitos. -----

Neste novo modelo, a definição das prestações assenta num critério de diferenciação das situações socioeconómicas, a partir do qual são definidos os seus valores e as suas contrapartidas. Trata-se da passagem do regime geral de protecção social geral para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

regime diferenciado dos grupos sociais vulneráveis. Nestas contrapartidas estão incluídas novas modalidades de inserção em contexto laboral ou de formação, numa lógica de workfare, com contratos de inserção encarados como instrumentos de facilitação da relação com o mercado de trabalho. Do ponto de vista da intervenção institucional, a territorialização e o trabalho reticular (numa lógica da interinstitucionalidade) adquirem um papel central na activação e no envolvimento das diferentes instituições no projecto de integração social. O centralismo cede lugar à lógica territorial e descentralizada como instrumento de adaptação das intervenções e de participação das instituições locais numa estrutura de efectiva parceria. -----

O trabalho em rede é, assim, um dos aspectos cruciais neste novo, na medida em que deixamos de ter uma estrutura de organização piramidal e rígida para termos uma estrutura reticular e interinstitucional. As sociedades modernas trazem uma nova forma de organização social e um novo estatuto para o indivíduo, assumindo uma perspectiva de maior liberdade da acção individual, na qual a coesão social não se faz anulando os indivíduos, mas, pelo contrário, integrando as especificidades e as liberdades individuais. Emerge assim a sociedade de indivíduos, que necessita de mecanismos internos de regulação, de modo a evitar a insegurança total e o risco de destruição da própria sociedade. -----

É nesta lógica universal, individual e de um olhar atento, preocupado, proativo e dinâmico, a par da sua adequabilidade à realidade social do concelho e às várias conjunturas económicas; e da descentralização das competências dos Municípios no domínio da ação social, nomeadamente pela operacionalização das portarias 63,63,64 e 66/2021, de 17 de março, que consideramos como prementes os ajustes regulamentares plasmados nesta 5ª alteração ao regulamento para atribuição de apoios a estratos sociais desfavorecidos. Garantindo, desta forma uma regulamentação mais ajustada e transparente, que balize as condições de acesso ou exclusão a medidas/apoios de carácter eventual ou mais prolongado, facilitando assim a capacidade de análise técnica e a sua imparcialidade. -----

Com efeito, o Grupo Municipal do PS entende estas alterações no Regulamento como uma mais-valia para o trabalho em rede e parceria, tornando-o mais plural, equitativo, eficiente, transparente e respondendo eficazmente às novas realidades, com modelos inovadores, transversais e equilibrados.” Obrigada. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 18 – JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO – APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO 2023/2024. PROPOSTA Nº 116/GAPV/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 19 - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM -. CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. BENEFICIÁRIA: MALLAT, LDA. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 283/UCE/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO 20 - ANÁLISE DO 2º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO SEMESTRAL DO PIM “PROJETO CORTIZO CHAVES” DA SOCIEDADE “ALUMÍNIOS CORTIZO (PORTUGAL) LDA.” E DELIBERAÇÕES DECORRENTES DO ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO - INFORMAÇÃO Nº32/DDE/2023 DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 30-11-2023; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação da proposta do Executivo Municipal. -----
Muito boa tarde novamente, senhor Presidente da Mesa, senhor primeiro Secretário, senhora segunda Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhores Membros desta Assembleia Municipal, aqueles que são eleitos diretamente e também senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia aqui presentes, também a algum público que, porventura, ainda vai resistindo, não tenho a certeza que assim seja, mas, de qualquer das formas, fica esta nota e a todas as pessoas que nos acompanham. Quer o assunto anterior, quer este, quer também o seguinte e penso que também o imediatamente a seguir têm todos a ver com os relatórios semestrais de acompanhamento dos projetos de interesse municipal, no que diz respeito à verificação daquilo que são as metas contratualizadas, em sede de contratos de concessão de benefícios fiscais. E, portanto, periodicamente a respetiva comissão municipal que é composta por vários técnicos, faz essa avaliação, vai solicitando um conjunto de informação complementar sobre os postos de trabalho criados, evidências do investimento realizado e também, daquilo que tem a ver com a concretização do plano e do cronograma de execução do respetivo projeto. No caso concreto, e por isso é que entendi vir aqui, porque tem aqui uma novidade. É que este projeto tem a ver com um PIM que foi celebrado com Alumínios Cortizo Portugal, Lda e que tem, como todos sabem, uma importância muito grande ou é expectável que venha a ter uma importância muito grande para o Concelho, sobretudo na dimensão do investimento e dos postos de trabalho. Estamos a falar de um investimento de 174 milhões de euros e numa fase inicial com a criação de 100 postos de trabalho, com uma particular importância. Dizer, que a informação que nós dispomos que não está neste relatório, é que o processo de aquisição dos terrenos estará concretizado e que eles estarão a trabalhar no sentido de que os projetos possam ser concretizados. Para que a concretização desses projetos possa ser feita, temos que ter concretizada a revisão do PDM de Chaves e, portanto, enquanto ela não estiver concretizada, há algumas das dimensões do projeto que não podem ser licenciadas. Dizer também a este propósito que já solicitámos a segunda reunião para que possa ser finalmente aprovado o projeto de revisão do PDM de Chaves. Naturalmente, a seguir, haverá ainda fases subsequentes, designadamente, uma fase de discussão pública em que todos podem participar naquilo que venham a ser as decisões tomadas por essa comissão com uma profusão de representantes dos diferentes interesses em presença no que diz respeito a esta matéria e planeamento e, portanto, queria dar esta nota de que a decisão de suspensão de 12 meses deste PIM, se encontra relacionada com o processo de revisão do PDM. Era esta nota que queria dar para que tivessem toda esta informação. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO 21 – ANÁLISE DO 5º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL PARA FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS”, CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº26/DDE/2023 DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 30-10-2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO 22 – ANÁLISE DO 10.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

AQUAE FLAVIAE” CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº24/DDE/2023 DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 30-10-2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO 23 – SOLICITA AUTORIZAÇÃO PARA A INSTALAÇÃO DE SINALETICA – EM VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, A PEDIDO DA CIMAT – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA – PROCESSO Nº 1065/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 744/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/11/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo os cumprimentos a todos presentes, ao senhor Presidente da Mesa e aos seus secretários quero desejar um excelente Natal e um final de ano muito pródigo, que o próximo ano seja conforme nós esperamos e que tenhamos um ano de 2004 pleno de saúde e com todas as realizações necessárias, idêntico propósito, ou votos, faço aos Membros do Executivo Municipal, mas, provavelmente, vamos encontrar-nos, nos próximos dias e certamente teremos oportunidade de fazer essas formulações de votos de Boas Festas. Agora sim, aos senhores Membros desta Assembleia Municipal, aos senhores Deputados, às senhoras e senhores Presidentes de Junta que nos têm acompanhado nesta nossa viagem através dos assuntos que estavam incluídos na Ordem de Trabalhos, queria desejar-vos a todas e a todos um excelente e Santo Natal e que nós possamos depois, no resto do ano, estar impregnados desses valores e desse espírito natalício que às vezes todos nós precisamos para que aquilo que é essencial, que é a paz, a concórdia, a partilha, a comunhão e a solidariedade, que são valores muito essenciais e que já percebemos todos que são absolutamente necessários nestes tempos modernos e que devem caldear a nossa a nossa vivência em comunidade, é isso que eu desejo a todos e depois um ano excepcional de 2024, por esta ordem, saúde, votos bons para a família, só depois as realizações profissionais e outras afins, porque deve ser por esta ordem. Aproveito também para desejar ao público aqui presente idênticas formulações aos trabalhadores do Município, e não, também todos aqueles que estão aqui hoje a trabalhar para que esta sessão tivesse decorrido com esta normalidade técnica, também um Santo Natal e um feliz ano de 2024. São esses os propósitos que eu acho que podem ser expressos por mim, mas certamente que terão a aceitação de todos os presentes. Muito obrigado a todos. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 24 – SOLICITA COLOCAÇÃO SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NA RUA ANTÓNIO GERMANO RIBEIRO DE CARVALHO, RUA CAMINHO DA QUINTA E CAMINHOS DE ACESSO, NA LOCALIDADE DE ABOBELEIRA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, – A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE ANTA - PROCESSO Nº 941/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 731/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 09/11/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 25 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DR. MORAIS SARMENTO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PEDIDO ATRAVÉS DA PÁGINA DE INTERNET “À ESCUTA” PROCESSO Nº 999/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 769/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 28/11/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 26 - SOLICITA MARCAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOA COM MOBILIDADE CONDICIONADA – NA ZONA ADJACENTE AO BLOCO Nº 14 DE EDIFÍCIO SITO NO BAIRRO SOCIAL DOS AREGOS, A PEDIDO DA SENHORA MARIA FILOMENA DOS SANTOS GRAÇA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PROCESSO Nº 822/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 676/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/10/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 27 - SOLICITA COLOCAÇÃO SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NA RUA 25 DE ABRIL, NA POVOAÇÃO DE VALE DE ANTA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, – A PEDIDO DO SENHOR VALTER ALEXANDRE VAZ RODRIGUES - PROCESSO Nº 835/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 687/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 17/10/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 28 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NA RUA DE SÃO JOÃO, EM SANTA MARIA MAIOR, A PEDIDO DO SR. MOISÉS DE CASTRO COELHO – PROCESSO Nº 844/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 701/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 20/10/2023.-----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Por último, o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra disse: -----

Antes de solicitar a aprovação da Ata em minuta, queria aproveitar esta oportunidade como Presidente da Mesa da Assembleia e representando também os elementos que me acompanham aqui nesta Mesa, mas também como Presidente da Assembleia Municipal, são duas coisas distintas, saudar todos os presentes e dizer-vos que foi um ano importante, um ano em que a democracia imperou nesta casa, que foi fácil conduzir esta Assembleia Municipal, porque atuamos todos em democracia, respeitamos o Regimento e demais leis que estão de facto acima, as divergências e maneiras de pensar diferentes são próprios e essenciais na democracia e aquilo que nós aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

praticámos durante o ano, foi efetivamente o exercício da democracia e da independência também dos Órgãos, como Órgão Legislativo que é do Município. Portanto, quero saudar a Câmara Municipal na pessoa do senhor Presidente e dos senhores Vereadores, todos os presentes e os ausentes e desejar-lhes também muito sucesso, porque o sucesso deles necessariamente é também o sucesso de todos nós, significa que o nosso Concelho cada vez mais terá mais progresso, mais desenvolvimento e, isso, é aquilo que todos nós perseguimos e que é fundamental. Portanto, muito obrigado, senhor Presidente pelo seu contributo e demais Vereadores, os que estão no poder e os que estão na oposição e desejar que tenham todos um bom e Feliz Natal na companhia das vossas famílias e para elas também estes meus votos e fazer votos que o próximo ano de 2024 seja um ano melhor que este, pelo menos igual, mas pelo menos seja um ano com mais paz e mais solidariedade e, acima de tudo, muita saúde para todos, muito Boas Festas e muito obrigado. ----- Terminada formulação dos desejos proponho que a ata seja aprovada em forma de minutos. A proposta posta à votação, foi aprovada por unanimidade. ----- De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que transcrevi e também assino. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____

A funcionária: _____